

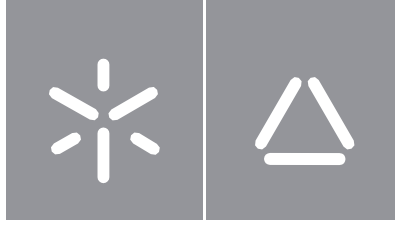
**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Diogo Henrique Gonçalves Senra

**A participação do Regimento de  
Cavalaria N.º 6 na Guerra Colonial  
Portuguesa**





**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Diogo Henrique Gonçalves Senra

**A participação do Regimento de  
Cavalaria N.º 6 na Guerra Colonial  
Portuguesa**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Bruno Madeira**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição-NãoComercial-  
SemDerivações CC BY-NC-ND**

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero agradecer ao professor Bruno Madeira por toda a dedicação com que me orientou durante a realização desta dissertação de mestrado. Serei eternamente grato pela ajuda e disponibilidade que o professor me ofereceu sempre que eu necessitei. Não teria, certamente, chegado a este ponto académico se não fosse pelo professor.

De seguida, aproveito para agradecer a minha família que sempre me apoiou e incentivou a estudar e a concluir não só a licenciatura, mas também este mestrado. Agradeço-lhes, eternamente pelo seu esforço que fizeram para garantir que todas as minhas necessidades fossem preenchidas e que nunca me faltasse nada na minha vida.

Agradeço ao Regimento de Cavalaria N° 6 de Braga por me ter concedido o acesso ao seu arquivo. Foi uma honra, da minha parte, aprender mais sobre esta estimada organização e agradeço, sobretudo, ao Sargento-Mor Fernando Armandino Montenegro da Silva por toda a sua ajuda, apoio e disponibilidade durante todo o meu trabalho arquivístico no Regimento.

Por fim, agradeço também ao Sargento-Mor Manuel Dantas Pereira por toda a sua ajuda e disponibilidade para me fornecer contactos de ex-combatentes do Regimento que participaram na Guerra Colonial, tornando, assim, possível a realização das entrevistas.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Resumo**

A presente dissertação de mestrado procura analisar a participação do Regimento de Cavalaria nº 6 (RC6) na Guerra Colonial Portuguesa. Para além disso, contribui também para uma melhor compreensão da própria guerra, que deixou marcas profundas na sociedade portuguesa e que subsistem até ao tempo presente, a partir do estudo da unidade militar anteriormente referida, nomeadamente através de uma análise construída a partir dos homens mobilizados pelo Regimento, das suas memórias e dos arquivos da instituição. Alguns dos objetivos aos quais este estudo pretende responder dizem respeito à participação do Regimento de Cavalaria nº 6 na Guerra Colonial e à mobilização de homens para os teatros de operações de Angola, de Moçambique e da Guiné. Serão analisadas entrevistas e estudos de caso, com o objetivo de traçar perfis e histórias de vida que permitam compreender as condições que os ex-combatentes encontraram no RC6, refletindo ainda sobre a forma como eram recrutados e como se processava a sua formação militar. Far-se-á uma análise ainda mais aturada das suas comissões em África, assim como das experiências de combate e de contacto com as populações nativas. Os perfis procurarão apurar o contexto socioeconómico e de formação escolar dos corpos de praças e de oficiais. A partir desses perfis, das memórias e das representações da Guerra, procurar-se-á aferir a coincidência ou não das experiências e do posicionamento sobre o conflito destes dois corpos. O presente estudo analisa também fontes hemerográficas da época e que servem como base para a contextualização, não só da guerra em si, mas também do próprio jornalismo do período em estudo. Neste sentido, a presente dissertação contribuirá, a partir do estudo de caso de um Regimento, que esteve ativo, sobretudo, na Guiné, e dos militares que compuseram as fileiras das suas unidades, para um maior conhecimento sobre a Guerra Colonial, assim como para a construção da memória coletiva sobre o conflito.

**Palavras-Chave:** Portugal, Guerra Colonial Portuguesa, Regimento de Cavalaria nº 6, Ex-Combatentes, Jornais.

## **Abstract**

This master's thesis seeks to analyze the participation of the Cavalry Regiment n° 6 (RC6) in the Portuguese Colonial War. Furthermore, it also contributes to a better understanding of the war itself, which left profound marks on Portuguese society and which persist to this day, based on the study of the aforementioned military unit, namely through the study of the men mobilized by the Regiment, of their memories and the institution's archives. Some of the objectives to which this study aims to respond concern the participation of Cavalry Regiment No. 6 in the Colonial War and the mobilization of men for the theaters of operations in Angola, Mozambique and Guinea. Interviews and case studies will be analyzed, with the aim of outlining profiles and life stories that allow us to understand the conditions that former combatants encountered in RC6, also reflecting on the way they were recruited and how their military training was processed. An even more in-depth analysis will be made of its commissions in Africa, as well as combat experiences and contact with native populations. The profiles will seek to determine the socioeconomic and educational context of the enlisted and officer corps. Based on these profiles, memories and representations of the War, we will attempt to assess whether or not the experiences and positioning on the conflict of these two bodies coincide. The present study also analyzes newspaper sources from the time that serve as a basis for contextualizing not only the war itself, but also the journalism of the period under study. In this sense, this dissertation will contribute, based on the case study of a Regiment, which was active, above all, in Guinea, and the soldiers who made up the ranks of its units, to a greater knowledge about the Colonial War, as well as to the construction of collective memory about the conflict.

**Keywords:** Portugal, Portuguese Colonial War, Cavalry Regiment n° 6, Ex-Combatants, Newspapers.



# Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice.....	viii
Índice de Figuras.....	ix
Índice de Tabelas.....	ix
Introdução.....	1
1. Estado da Arte.....	4
2. Fontes e metodologias utilizadas.....	19
3. A Imprensa portuguesa durante a Guerra Colonial.....	24
3.1. <i>Diário de Lisboa</i> .....	24
3.2. <i>Diário da Manhã</i> .....	28
3.3. <i>Jornal de Notícias</i> .....	31
3.4. <i>Boletim Anti-Colonial (BAC)</i> .....	36
3.5. <i>Avante!</i> .....	40
3.6. Análise comparativa entre os jornais legalizados e os jornais clandestinos.....	43
4. História do Regimento de Cavalaria N.º 6.....	45
5. O dia-a-dia do Regimento de Cavalaria N.º 6 durante a guerra.....	55
6. A realidade da Guerra. Testemunhos de quem a experienciou em primeira mão.....	67
6.1. Entrevistas a ex-combatentes do RC6.....	67
6.2. Entrevistas as ex-combatentes de outros regimentos.....	74
Conclusão.....	81
Fontes Impressas.....	84
Bibliografia.....	84

Anexo 1 – Diagrama da história do Regimento de Cavalaria N.º 6 .....	88
--	----

## **Índice de Figuras**

Figura 1- Número de notícias relacionadas com a Guerra Colonial presentes no Diário da Manhã .....	28
Figura 2 - Número de notícia relacionadas com a Guerra Colonial presentes no Jornal de Notícias.....	32
Figura 3 - Quantitativo das baixas sofridas pelo MPLA entre 1963 e 1970 .....	39
Figura 4 - Brasões dos Antigos Regimentos de Cavalaria. Antecessores do atual Regimento de Cavalaria N.º 6.....	50
Figura 5 – Brasão de Armas do Regimento de Cavalaria N.º 6 .....	52

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Horários de funcionamento do RC6 a partir do dia 25/04/1962.....	61
Tabela 2 e 3 - Horários de Instrução do Quadro Permanente e da Escola de Recrutas .....	62
Tabela 4 - Pel.Rec. Daimler mobilizados pelo RC6 durante a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974).....	65
Tabela 5 - Número de militares mortos ao serviço do RC6 durante a Guerra Colonial (1961-1974).....	66

## Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo a participação do Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6) na Guerra Colonial Portuguesa. Durante o período em que Guerra Colonial se desenrolou, foram mobilizados pelo Regimento de Cavalaria n.º 6 vários Pelotões de Reconhecimento DAIMLER (viatura de reconhecimento blindada) para diferentes teatros de operações, sobretudo para a Guiné-Bissau, mas também, em menor número, para Angola e Moçambique.

Existe atualmente uma vasta bibliografia científica acerca da Guerra Colonial, no entanto, o mesmo não se verifica em relação ao RC6 e aos testemunhos de ex-combatentes da guerra, que constituem uma importantíssima fonte para um completo estudo da guerra, sendo este um dos principais motivos que me levaram a escolher esta temática. Neste sentido, a presente dissertação pretende ir além do estudo generalista da Guerra Colonial, procurando analisar também outros aspetos como as fontes hemerográficas e, sobretudo, entrevistas realizadas a ex-combatentes da guerra.

Apesar de o objeto de estudo ser a participação do RC6 na guerra, a presente dissertação procurará analisar outros aspetos importantes associados não só ao RC6, mas também à própria Guerra Colonial. Neste sentido, será realizada, numa primeira fase, uma análise e contextualização histórica da Guerra Colonial através dos contributos de diversos autores centrais para a aquisição de conhecimento sobre o tema, entre eles: Afonso & Gomes (2000), António Costa Pinto (2001), Luís Fraga (2014), Pedro Correia (2006) e Sérgio Bacelar (2000). Para além desta análise e contextualização da guerra, será também estudada a própria literatura e o jornalismo acerca da Guerra Colonial, bem como o pós-colonialismo, a memória e a importância dos ex-combatentes. Para isso mobilizarei autores como: Alberto Carvalho (2016), Bruno Sena Martins (2018), José Lages (2006), Margarida Ribeiro (2004), Nuno Mira Vaz (1997), Pires et al. (2020), Sandra Sendas (2009), Sílvia Torres (2016), entre outros.

Ainda acerca da Guerra Colonial, numa segunda fase, serão utilizadas, para além da bibliografia anteriormente indicada, fontes hemerográficas da época como o *Jornal de Notícias*, o *Diário da Manhã*, o *Diário de Lisboa*, o *Avante!* e o *Boletim Anti-Colonial*. A análise destes jornais tem o intuito de consultar e refletir sobre notícias acerca da guerra, desde o seu início, em 1961, até ao seu término, em 1974.

Após esta análise e contextualização da Guerra Colonial, será realizado um estudo da história da própria cavalaria portuguesa a partir do seu surgimento, com a publicação do Regimento das Novas Ordenanças de 15 de novembro de 1707. Para isso, será utilizado como fonte o *website Organização da*

*Cavalaria (2023)*<sup>1</sup>. De seguida, será também feito um balanço histórico do percurso do Regimento de Cavalaria N.º 6, dos seus primórdios até à sua atual localização em Braga. Para esta reflexão será mobilizada criticamente a obra de Hermenegildo Almeida (1998), que constitui uma importante fonte para o estudo da herança histórica do RC6, e o documento *Regimento de Cavalaria N.º 6* (1997), do qual podemos colher importantíssimas informações acerca da história do Regimento, mas também podemos sobre as ações em que os antecessores do atual RC6 tomaram parte.

Terminada esta contextualização histórica do RC6, partirei, então, para a análise da informação presente no arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6. Mas antes disso, servir-me-ei do trabalho de Freire & Dantas Pereira (2021) para abordar aspetos como: i) a constituição e as instalações do RC6 na década de 60; ii) a constituição dos Pelotões de Reconhecimento Daimler (e que foram mobilizados pelo RC6 para a Guerra Colonial desde 1964 até 1974), bem como as suas missões; iii) a instrução individual e a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) dos militares portugueses. No que respeita à análise do arquivo do RC6, nomeadamente das Ordens de Serviço, serão abordados os seguintes aspetos: i) o número de soldados mobilizados pelo RC6 nos diferentes teatros de operações anteriormente referidos; ii) o número de soldados mortos durante a guerra; iii) o modo como eram organizadas e realizadas as Cerimónias de Despedida na Unidade; iv) os horários de funcionamento do regimento; v) os horários de pequeno-almoço, almoço e jantar dos Oficiais, Sargentos e Praças; vi) os horários de banhos; vii) os castigos disciplinares impostos aos recrutas e aos militares.

Numa fase final, serão analisadas as entrevistas por mim realizadas a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa pertencentes ao RC6, mas também do Regimento de Infantaria N.º 2. Nestas entrevistas podemos reter importantes aspetos relacionados não só referentes ao conflito armado, mas também ao próprio modo de vida em África dos militares portugueses; nível de escolaridade; período de recruta e formação militar; instalações do Regimento; missões em África; infância e dificuldades experienciadas em África. Serão também analisadas entrevistas realizadas por autores como Ângela Campos (2009), Bruno Sena Martins (2016) e Pedro Réquio (2021). Estas entrevistas permitem que retiremos importantes conclusões relacionadas com as doenças e as dificuldades que os ex-militares portugueses experienciaram durante a guerra e a forma como muitas delas ainda subsistem nos dias de hoje. Nesta dimensão, podemos destacar a morte, a violência e o medo como aspetos mais marcantes relatados por estes ex-combatentes.

---

<sup>1</sup> *Organização da Cavalaria*. (2023). Arqnet. <https://www.arqnet.pt/exercito/orgcaval.html>

Em suma, a presente dissertação procurará não se focar apenas numa análise puramente histórica da Guerra Colonial, mas almeja realizar uma análise da guerra a partir do caso em estudo, que é o Regimento de Cavalaria N.º 6, complementando-a com uma análise comparativa da imprensa portuguesa na época. Através desta análise poderemos verificar como funcionava o dia a dia de um Regimento de Cavalaria português durante a guerra, bem como as experiências vividas por alguns dos seus ex-combatentes que combateram em África.

## 1. Estado da Arte

É comum referirmo-nos aos conflitos armados que existiram nos três territórios em que a Guerra Colonial se desenrolou, como uma vaga de acontecimentos que estão diretamente interligados. Os conflitos que foram travados nas três ex-colónias portuguesas pelos movimentos de libertação africanos tinham como objetivo comum a independência dos seus respetivos territórios. No entanto, Pedro Correia (2006) levanta uma importante questão relacionada com o acerto de chamarmos a essas contendas Guerra Colonial ou guerras coloniais, pois, segundo o mesmo, apesar dos conflitos em Angola, em Moçambique e na Guiné terem como objetivo um inimigo comum, as guerras eram coordenadas por pessoas e movimentos de libertação distintos. Na minha opinião, penso que devemos chamar sim de Guerra Colonial como um todo. Apesar da posição defendida por Pedro Correia (2006) fazer sentido, penso que apesar dos conflitos nos três territórios terem sido coordenados por pessoas e movimentos de libertação distintos, o mesmo não se pode dizer do caso português, em que a guerra foi coordenada apenas por uma organização, ou seja, pelas Forças Armadas. Para além disto, os movimentos de libertação tinham, como descrito anteriormente, um objetivo comum (a independência dos respetivos territórios), e o período cronológico em que os conflitos se estenderam foi muito semelhantes daí ser, na minha opinião, mais adequado chamarmos Guerra Colonial a todo este período cronológico em que os conflitos nos três territórios de africanos ocorreram.

Segundo Luís Fraga (2014), Portugal após a 2ª Guerra Mundial obteve apoios a nível internacional do Reino Unido e dos Estados Unidos da América (EUA). O autor defende que a criação da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a participação de Portugal na organização, contribuiu para um reforço internacional da intransigente posição do Estado Novo de manutenção das colónias na luta contra o comunismo internacional. De resto, António Costa Pinto (2001) vai ao encontro desta teoria, defendendo que a entrada de Portugal na NATO foi um poderoso instrumento para a estabilidade da ditadura portuguesa.

A obra de António Costa Pinto (2001) constitui uma importantíssima fonte para o estudo da guerra colonial. Para além de abordar as questões, anteriormente referidas, das relações entre Portugal e a NATO e do contexto internacional pós-Segunda Guerra Mundial, o autor aborda as relações diplomáticas entre Portugal e os EUA, sobretudo durante a administração Kennedy; a ONU (Organização das Nações Unidas), que se tornou, a partir de 1960 e segundo o autor, no principal campo de batalha diplomática contra o colonialismo português; o salazarismo e, posteriormente, a administração de Marcello Caetano; a fundação e a ação dos movimentos de libertação. O autor faz também um quadro geral da guerra, analisando as estatísticas do conflito e refletindo sobre o

recrutamento para o Exército, os serviços de estratégia e espionagem e a evolução do conflito ao longo dos anos e o conseqüente término e processo de descolonização.

Após a Conferência da Paz de Paris (1919), Portugal viu reconhecidos os seus territórios ultramarinos e, com a aprovação do Ato Colonial em 1930, adota uma postura imperialista sobre as colónias. “O artigo 2.º explicitava o esteio ao qual se amparava toda a nova concepção colonizadora: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente»” (Fraga, 2014, pp. 3–4).

Sérgio Bacelar (2000) releva a importância da existência, a partir dos finais da década de 1940, de uma vaga descolonizadora que teria começado com a concessão por parte da França, em 1946, do estudo de cidadão francês a todos os nativos das suas colónias. Nesse sentido, depois de uma primeira onda de declarações de independência no sudeste asiático e no Médio Oriente, em África tornaram-se independentes o Sudão (1956), o Gana (1957), a Somália e a Nigéria (1960) – até 1968 outros 13 territórios obtiveram a sua independência. A Bélgica seguiu também esta tendência descolonizadora, concedendo, em 1960, a independência ao Ruanda-Urundi.

Apesar de não abordarem de forma direta a temática da Guerra Colonial, Bandeira Jerónimo & Gonçalves Dores (2012) fazem uma análise histórica da interação entre aspetos políticos e eclesiásticos no interior do império colonial português, dividindo a sua reflexão em duas fases sucessivas. Numa primeira fase, relevam a importância da entrega da jurisdição eclesiástica da prefeitura do Congo à Congregação do Espírito Santo, em 1865, e, numa segunda fase e de modo decisivo, da avaliação da interação entre a questão religiosa e as ocorrências associadas ao novo imperialismo. Nomeadamente os movimentos de revivalismo missionário e de agitação clerical, tanto no mundo católico como no mundo protestante, e a emergência de novos atores coloniais, como por exemplo, os projetos imperiais de Leopoldo II no Congo.

Para Bandeira Jerónimo & Gonçalves Dores (2012), a interação entre aspetos políticos e eclesiásticos no interior do império colonial português requer um enquadramento no conjunto de transformações do panorama político e religioso da Europa ao longo do século XIX e na emergência do novo imperialismo e ao revivalismo missionário que abalou os mundos católico e protestante. A oscilação e natureza histórica das relações entre o Estado e a Igreja no decurso de oitocentos condicionou, de modo significativo, o projeto imperial português no que diz respeito ao lugar que a questão eclesiástica e missionária deveria ocupar no seu seio.

Em 1951, Portugal alterou o estatuto das colónias, passando a designá-las províncias ultramarinas e,

no final de 1955, foi admitido na ONU. Como afirma Pimenta, “o integracionismo foi a fórmula encontrada pelo regime para ludibriar as instâncias internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, que pedia aos seus membros a aplicação de medidas concretas no sentido de preparar a autonomização – e depois a descolonização – dos respetivos territórios coloniais” (Pimenta, 2013, p. 192). Passando a designar os territórios coloniais como províncias ultramarinas, o Estado Novo procurava, à luz do novo direito internacional, demonstrar que não tinha colónias e que, como tal, não estava obrigado à autonomização das mesmas. Esta manobra política teve escasso sucesso a nível internacional. A nível interno, segundo Fernando Pimenta (2013), não seria mais bem-sucedida, sobretudo entre os setores mais conservadores do regime, que rejeitavam qualquer forma de autonomia política das colónias e propunham uma total integração administrativa entre a metrópole e as chamadas províncias ultramarinas. Sérgio Bacelar (2000) defende que a situação política interna de Portugal na década de 50 era de relativa estabilidade:

Na década de cinquenta a situação interna era estabilidade e, embora a oposição política tentasse pressionar a adoção dos padrões de liberdade e de democracia que na Europa já eram vulgares, no Ultramar a ação governativa não sofria grande contestação, mantendo a tradicional de que Portugal era uma Pátria una, multirracial e pluricontinental, onde coexistiam europeus, africanos, hindus, macaenses ou timorenses. (Bacelar, 2000, p.35)

Ainda acerca dos acontecimentos anteriores ao eclodir da Guerra Colonial, segundo Sérgio Bacelar (2000), a partir da década de 1960, a pressão internacional para que Portugal conceda a independência às suas colónias aumenta cada vez mais, sobretudo nas vésperas do início do conflito, quando Portugal sofre pressões por parte dos seus aliados da NATO e da ONU, que, em 1961, aprova uma moção a favor da independência de Angola.

A obra de Afonso & Gomes (2000) também contribui para a análise da Guerra Colonial, realizando um importante trabalho de divulgação. No entanto, os autores não deixaram de referir as dificuldades que entendem estar associadas ao estudo desta temática:

À complexidade da análise do fenómeno geral da guerra juntam-se no caso da guerra colonial, duas questões sensíveis. Por um lado, a distância no tempo é ainda insuficiente, não permitindo a apreciação desapaixonada dessa época que envolveu tão dramaticamente a sociedade portuguesa. Por outro lado, o facto de ainda estar viva a geração que participou no conflito, se constitui irrecusável oportunidade de exploração de fontes, é também um fator de distorção, já que transmitem a visão dos acontecimentos focada quase exclusivamente na sua experiência pessoal, vivida em determinado sítio, tempo e condição, o que não ajuda a enquadrar as ações da guerra sob a perspetiva de conjunto. (Afonso & Gomes, 2000, p.1)

De entre os tópicos apresentados ao longo desta obra, podemos destacar: a descrição do quantitativo



de armas e de forças que foram mobilizadas durante o conflito; uma análise dos acontecimentos anteriores ao eclodir da guerra e das relações de Portugal com a ONU e com a NATO; uma descrição e caracterização dos movimentos de libertação; a descrição do teatro de operações de Angola, de Moçambique e da Guiné; uma caracterização da governação salazarista nas vésperas do início do conflito; uma reflexão acerca da Organização de Unidade Africana (OUA) e dos custos da guerra; uma análise ao número de mortos na guerra e ao 25 de abril; uma caracterização qualitativa e quantitativa do número de deficientes das Forças Armadas em virtude da participação nos combates em Angola, na Guiné e em Moçambique.

No que respeita aos movimentos de libertação, Pedro Correia (2006) chama a atenção para o facto de, antes de os conflitos se iniciarem, os movimentos de libertação terem tentado fazer com que a luta pela independência não ultrapassasse o patamar político e que não se chegasse a haver a necessidade de recorrer à luta armada. Nesse sentido vários movimentos de libertação como o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tentaram apresentar várias propostas de solução para o conflito para as quais nunca obtiveram resposta do governo português. Os movimentos de libertação, após sucessivas tentativas falhadas de resolver o conflito de forma pacífica e negociada, chegaram à conclusão de que seria indispensável recorrer ao conflito armado de forma a conquistarem finalmente a sua independência.

Os volumes de autoria do Estado-Maior do Exército, denominados de *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*, contribuem para um estudo extensivo da Guerra Colonial e dos movimentos de libertação. Em Estado-Maior do Exército (1998), podemos destacar uma análise ao movimento pan-africano e ao pan-africanismo cultural e político, uma abordagem à ONU, ao MPLA e às suas características, à UNITA e aos antecedentes da guerra em Angola. No que diz respeito a estes últimos, o escalar da situação fica claro no dia 4 de fevereiro de 1961, quando homens ligados ao MPLA realizam assaltos a estabelecimento prisionais e a estruturas policiais em Luanda – este continua a ser o dia celebrado pelo MPLA como o dia inicial da luta de libertação. Contudo, para o envio de soldados da metrópole para esta colónia da África Austral parece ter sido mais importante a revolta e ataque à população branca do norte de Angola levada a cabo, em 15 de março desse ano, pela União dos Povos de Angola (UPA). Os ataques da UPA farão várias vítimas mortais entre os colonos europeus e as populações locais. O Estado Novo explorará habilmente o sucedido, apresentando-o como um ataque terrorista e de natureza tribal. À metrópole chegarão apenas as imagens mais chocantes dos acontecimentos por forma a convencer o país da necessidade imperiosa de mobilizar “para Angola e

em força”. A guerra começaria em abril depois dos primeiros soldados portugueses colocarem os pés na colónia.

Na obra organizada pelo Estado-Maior do Exército (2014) podemos destacar vários aspetos, como, por exemplo: os antecedentes do conflito na Guiné e a importância da criação da ONU, da OUA e da Conferência Afro-Africana de Bandung; um rastreamento da história dos movimentos de libertação guineenses, passando pelo Movimento de Libertação da Guiné (MLG), a Frente de Luta pela Independência da Guiné (FLING) e o PAIGC, sendo este último analisado detalhadamente; os principais países que apoiavam o PAIGC; uma análise do ano de 1963, ano do início das hostilidades na Guiné-Bissau. No que respeita a este último ponto, o início das ações armadas em 1963 é, segundo a obra, a consequência lógica do amadurecimento do trabalho preparatório levado a cabo pelo PAIGC e das atividades que este desenvolveu nos anos anteriores ao eclodir do conflito.

Já em Estado-Maior do Exército (2012), é referido o início do conflito armado em Moçambique, em agosto/setembro de 1964, após o assassinato do padre holandês Daniel Boormans e o ataque ao Posto Administrativo de Chai, Cabo Delgado, em 25 de setembro. A ação em Moçambique não foi, segundo esta obra, levada a cabo pelas massas populacionais, mas sim induzida a partir do exterior por agitadores e elementos armados. É ainda descrita a ação da FRELIMO e a forma como agiu durante o conflito, bem como a abordagem aos antecedentes históricos desde a 2ª Guerra Mundial, os países vizinhos, a política externa e a descrição dos movimentos de libertação africanos.

Como se pode constatar, existe uma vasta bibliografia que aborda os acontecimentos anteriores ao eclodir da guerra colonial. Nuno Mira Vaz (1997) aborda a conjuntura internacional na transição dos anos 1950 para 1960, destacando vários aspetos como, por exemplo, a primeira conferência dos Estados Independentes Africanos, em 1958, a atuação da ONU e os conflitos diplomáticos com Portugal acerca das colónias e a aliança de Portugal com a NATO e com os EUA. O autor reflete ainda acerca dos antecedentes que levaram ao eclodir da guerra, entre eles, o surgimento dos movimentos nacionalistas, as conferências pan-africanas, os acontecimentos de 1961 em Angola, os vários conflitos que existiram no seio do próprio Estado Novo, o livro de Spínola acerca de uma guerra sem solução militar e o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Maria Paula Menezes (2013) aborda a questão colonial e as independências das ex-colónias portuguesas, os movimentos nacionalistas africanos, os acordos internacionais estabelecidos, não só por parte de Portugal mas também por parte dos movimentos e organizações nacionalista, e a cooperação económica com as ex-colónias. No entanto, este capítulo da autora afasta-se um pouco de outras obras anteriormente referidas (como por exemplo as de Luís Fraga (2014) e Sérgio Bacelar

(2000), entre outros) pois, apesar de abordar assuntos relacionados com a Guerra Colonial, a autora foca-se mais em abordar a questão do Exercício *Alcora*. Segundo Maria Paula Menezes (2013):

Em outubro de 1970 três países distintos – África do Sul, Rodésia e Portugal –, partilhando um mesmo interesse, a luta contra o comunismo e o seu braço armado, o nacionalismo africano, assinaram um acordo que permaneceu secreto e esquecido durante longos anos. Este acordo estabelecia as condições de cooperação entre estes três países, unidos por um interesse comum: a manutenção da soberania dos seus territórios. Para a África do Sul do apartheid ou para a Rodésia da UDI, o acordo garantia a sobrevivência de regimes brancos, minoritários, na África Austral. Já Portugal manteria uma total inflexibilidade quanto à possibilidade de Moçambique ou Angola ascenderem à independência, na sequência dos ventos de mudança que assolavam o continente. (Menezes, 2013, p. 41-42)

Fernando Martins (2014) aborda no seu artigo a posição do Estado Novo e a de Salazar acerca da Guerra Colonial. Segundo o autor,

o Governo e o regime político que decidiram aceitar a guerra como parte da solução para resolver a questão colonial, nomeadamente entre 1961 e 1968, nunca a pensaram, nem encararam como uma matança sem sentido e interminável. Pelo contrário, viram-na sempre como um instrumento, ou meio, usado para atingir objetivos políticos. Ou seja, a guerra era parte de uma estratégia com o intuito de comprar tempo para construir o estado, a nação e o sistema social que Governo e regime garantiam existir antes e após o início do confronto militar em três. (Martins, 2014)

Reflitamos agora sobre a bibliografia que, além da guerra, se foca também na vida dos combatentes durante o conflito. Armindo Queimado (2012) analisa, na sua tese de mestrado, a evolução da perceção das Forças Armadas Portuguesas sobre a visão e o comportamento da população civil, tanto a metropolitana como a que residia nas colónias. O autor destaca as várias dificuldades a que os militares portugueses estavam sujeitos, como a falta de efetivos do quadro permanente, a desatualização dos vencimentos dos militares em relação ao custo de vida e as questões que afetavam “o moral” dos militares. No respeito à forma como a Guerra Colonial foi combatida por parte dos militares portugueses, Armindo Queimado (2012) defende que

o tipo de guerra que os militares portugueses enfrentaram no Continente Africano não se focalizou na conquista do terreno, característica principal da guerra convencional, mas a sua ação concentrou-se na conquista das populações, característica principal da guerra de subversão e contrasubversão. Se, por um lado, os movimentos emancipalistas, através da guerra subversiva, procuravam obter o apoio das populações, condição essencial para conseguir o sucesso dos objetivos que queriam atingir, do outro lado, os militares portugueses procuraram impedir, através da guerra de contrasubversão, que a população se deixasse convencer pela propaganda dos movimentos emancipalistas e procuraram manter o apoio dessa mesma população à causa portuguesa. (Queimado, 2012, p.7)

Esta visão defendida por Armindo Queimado (2012) é a meu ver correta, pois os militares portugueses

que combateram nos três teatros de operações não se preocuparam apenas ou sobretudo com a conquista territorial. Os militares portugueses procuraram, sobretudo, defender as populações dos ataques de guerrilha, levados a cabo pelos diversos movimentos de libertação, procurando mostrar às populações que os militares portugueses se preocupavam apenas em manter a paz e a ordem na região, sendo os movimentos de libertação os verdadeiros causadores da desordem, da guerra e dos ataques que aconteciam em África. Esta era, pelo menos, a narrativa do Estado Novo e das chefias militares das Forças Armadas – discurso que encontra ainda hoje eco na forma como muitos ex-combatentes recordam a sua experiência de combate em África. Contudo, a partir da leitura do texto de Queimado, compreende-se que as ações junto das populações nativas tinham um propósito psicológico. O principal objetivo passava por conquistar a fidelidade das aldeias que podiam prestar apoio e proteção aos movimentos de libertação.

Ainda acerca do dia-a-dia dos soldados que combateram na Guerra Colonial, Vasco Gil Calado (2016) aborda o uso de drogas, dando destaque ao uso de substâncias psicoativas (substâncias que agem no cérebro, alterando as sensações, o estado emocional e o nível de consciência do indivíduo). No que respeita ao tipo de drogas consumidas,

confirma-se o abuso de álcool e o uso de canábis entre os militares das Forças Armadas Portuguesas envolvidas no conflito, numa altura em que em Portugal surgiam as primeiras iniciativas de combate às drogas. Tanto o consumo de bebidas alcoólicas como de outras drogas pode ser entendido como uma forma de lidar com a ansiedade e a violência do quotidiano. (Calado, 2016, p.471)

José Lages (2006) remete para a importância de não nos focarmos apenas nos documentos escritos e defende, a meu ver de forma extremamente correta, uma nova abordagem para o estudo da Guerra Colonial. Esta deve também incluir o estudo de correspondência dos soldados, de revistas, de jornais e de fotografias – fontes que contribuem para uma melhor compreensão e estudo do conflito em questão que complementam a documentação escrita. Além de fazer uma contextualização histórica do conflito, o autor dá ênfase ao itinerário do combatente português na guerra. Este pode ser estudado através dos

documentos oficiais e pessoais, são como fotografias, [d]os diários pessoais e de companhia, [d]os jornais de companhia, [d]as mensagens pessoais, [d]a correspondência, [d]os documentos com orientações técnicas e militares, [d]os processos de morte e ferido, [d]os relatórios de ação psicológica e social. (Lages, 2006, p. 71)

Para além disso, José Lages (2006) procura analisar outros aspetos relacionados com o combatente em si, como, por exemplo, o dia-a-dia, as operações militares, a religião, o sofrimento, a saudade, a fome e a sede, bem como os hospitais. Segundo o autor, tudo isto deve ser analisado, valorizado e, sobretudo, preservado, pois constitui um suporte real para o estudo, não só da guerra colonial, mas

também da própria época contemporânea.

Devemos também analisar a própria literatura que tem sido escrita acerca da temática da Guerra Colonial. Doris Wieser e Luciana Moreira (2017) analisam o modo como autores de diferentes gerações denunciam a Guerra Colonial, atacando e subvertendo elementos da identidade e do imaginário nacional portugueses, comparando os poetas de primeira geração, os da geração 1,5 e de segunda geração. Os autores descrevem os escritores da primeira geração como sendo pessoas que viveram durante a guerra. Já a geração 1,5 são autores e autoras que nasceram durante os treze anos de Guerra Colonial e absorveram as tensões psicológicas da época enquanto crianças. A segunda geração é composta aqueles que nasceram nos anos posteriores à Revolução dos Cravos. No que diz respeito aos poetas de primeira geração, estes procuraram condenar a violência da guerra, recorrendo a uma estratégia que visava desconstruir os mitos nacionais com que o Estado Novo continuava a justificar a sua presença em África e a Guerra Colonial e que não passavam de uma ficção da propaganda nacional. Já os poetas da geração 1.5 e da segunda geração visam desprender-se da mitologia nacional portuguesa, preocupando-se antes com os elementos contidos na memória comunicativa: os estragos emocionais das várias gerações vivas e os traumas com que vivem e que não são reconhecidos pelas novas elites políticas pós-25 de abril.

Nesta literatura do século XX, cria-se um universo imaginário de que Portugal passa a estar no centro, como qualquer outra potência colonial na corrida à África. Margarida Ribeiro (2004) também aborda a evolução da literatura portuguesa. Dos vários períodos descritos ao longo da obra, destaca-se o período do Estado Novo e da Guerra Colonial. No que diz respeito à literatura portuguesa dessa época, a autora remete para a forma como as palavras, o nacionalismo e o imperialismo definem o universo português de finais do século XIX. Salazar invoca uma sacralização do império português, não só como herança histórica mas também como obra de evangelização cristã. Roberto Vecchi (2010) defende que muitas das disputas que ocorreram ao longo dos anos, ao lado das questões ideológicas que a guerra de África ainda desperta, decorreram da problemática escorregadia do realismo em literatura e no campo da arte. Vecchi considera que a Guerra Colonial Portuguesa tende a ser representada na literatura sob o signo da exceção, pelo facto de a mesma minar a ontologia nacional e desconstruir o mecanismo justificativo que a regeu, criando, assim, entraves que ainda dificultam o seu estudo desapassionado.

Para além da literatura, a fotografia constitui, como anteriormente referido, uma importante fonte da época. A obra de Renato Monteiro & Luís Farinha (1990), com introdução de João Melo, procura contribuir para a divulgação de um universo documental, que os autores consideram inédito, inexplorado, fragmentário, disperso e em risco de degradação. As fotografias apresentadas ao longo da

obra cobrem todo o período que vai desde o eclodir da guerra até à consumação da descolonização, passando pelos momentos mais cruciais da vida na frente e na retaguarda do conflito.

No que respeita ao jornalismo e aos meios de comunicação existentes no período em que ocorreu a guerra, Silvia Torres (2016) aborda o surgimento e a evolução da imprensa em África, defendendo que a radiodifusão sonora era limitada nas ex-colónias até aos anos 1960. A sua expansão dá-se com o eclodir da guerra, principalmente em Angola. No que diz respeito à televisão nas ex-colónias, a mesma só surgiu de forma regular após o 25 de abril de 1974, existindo, até lá, apenas transmissões de forma clandestina e, posteriormente, a partir dos anos 1970, surgem as transmissões autorizadas pelo governo. A autora descreve também, de forma muito interessante, o jornalismo durante a Guerra Colonial:

O jornalismo da Guerra Colonial tinha de justificar ideológica e economicamente o regime. Para isso, devia transmitir a ideia-força de que Portugal, os portugueses e os soldados portugueses estavam a defender «o que era nosso». A Pátria não se discute. A guerra era imposta do exterior. Aliás, não havia uma guerra, mas atitudes subversivas e correspondentes ações de reposição da ordem. Não havia guerrilheiros, mas terroristas, bandoleiros a soldo de potências estrangeiras. (Torres, 2016, p.17)

Alberto Carvalho (2016) aborda a censura que a imprensa sofreu durante o Estado Novo. Durante este período, a censura prévia não foi o único mecanismo previsto na legislação para controlar a imprensa e para limitar a liberdade de expressão. Existiam outros mecanismos como, por exemplo, a repressão administrativa e judicial, a possibilidade de apreensão por decisão das próprias autoridades administrativas e não dos tribunais, entre outros. Nuno Mira Vaz (1997) constata a realidade da censura no jornalismo e a forma como o Estado Novo tentava manipular as opiniões das pessoas:

E, ao mesmo tempo, começam a induzir na opinião pública a ideia de que as dificuldades no nosso ultramar apenas tinham origem em conspirações e em ambições demoníacas e infames vindas do exterior. O principal bode expiatório de então eram os Estados Unidos, conforme a linha de pensamento do Dr. Salazar já antes referida. [...] A pouco e pouco, porém a informação nacional começa a dramatizar os crimes cometidos no Norte de Angola, mas jamais dando uma visão autêntica da problemática em causa. (Nuno Mira Vaz, 1997, p. 81)

Ao longo da presente dissertação serão também analisados vários jornais da época, nos quais que podemos constatar precisamente a afirmação anteriormente referida por Nuno Mira Vaz (1997). De forma resumida, podemos concluir, através da análise das notícias e, sobretudo, dos comunicados das Forças Armadas, que os conflitos eram originados por terroristas (por vezes designados também por bandoleiros) vindos de fora. O resultado dos conflitos era sempre descrito como um sucesso para o lado das Forças Armadas Portuguesas – os relatos das ações de combate feitos pela imprensa

raramente davam conta da existência de mortos ou de feridos. No máximo, referia-se um número muito baixo de feridos. De resto, tanto a imprensa como a instituição militar e o governo esforçaram-se sempre para que as sequelas físicas e psicológicas da guerra – assim como os seus mortos – não fossem visíveis. A invisibilidade das consequências da guerra e a propaganda permanente aos alegados sucessos das tropas portuguesas visava aplacar o descontentamento e a desaprovação do conflito.

Dietmar Rothermund (2006) aborda os antecedentes da Guerra Colonial e os contornos do conflito em Angola, em Moçambique e na Guiné e também a libertação indiana das cidades de Goa, Damão e Diu em 1961. Seguindo a ideias defendidas por Pedro Correia (2006), as guerras coloniais – designação do próprio autor – exigiram uma enorme quantidade de efetivos militares portugueses. Ao longo dos 12 anos do conflito, Portugal teve constantemente cerca de 70.000 soldados portugueses e 30.000 africanos nos teatros de operações. No que respeita à crise e ao declínio do próprio regime ditatorial, Dietmar Rothermund (2006) defende que:

A crise surgiu quando Spínola publicou o seu livro Portugal e o Futuro, em fevereiro de 1974. Defendia o fim imediato das guerras coloniais, que custavam 50 por cento do orçamento do Estado e inúmeras vidas - e que não podiam ser vencidas. A solução que preconizava continuava a ser do tipo “federal”, modelo que já havia proposto anteriormente. De facto, não havia nada de muito novo no livro. Caetano tinha lido a maior parte do texto no relatório que Spínola lhe tinha escrito em 1970. (Dietmar Rothermund, 2006, p. 224-225)

O livro circulou dentro do país de uma forma extremamente rápida, revelando-se a sua publicação e o seu conteúdo um impacto “revolucionário”, o que na opinião do autor foi, certamente, um dos fatores que motivaram o Movimento das Forças Armadas (MFA) a realizar a Revolução de 25 de abril de 1974. No que respeita ao 25 de abril de 1974, Pires et al. (2020) defende que na história recente de Portugal, a revolução marca uma rutura radical com efeitos duráveis. Para o meio milhão de portugueses que viviam nas colónias, o dia representou um acontecimento ainda mais decisivo: em pouco mais de um ano, traduziu-se no repatriamento em massa para a então metrópole colonial.

Ainda acerca do estudo da Revolução de 25 de abril de 1974, Teixeira & Cruzeiro (2004) recorrem a vários registos, desde os estudos e análises, até aos testemunhos pessoais e aos textos humorísticos, com o intuito de retratar a vertiginosa mudança operada na sociedade portuguesa nos últimos vinte e cinco anos. O presente artigo aborda vários aspetos como, por exemplo, o surgimento do MFA e os motivos que conduziram à sua formação – sendo a guerra colonial e as questões relacionadas com a carreira as principais motivações –, o programa do Movimento e os seus objetivos políticos, o 25 de abril e a formação da Junta de Salvação Nacional e as memórias de presos políticos.

Jensen & Osterhammel (2017) apesar de abordarem na sua obra a temática da descolonização de forma global, contribuem para a análise dos acontecimentos que levaram ao surgimento de

movimentos e organizações, em alguns casos de dimensão internacional, que defendiam a descolonização e independência das colónias e que motivaram a queda dos vastos impérios coloniais europeus no sudeste asiático e em África, incluindo o caso português. Os autores descrevem a descolonização do século XX como a última etapa de uma série de emancipações dos impérios coloniais europeus.

O capítulo de autoria de Pires et al. (2020) contribui para o estudo da memória e das dificuldades a que os ex-combatentes da guerra foram e ainda são sujeitos. Os autores analisam os modos de integração dos vários segmentos dos retornados e o seu impacto na identidade nacional. A partir dos resultados obtidos, os autores delineiam uma explicação da razão pela qual não surgiu uma narrativa coletiva da experiência traumática de repatriamento partilhada pelos retornados e pela população portuguesa em geral. Segundo Pires et al. (2020):

Para os retornados portugueses, o “25 de abril de 1974” é um acontecimento que simboliza uma divisão clara entre o “antes” (i.e., a vida nas colónias) e o “depois” (i.e., a vida em Portugal). Esta divisão exprime uma experiência emocional traumática que pôs em causa a sua identidade colectiva como portugueses nas colónias. A incapacidade de trabalhar o significado da descolonização devido à sua imersão num ambiente de crescimento económico acelerado, bem como à falta de debate político, intensificou este trauma. No entanto, não há provas de que esta intensificação tenha correspondido à generalização de uma identidade colectiva apoiada na referência ao trauma, quer entre os retornados, quer na população portuguesa em geral. Pelo contrário, houve sectores da população repatriada que construíram esta narrativa e viveram a identidade colectiva que ela implicava: uma identidade de espoliados. (Pires et al., 2020, p 198)

Os autores apontam também as dificuldades que os retornados tiveram para se enquadrarem na sociedade portuguesa dessa época, que lhes chamava, depreciativamente, estrangeiros, ou de até mesmo, africanos e que temia que viessem ocupar postos de trabalho e casas que queria para si.

Ainda acerca da temática da descolonização e da opinião da sociedade portuguesa pós-25 de abril, Carlos Maurício (2011) examina sondagens acerca do tema realizadas, entre 1973 e 2004, em Portugal. Estas sondagens têm como temáticas a política colonial do Estado Novo, o fim da guerra e a descolonização e permitem identificar duas mudanças estruturais na atitude da população em relação a esse período da história portuguesa. A primeira ocorre logo após o 25 de abril, quando aqueles que, durante o anterior regime, se tinham manifestado favoráveis à prossecução dos combates passaram a expressar uma oposição à continuação da guerra.

O autor refere também que a guerra e o império colonial eram quase um tema tabu, circulando na imprensa apenas a opinião defendida pelo regime. Esta afirmação justifica-se pelo medo que a comunicação social e a população tinham da polícia política e da censura, o que fez com que não se



verificasse a difusão de ideias contrárias às defendidas pelo regime acerca da questão colonial. As únicas críticas à política colonial do Estado Novo, assim como apelos ao fim da guerra e ao reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos colonizados, apenas podiam ser encontradas na imprensa clandestina publicada pelos vários grupos e partidos da oposição.

A partir das sondagens realizadas após o 25 de abril, Carlos Maurício (2011) apresenta aspetos que confirmam o quanto o regime do Estado Novo manipulava não só as eleições, mas também as sondagens e a opinião das pessoas. Estas sondagens revelam que, na realidade, a guerra era extremamente impopular na sociedade portuguesa e que apenas um número extremamente reduzido de pessoas é que defendia a continuidade do conflito. Estas sondagens, realizadas no pós-25 de abril, permitem-nos perceber que a grande maioria da sociedade portuguesa da época defendia a independência das colónias, no entanto, não defendia uma independência total, mas defendiam uma espécie de federação, conceito político defendido por António Spínola (Maurício, 2011).

No que respeita à segunda mudança estrutural na opinião dos portugueses em relação à guerra, Carlos Maurício (2011) defende que

a viragem de 1974/5 materializou-se em duas mudanças. Por um lado, os defensores da manutenção da guerra e do império passaram de cerca de 1/3 da população para cerca de 2% (da guerra) e 8% (do império, geralmente sob a forma de uma federação de Estados). Por outro, a percentagem das pessoas sem opinião sobre estes assuntos caiu de mais de metade para menos de 1/4. (Maurício, 2011, p. 289)

A dissertação de mestrado de José Fonseca (2009) propôs-se investigar *As Clivagens Políticas e Sociais na Descolonização* portuguesa. O autor utiliza o termo clivagens para indiciar verdadeiras linhas de conflito insanáveis, autênticas zonas de rutura entre o modo de ser e de ver o mesmo problema político-histórico. As clivagens apresentadas por Fonseca são de cariz político, militar, diplomático, religioso e étnico. No entanto, Fonseca (2011) defende que estas mesmas clivagens, apesar de serem sido um importante contributo para acelerar o processo de descolonização, nunca foram a base de sustentação da mesma. O autor defende, enfim, que quaisquer que fossem as políticas das potências europeias na correção de todas estas clivagens, o destino dos territórios africanos sob dependência europeia seria sempre um e apenas um: a autodeterminação e a independência.

José Fonseca (2009) conclui a sua dissertação defendendo que “as Clivagens Políticas e Sociais tiveram extrema importância, no agudizar da Crise Colonial ou Ultramarina, mas a Autodeterminação e Independência, era uma realidade independente das mesmas Clivagens, visto que à semelhança da Descolonização Latino-Americana e Asiática, a Descolonização Africana, também chegaria (Fonseca, 2009, p. 98)”.

Neste sentido, e como se pode constatar pelo conjunto da bibliografia anteriormente referida, a presente dissertação pretende afastar-se de uma análise tipicamente tradicional da guerra, procurando abordar outras temáticas não tão abordadas, como por exemplo, a memória dos combatentes. Bruno Cardina & Bruno Sena Martins (2018) dão importância, precisamente, a este estudo da memória da guerra como fonte fundamental para o estudo do conflito. Segundo os mesmos, devemos combater o esquecimento da guerra, bem como das lutas de libertação e da importância que tiveram na definição do Portugal democrático e pós-colonial. A obra de Ângela Campos (2017) vai ao encontro dos pressupostos teóricos e metodológicos da obra anteriormente referida. A autora pretende estudar as memórias individuais e coletivas através da realização de entrevistas a ex-combatentes. Campos sublinha a forma como a guerra impactou de tal maneira os ex-combatentes e salienta a sua enorme importância para o estudo da guerra, referindo que

independentemente de diferentes pontos de vista historiográficos sobre a posicionamento da guerra colonial e seu impacto, o que minha pesquisa mostra é que em um nível individual e experiencial o conflito foi extremamente significativo, assumindo frequentemente centralidade na vida dos ex-combatentes. Estudar a guerra nesta perspectiva significa focar na especificidade de experiências individuais e cotidianas de guerra e seu impacto duradouro nos combatentes – aqueles que, para citar um dos meus entrevistados, são os pensadores e se sentindo “carne e osso” por trás do número militar. (Campos, 2017, p. 6)

Este estudo da memória contribui de forma importante para a análise histórica da guerra colonial e das profundas consequências que causou e ainda causa na sociedade portuguesa. A presente dissertação, tal como alguns dos objetivos da autora anteriormente referida, pretende fazer e analisar entrevistas a ex-combatentes de forma a estudar a memória, bem como o do dia-a-dia dos soldados durante a guerra, as condições de vida que estes enfrentavam, as instalações onde viviam, entre outros aspetos relevantes para a compreensão da experiência individual e coletiva do conflito.

Torna-se, portanto, essencial estudar não só o conflito em si, mas também as consequências que a guerra causou na sociedade portuguesa, sobretudo nos ex-combatentes. Segundo Bruno Sena Martins (2018), “de vários pontos de vista, os veteranos de guerra deficientes representavam a expressão viva de um trauma coletivo que a ordem social democrática quis esquecer” (Martins, 2018, p. 2,).

Estudar a guerra colonial, como referido anteriormente, implica compreender as consequências e as marcas que esta causou na nossa sociedade. A tese de mestrado de Sara Rijo da Silva (2021) contribui para o estudo do conflito a partir dos olhares âmbito da sociologia e da psicologia, realizando uma análise dos veteranos de guerra que, ainda hoje, sofrem com os impactos da sua presença na Guerra Colonial Portuguesa e da forma como as políticas públicas foram procurando dar resposta aos problemas sociais, económicos e de saúde física e mental dos ex-combatentes. Vasco Gil Calado

(2016) vai ao encontro com esta ideia, realçando o facto de os ex-combatentes entrevistados considerarem a guerra colonial como um acontecimento recente e, em alguns dos casos, terem até dificuldade em reconhecer que a mesma já terminou – trata-se, portanto, de uma experiência traumática que continua a subsistir e a afetar a vida destes homens. Segundo o autor,

embora a guerra tenha terminado há mais de 40 ou 50 anos, a grande maioria dos entrevistados fala dela e de episódios lá vividos como se tudo se tivesse passado muito recentemente. Outros falam como se para eles a guerra nunca tivesse acabado (Loja 2013 [2002]; Janeiro 2012; Bastos 2008). Em muitos textos, perpassa uma vincada necessidade de acertar contas com o passado, de impedir que o vivido caia no esquecimento, de deixar escritos para memória futura e de homenagear os companheiros de luta, nomeadamente aqueles que morreram em combate. (Calado, 2016, p. 474)

A tese de Sandra Sendas (2009), destaca a importância e o impacto que a doença psicológica denominada Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSPT) teve, e ainda tem nos dias de hoje, nos ex-combatentes da guerra colonial portuguesa. A autora pretende conhecer, compreender e comparar as organizações de significado construídas pelos ex-combatentes com e sem PSPT para as suas histórias de vida nos períodos pré, peri e pós-militares. Sendas aborda ainda o impacto psicológico da guerra e as características gerais da PSPT e dos fatores de risco, bem como se dedica à análise de várias histórias de vida de ex-combatentes marcados por memórias traumáticas. Sandra Sendas (2009), através da realização de 26 entrevistas, concluiu pela necessidade de operar uma distinção entre o grupo de ex-combatentes entrevistados com PSPT e o grupo de participantes assintomáticos. Desta forma, a autora considerou que

foi-nos possível concluir a existência de especificidade e continuidade nas diferentes histórias referentes aos diferentes períodos de vida dos participantes. As histórias dos participantes com PSPT fizeram emergir a Guerra como fronteira, marco inquestionável que aprisionou qualquer possibilidade de ponte com a identidade percebida antes e após a Guerra ao ponto de ser, essa mesma Guerra, quem dá sentido à existência destes homens. Pelo contrário, as histórias dos sujeitos assintomáticos sugerem uma temática de permanente proatividade independentemente do capítulo que consideremos, bem como a capacidade de amadurecer e dar continuidade à vida antes e após a Guerra. (Sendas, 2009, p.4)

Ao longo dos anos foram criados movimentos de apoio aos veteranos de guerra como, por exemplo, a Liga dos Combatentes, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar (ANCU) e a Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas do Stress de Guerra (APOIAR).

Para concluir, podemos ver através de alguma da bibliografia anteriormente referida, que existem inúmeros trabalhos académicos que abordam a temática da guerra em si, mas que, no entanto, não

analisam outros aspetos para além do próprio conflito militar. Neste sentido, a presente dissertação não se propõe afastar de uma análise e contextualização histórica da guerra colonial, mas pretende complementá-la com um estudo e uma reflexão que se centrem nas histórias de vida, nas experiências individuais e coletivas, nas memórias e nas consequências física, psicológicas e emocionais em soldados do Regime de Cavalaria 6.

A análise da vida dos militares durante a guerra e, sobretudo, dos testemunhos de ex-combatentes é uma componente, a meu ver, fundamental para o estudo desta temática, daí que ao longo da dissertação serão analisadas entrevistas realizadas a ex-combatentes do Regimento de Cavalaria nº 6, mas não só. Os testemunhos dos ex-combatentes constituem uma importante fonte para uma análise do conflito que compreenda toda a sua complexidade e multidimensionalidade.

No entanto, não devemos utilizar os ex-combatentes como meras fontes históricas que podem, posteriormente, ser descartadas e ignoradas, sobretudo no que respeita à saúde mental. Apesar de, como referido anteriormente, nos últimos anos terem sido criados movimentos associativos de apoio aos ex-combatentes, infelizmente os mesmos não são suficientes, pois ainda existem inúmeros ex-combatentes que necessitam de ajuda e que a sociedade portuguesa simplesmente ignora e tenta esquecer.

## 2. Fontes e metodologias utilizadas

A presente dissertação pretende dar resposta a vários problemas e questões de investigação referentes não só ao período em que decorreu a Guerra Colonial, mas também acerca do Regimento de Cavalaria N.º 6 (RC6).

Em primeiro lugar, este estudo procura realizar uma contextualização e uma análise históricas do RC6, bem como um enquadramento histórico e uma reflexão crítica acerca da própria Guerra Colonial, dos antecedentes ao final da Guerra e à, conseqüente, descolonização.

Procura-se também, através desta dissertação, analisar a forma como o RC6 mobilizou os seus soldados para os três teatros de operações (Angola, Guiné e Moçambique). Para além do que foi referido anteriormente, este estudo procura também realizar uma análise quantitativa dos Pelotões de Reconhecimento Daimler mobilizados pelo RC6 durante a guerra, bem como uma contabilização do número de soldados mortos ao serviço do RC6.

Para além da dimensão quantitativa e estatística da investigação, a presente dissertação procura analisar a condição económica e social dos soldados mobilizados não só pelo RC6, mas também pelo RI2. De entre várias questões acerca dos soldados mobilizados para a guerra, podemos destacar o nível de escolaridade dos soldados, aspeto em que procuraremos discernir entre os soldados com o ensino obrigatório e aqueles que tinham concluído ou estavam a realizar estudos superiores. Importa-nos estudar também o seu período de recruta e formação militar, bem como o seu quotidiano no RC6 e, posteriormente, em África.

Para responder aos diversos problemas e questões de investigação apresentadas anteriormente, a presente tese de mestrado utilizará diversas fontes e metodologias de investigação. No que respeita à análise e contextualização histórica do RC6, serão utilizadas fontes bibliográficas como, por exemplo, um capítulo de autoria de Miguel Freire & Manuel Dantas Pereira (2021) denominado *O esforço da guerra (1961-1974): o caso do 6 de cavalaria*, em que os autores descrevem e analisam vários aspetos importantes acerca do RC6 durante a guerra colonial. De entre eles destacam-se: uma caracterização do RC6 na década de 60; um balanço da constituição do regimento e das unidades mobilizadas durante a guerra; uma descrição dos Pelotões de Reconhecimento Daimler; uma caracterização do modo como era feita a instrução dos soldados, destacando-se a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO); uma descrição das cerimónias de despedida, embarque e de viagem; um retrato dos tipos de missões levadas a cabo pelo RC6. Para além da bibliografia, será também utilizada informação disponibilizada em *websites* de publicações como, por exemplo, a *Revista da Cavalaria e Exército Português*.

Ainda acerca da análise do RC6, para além da consulta de bibliografia e fontes hemerográficas, a presente dissertação utilizará informação consultada no Arquivo do RC6, nomeadamente, as Ordens de Serviço (OS) ou os Livros das Ordens Regimentais. Através das Ordens de Serviço, podemos recolher vários elementos que nos permitem uma caracterização do RC6: a forma como funcionava; o modo como eram distribuídas as diversas tarefas e funções; a descrição dos soldados que entravam e saíam do Regimento, bem como os soldados e pelotões mobilizados para África; o arrolamento das punições e ações disciplinares a soldados que cometiam infrações; a enumeração dos doentes; o retrato das cerimónias de despedida dos pelotões; a descrição dos materiais de aquartelamento, de peças de fardamento e armamento que entravam e saíam do Regimento; entre outros aspetos.

A presente dissertação dá também destaque à quantificação do número de Pelotões de Reconhecimento Daimler mobilizados para a guerra, bem como a sua composição em termos de funções, para além do registo do número de mortos em África, sendo estes, quase na sua totalidade, vítimas de acidentes não relacionados, de forma direta, com atividades de combate.

No que respeita à análise dos ex-combatentes, serão utilizadas bibliografia e fontes orais provenientes de entrevistas realizadas a ex-combatentes do RC6 e também do Regimento de Infantaria N.º 2. Alguns dos ex-combatentes entrevistados e que não fizeram parte do RC6, apesarem de não contribuírem de forma direta no estudo, relatam importantes factos e acontecimentos acerca da guerra e do modo de vida em África, daí a pertinência em analisar essas mesmas entrevistas. Através das entrevistas realizadas a ex-combatentes, conseguem-se identificar vários aspetos importantes acerca dos mesmos e da sua participação na guerra, entre eles destacam-se: a descrição da infância e juventude; o nível de escolaridade aquando do ingresso no quartel; a descrição pessoal do período de recruta e formação militar; as armas em que os mesmos foram instruídos; a descrição das instalações do RC6, mas também do próprio quartel em que, posteriormente, estiveram instalados, em África; o quotidiano no quartel e depois aquando da mobilização para África; os locais e as missões em que os mesmos participaram; as dificuldades e experiências vividas; os conflitos marcantes em que participaram; os eventuais problemas de saúde resultantes da guerra; os sentimentos experimentados aquando do embarque para África e do posterior regresso a Portugal; as hipotéticas dificuldades que poderão ou não ter sentido na reinserção no ambiente familiar e no mundo de trabalho.

Para além da consulta da bibliografia, de fontes hemerográficas militares e de fontes arquivísticas do RC6, a presente dissertação analisará também fontes arquivísticas pertencentes à Biblioteca Pública de Braga. Nesta, foram consultadas fontes hemerográficas referentes ao período ao longo do qual se estendeu a guerra colonial. Ao longo da dissertação serão analisados jornais da época em que, através

da análise do seu conteúdo, sobretudo no que respeita à guerra, se constata facilmente a forma como as publicações periódicas eram, fortemente, censurados pelo regime.

No que respeita aos jornais censurados pelo Estado Novo, serão analisados jornais como o *Diário de Lisboa*, o *Diário da Manhã* e o *Jornal de Notícias*. Para além da consulta dos jornais disponíveis na biblioteca de Braga, foi também consultado o site da Casa Comum para a análise do *Diário de Lisboa*. A análise destes jornais consistirá, sobretudo, num estudo do tipo de linguagem utilizada pelos jornais, a forma como a censura se impunha às redações e o modo como a guerra era apresentada na metrópole.

Ao mesmo tempo, para além desta análise individual a cada jornal, será realizada uma análise conjunta e comparativa dos mesmos em relação aos jornais ilegais e antirregime da época, nomeadamente o *Boletim Anti-Colonial* e o órgão central do Partido Comunista Português, o *Avante!*, consultados a partir dos sites da Casa Comum e do Arquivo Marxista na Internet, respetivamente. Através desta análise comparativa será possível constatar a forma como a linguagem e o conteúdo das notícias eram apresentados de forma totalmente oposta aos jornais intervencionados pela censura. Por um lado, através da análise dos jornais legais, constata-se uma linguagem totalmente governamental e de oposição e criminalização e demonização dos movimentos de libertação, em que nas notícias que serão apresentadas ao longo da dissertação veremos os mesmos serem caracterizados como terroristas e bandoleiros, afirmando-se que o seu objetivo era apenas causar a desordem. Já ao analisar o *Avante!* e o *Boletim Anti-Colonial*, encontramos uma linguagem totalmente oposta e em que o seu conteúdo é totalmente pró-independência dos territórios coloniais e antirregime. Ao contrário dos jornais estatais anteriormente referidos, estas duas publicações clandestinas caracterizavam positivamente e heroicamente o povo das ex-colónias e os seus diversos movimentos de libertação.

Como é natural num estudo de investigação, surgem sempre algumas dificuldades e preocupações de natureza ética. As problemáticas referentes a este ponto, derivaram da análise das fontes arquivísticas do arquivo do RC6 e da realização de entrevistas a ex-combatentes. No que respeita ao arquivo do regimento, as dificuldades e problemáticas de natureza ética que verifiquei dizem respeito ao facto de não ter sido possível fotografar documentos, precisamente pelo facto do RC6 preservar a integridade e o anonimato dos seus ex-combatentes, devido ao facto de alguns dos ainda se encontrarem vivos. Esta situação levou a uma consulta mais demorada das Ordens de Serviço, o que fez com que a sua análise não se focasse em indivíduos e nos seus nomes, mas antes nas suas funções, bem como a preocupação de manter ao máximo o seu anonimato ao longo do estudo arquivístico.

Também como referido anteriormente, a consulta e a análise do arquivo do RC6 foi mais demorada,

em relação ao que estava previsto. O motivo para sua demora justifica-se pelo facto de as Ordens de Serviço serem extensas e também devido à forma como o estudo e a análise do número de combatentes mobilizados pelo RC6 e do número de mortos estava originalmente planeada. Inicialmente, a consulta realizada inseria-se na consulta dos processos de todos os ex-combatentes mobilizados pelo RC6, incluindo soldados que não eram mobilizados por pelotões. Rapidamente foi possível perceber que este tipo de consulta era inviável tendo em conta o tempo disponível para a realização deste projeto de investigação. Portanto, para responder a esta problemática, o Sargento-Mor Montenegro da Silva forneceu-me uma lista com todos os pelotões mobilizados e a data da sua mobilização, o que permitiu que a análise dos soldados mobilizados pelo RC6 se fizesse de forma mais rápida e que cumprisse o prazo estabelecido para a análise do arquivo. Para além disso, o Sargento-Mor Montenegro da Silva também foi muito gentil e prestável ao ter-me fornecido uma lista com o número de mortes em campanha, o que diminuiu imenso o tempo que demoraria analisar o arquivo.

Quanto à análise dos jornais da época, a sua análise foi efetuada com poucas dificuldades, devido ao facto de a sua informação estar disponível, quer na Biblioteca Pública de Braga, quer nos sites anteriormente referidos, no entanto, a sua análise foi demorada em alguns jornais. No que respeita a jornais como o *Diário de Lisboa*, o *Boletim Anti-Colonial* e o *Avante!*, a sua consulta e análise decorreu de forma relativamente rápida, devido, precisamente, ao facto de os mesmos estarem disponíveis *online*, permitindo uma enorme facilidade no que respeita à consulta e também ao acesso, pois não existem restrições, como por exemplo, horários de funcionamento, como se verifica na Biblioteca Pública de Braga.

Foi na análise dos jornais apenas disponíveis na Biblioteca Pública de Braga que a consulta e a análise foram mais demoradas. O motivo que justificou uma relativa demora na sua análise, não foi tanto devido ao horário de funcionamento da biblioteca e a outros fatores externos, mas sim do próprio conteúdo dos jornais. A consulta destes jornais foi demorada devido ao facto de a sua análise estar compreendida num período cronológico relativamente extenso. Para além disso, a análise, principalmente, dos primeiros da guerra (1961-1964) foi mais demorada devido ao facto de existir, quase todos os dias, uma nova notícia acerca da guerra. Um importante fator que contribuiu para que a consulta se fizesse de forma mais célere foi o facto de, ao contrário do RC6, ter sido autorizado o levantamento fotográfico das notícias, o que permitiu que eu registasse cada notícia de forma mais rápida e possibilitou também que eu fizesse a análise do seu conteúdo mais tarde e noutra espaço de trabalho. Através desta metodologia, consegui rentabilizar ao máximo o tempo disponível na biblioteca registando apenas a notícia, sem ter de perder tempo extra na análise da notícia em si.



Já no que respeita às dificuldades encontradas no decurso das entrevistas realizadas a ex-combatentes, relevo que a maior contrariedade foi encontrar os contactos de ex-combatentes que estivessem disponíveis para realizar uma entrevista comigo à distância. Alguns dos contactos a que tive acesso, infelizmente, não se materializaram em entrevistas devido ao facto de não terem possibilidade de realizar a entrevista pelo facto de viverem longe de Braga e do norte do país e de não terem acesso ou conhecimento tecnológico para realizar uma entrevista *online*. Para a obtenção de contactos de ex-combatentes, o Sargento-Mor Dantas Pereira foi fundamental, tendo fornecido os contactos de ex-combatentes e também informação relacionada ao RC6.

Existiu também ao longo da realização destas entrevistas uma extrema preocupação em termos da ética. Em cada entrevista procurou-se preservar ao máximo o anonimato do entrevistado, pedindo-se apenas para, com a devida autorização do informante, publicar o seu primeiro nome. Esta preocupação ética permitiu que os entrevistados se sentissem mais à vontade para contarem as suas histórias de vida, dificuldades encontradas em África e opiniões acerca da guerra.

No que respeita ao universo de entrevistados, foram ouvidos 6 ex-combatentes da guerra colonial, sendo que cinco pertenceram ao RC6 e um pertenceu ao Regimento de Infantaria N.º 2. Os ex-combatentes entrevistados descreveram a sua experiência e as dificuldades sentidas na guerra e no dia-a-dia em África, tendo como amostras de análise os territórios de Tite (Guiné), Teixeira-Pinto (Guiné), Bambadinca (Guiné), Mansabá (Guiné) e Nambuanguo (Angola). As idades destes ex-combatentes variam entre os 73 a 80 anos e, quanto à sua situação profissional dos mesmos aquando da mobilização, dois entrevistados trabalhavam como trolha, dois como engenheiro, um como operário fabril e um como médico.

Para terminar, é importante referir as dificuldades que encontrei ao longo deste trabalho, sobretudo em obter informação acerca da história do RC6 e da sua ação na guerra. Felizmente, como referi anteriormente, o Sargento-Mor Montenegro da Silva foi fundamental, pois forneceu-me muita documentação acerca deste assunto. O Sargento-Mor revelou-me ainda que, num futuro próximo, ele e os seus colegas, irão publicar uma obra acerca do RC6 e da guerra, o que permitirá que futuros investigadores que pretendam analisar o RC6 e a sua história, o façam com uma maior facilidade, no que respeita a fontes bibliográficas e documentais.

### 3. A Imprensa portuguesa durante a Guerra Colonial

Para além da bibliografia, as fontes jornalísticas constituem uma importantíssima base para a contextualização, não só da guerra em si, mas também do próprio jornalismo do período em estudo. Neste capítulo serão analisados cinco jornais da época. Numa primeira fase, será realizada uma caracterização individual de cada jornal, passando-se, num segundo momento, para uma análise comparativa dos jornais controlados pela censura e dos jornais ilegais e antirregime.

#### 3.1. *Diário de Lisboa*

Segundo as Crónicas do Professor Ferrão<sup>2</sup>, o *Diário de Lisboa* foi um jornal de referência da imprensa portuguesa do século XX, tendo perdurado de 7 de abril de 1921 a 30 de novembro de 1990. Nele trabalharam muitos jornalistas com um grande conhecimento da vida nacional, assim como nomes ilustres da cultura portuguesa. Ainda segundo o autor, o *Diário de Lisboa* foi um jornal diário publicado no período da tarde e o primeiro a ser criado em Portugal no tempo da 1ª República. Nos finais da 1ª República, este jornal foi alvo da censura, não sendo permitido vir a público. Por fim, durante o Estado Novo, o *Diário de Lisboa* assumiu uma resistência subliminar ao regime, apresentando nas suas edições mensagens simbólicas nas entrelinhas de textos ficcionais e noticiosos: “Esta oposição sub-reptícia a este regime autoritário efetuou-se, sobretudo, a seguir à 2ª Guerra Mundial e no período do Marcelismo, na altura em que se ansiava mais pela democratização do país” (Crónicas do Professor Ferrão, 2021).

Ao analisarmos as notícias referentes à guerra colonial, podemos constatar que o *Diário de Lisboa*, numa primeira leitura, apresenta um número de notícias muito diminuto em comparação com outros jornais que serão posteriormente analisados, como, por exemplo, o *Diário da Manhã* ou o *Jornal de Notícias*. Nesta observação, foi possível constatar que, em alguns meses, não existiram notícias acerca da guerra. Alguns dos motivos que contribuíram para este facto poder-se-ão prender com o facto de a consulta deste jornal ter sido realizada *online* na Casa Comum da Fundação Mário Soares, onde faltam algumas edições.

A primeira notícia acerca da guerra foi publicada em 4 de fevereiro de 1961. Nela é referida uma tentativa falhada, por parte de três grupos armados, de libertar presos em Luanda, tendo os mesmos assaltado a Casa de Reclusão Militar, o Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as Cadeias Civas de Luanda. Tal como defendido por Nuno Mira Vaz (1997), as notícias posteriores a

---

<sup>2</sup> Crónicas do Professor Ferrão. (2021). CENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DO “DIÁRIO DE LISBOA” (1921-2021): O PERIÓDICO LISBOETA COMO FAROL DA LIBERDADE DE IMPRENSA [Blog]. Crónicas do Professor Ferrão. <https://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/centenario-da-criacao-do-diario-de-83102>

este acontecimento, começam a induzir na opinião pública a ideia de que as dificuldades nos domínios coloniais portugueses apenas tinham origem em conspirações vindas do exterior, referindo, precisamente, que os responsáveis por este ataque não foram pessoas de Luanda, mas sim estrangeiros e que a normalidade e paz na cidade fora rapidamente estabelecida.

Podemos constatar, não só neste jornal mas também nos restantes jornais legais da época, como era o jornalismo de então, sendo este caracterizado em maior profundidade por autores como Sílvia Torres (2016) e Nuno Mira Vaz (1997). Ao analisarmos as notícias podemos verificar como as notícias, principalmente nos primeiros anos da guerra, referiam que todos os ataques verificados no Norte de Angola<sup>3</sup> eram sempre repelidos com sucesso e sem grandes baixas para as forças portuguesas.

Ainda acerca da linguagem das notícias, o MPLA, a FRELIMO ou o PAIGC não eram reconhecidos, sobretudo nos primeiros anos da guerra, como organizações ou movimentos, sendo os ataques apresentados nas notícias como tendo sido perpetrados por terroristas ou bandoleiros a soldo de potências estrangeiras. Para além de serem designados por terroristas ou bandoleiros, os nativos das ex-colónias eram também designados como “pretos” – “Os ataques em Luanda dos pretos munidos por catanas descritos pelas vítimas hospitalizadas<sup>4</sup>” –, bandos de criminosos e, posteriormente, movimentos de guerrilha.

Uma das primeiras referências ao MPLA surge numa notícia acerca do facto de o MPLA tentar ocupar o lugar da União das Populações de Angola (UPA) no que respeita ao controlo de Angola. O jornal salienta o facto de o MPLA ser considerado um grupo comunista e muito mais perigoso do que a UPA. Segundo o *Diário de Lisboa*:

Holden Roberto encontra-se muito desacreditado e, se alguma vez chegou a ser um dirigente popular, não o é, certamente, agora. Mesmo entre os terroristas o seu nome está associado à ideia de malogro e incompetência. Não há dúvida de que continuará com as suas actividades, mas é provável que a direcção da guerra subversiva em Angola seja de futuro dirigida mais pelo M.P.L.A. – Movimento Popular de Libertação de Angola. Este movimento, que existe desde 1956, chefiado por Mário de Andrade, é uma organização comunista muito mais perigosa do que a U.P.A. de Holden Roberto<sup>5</sup>.

A partir das notícias publicadas neste período acerca da guerra, podemos constatar que o jornal, devido à censura, procurou conotar como verdadeiros terroristas e causadores da desordem os responsáveis pelos ataques, acusando-os de assaltarem e atacarem populações indefesas e de não se preocuparem com o assassinato de colonos ou até mesmo de nativos – “Nas últimas 24 horas

---

<sup>3</sup> No que consta às zonas de ação militar levadas a cabo pelos movimentos de libertação durante a Guerra Colonial em Angola: a UPA/FNLA atuou no Norte de Angola e o MPLA atuou, essencialmente, a partir da zona leste de Angola.

<sup>4</sup> Os ataques em Luanda dos pretos munidos por catanas descritos pelas vítimas hospitalizadas. (1961, fevereiro 20). *Diário de Lisboa*, ano 40, n° 13717, p.1.

<sup>5</sup> O M.P.L.A tende a ocupar o lugar da U.P.A. (1962, fevereiro 13). *Diário de Lisboa*, ano 40, n° 13711, p.13.

procede-se ainda à perseguição dos bandos criminosos que cobertos pela confiança reinante em toda a parte atacaram, de surpresa, populações indefesas provocando as mais vis atrocidades não olhando fosse a quem fosse, Homens, Indignados, naturais da província e da metrópole”<sup>6</sup>.

Ao analisarmos estas notícias acerca da guerra colonial, podemos destacar também o facto de o *Diário de Lisboa* destacar a bravura (chegando, em alguns casos, a elevá-los à condição de heróis) não só dos militares mas também das populações locais quando as mesmas conseguiam repelir os ataques. Como se afirmava no *Diário de Lisboa* de 14 de abril de 1961, “hoje, milhares de bandoleiros atacaram novamente Ucuá, aproveitando a circunstância de a Companhia de Caçadores que ali se encontrava ter partido para o Queixete, deixando apenas trinta homens. Estes, porém, resistiram com incedível bravura aos ataques vindos de todos os lados”<sup>7</sup>.

Para além de descrever ataques levados a cabo pelos nativos e pelos movimentos de independência das ex-colónias, o *Diário de Lisboa* apresentava também operações conduzidas pelas Forças Armadas Portuguesas. É disso exemplo a seguinte citação: “Prosseguem activamente as operações militares em todo o Norte de Angola, agora apoiadas por pequenos aviões «Dornier» da Força Aérea Portuguesa, que possuem uma grande facilidade de manobra”<sup>8</sup>.

O *Diário de Lisboa*, além de descrever ataques, também descrevia a partida de contingentes militares para as ex-colónias – “Com 800 passageiros largou do Tejo um paquete que escalará diversos portos das províncias portuguesas de Angola e Moçambique e, ainda o Funchal”<sup>9</sup>. Nas notícias verificadas ao analisar o *Diário de Lisboa*, pudemos constatar a intensa e acrimoniosa relação entre Portugal e a ONU em virtude da Assembleia Geral desta aprovar moções a favor da independência das ex-colónias. Por conseguinte, o jornal e, sobretudo, os representantes do Estado português na ONU contestavam não só as moções, mas chegavam mesmo a pôr em causa a legitimidade e até a legalidade da própria discussão, argumentando que as ex-colónias eram províncias portuguesas e não colónias e que, desta forma, a resolução dos problemas destes territórios era uma prerrogativa que apenas assistia a Portugal. Pelo que, anunciava o *Diário de Lisboa*, “o representante de Portugal na O.N.U. demonstrou ao Conselho de Segurança que a discussão do caso de Angola era ilegal”<sup>10</sup>. Ainda acerca da ONU, era também sublinhado nas notícias o facto de os aliados de Portugal não se oporem às moções apresentadas na ONU contra o país. No entanto, é importante realçar que estas notícias acerca da

---

<sup>6</sup> Numerosos prisioneiros entre os assaltantes do Norte Angola. (1961, março 19). *Diário de Lisboa*, ano 40, n° 13744, p.1.

<sup>7</sup> Indígenas voltaram a atacar Ucuá. (1961, abril 14). *Diário de Lisboa*, ano 41, n° 13770, p.1.

<sup>8</sup> No Norte de Angola prosseguem as operações militares. (1961, abril 11). *Diário de Lisboa*, ano 41, n° 13767, p.1.

<sup>9</sup> Partiu para o Ultramar mais um contingente de forças armadas. (1961, maio 24). *Diário de Lisboa*, ano 41, n° 13809, p.1.

<sup>10</sup> O representante de Portugal na O.N.U. demonstrou ao Conselho de Segurança que a discussão do caso de Angola era ilegal. (1961, julho 7). *Diário de Lisboa*, ano 41, n° 13852, p.1.

ONU apresentavam informações profundamente enviesadas da realidade. Segundo António Pinto (2001), os aliados de Portugal quase sempre votaram a favor dos interesses portugueses. Quando não votavam favoravelmente, abstinham-se e impediam que as resoluções fossem aprovadas por unanimidade. Neste sentido, o *Diário de Lisboa* pretende construir uma narrativa de que os aliados de Portugal não defendiam os interesses portugueses algo que, como referido anteriormente, não é verdadeiro. Apesar dos aliados portugueses, por vezes, não votarem a favor de Portugal, os mesmos nunca votavam contra, abstendo-se simplesmente.

Ao longo do estudo das notícias pudemos fazer um breve mapeamento das regiões onde ocorreram conflitos, sobretudo no Norte de Angola. Assim, destacam-se conflitos entre nativos e as Forças Armadas nas regiões de Nambuangongo, de Ambriz, de Queixete, de Ucuá, de Fuangi, de Nova Caipembade, de Pango Aluquem, de Cangola, de Cuimba, de Carmona, de Mucaba, de Massarelos, de Songo, de Cazua, de Dembos, de Pedra Verde, de Buela, de Vale do Loge, da Serra do Píngano, de Dange, de Quicabo, do Rio Zamba, do Rio Onzo, de Zala, de Zanga, dos Rios Zadi, Andimba e Coji. Na Guiné, podemos destacar conflitos nas regiões de Suzana, a sul do Rio Corubal, de Falacunda.

Um dos pontos negativos identificámos ao consultar as notícias do *Diário de Lisboa* acerca da guerra colonial, diz respeito ao facto de existirem poucas notícias acerca Moçambique. No entanto, não é um caso isolado, pois a mesma situação foi detetada nos outros periódicos consultados.

Para terminar a análise do *Diário de Lisboa*, devemos ainda salientar alguns assuntos e temas marcantes, como, por exemplo: a audiência do Papa concedida aos chefes da FRELIMO, PAIGC e MPLA (acontecimento ocorrido a 1 de julho de 1970); o assalto à alegada sede do Governo Revolucionário de Angola (“A Polícia congoleza expulsou cerca de 50 angolanos que às primeiras horas de hoje assaltaram e puseram em desordem a sede nesta cidade do «Governo Revolucionário da Angola no exílio»”<sup>11</sup>); o assassinato de Amílcar Cabral (dirigente do PAIGC) (ocorrido no dia 20 de janeiro de 1973); e, por fim, a declaração de independência da Guiné por parte do PAIGC (proclamada no dia 28 de setembro de 1973).

Segundo um comunicado em Dacar pelo P.A.I.G.C.: «A primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, reunida a 23 e 24 do corrente, nas regiões libertadas do Boé, a leste do país, proclamou antontem, vinte e quatro, às 9.55 a República da Guiné-Bissau. O Estado da Guiné-Bissau foi dotado com uma constituição e a assembleia procedeu à eleição dum Conselho de Estado constituído por quinze membros e presidido por Luís Cabral, secretário-geral adjunto do P.A.I.G.C.».<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Cinquenta angolanos assaltaram a sede do «Governo Revolucionário de Angola» em Leopoldville. (1965, junho 25). *Diário de Lisboa*, ano 45, nº 15274, p.1.

<sup>12</sup> A independência da Guiné proclamada pelo P.A.I.G.C. «um acto de propaganda». (1973, setembro 28). *Diário de Lisboa*, ano 45, nº 15369, p.1.

### 3.2. Diário da Manhã

Segundo o blog *Restos de Coleção*<sup>13</sup>, o jornal *Diário da Manhã* pertenceu à Companhia Nacional Editora que lançou, em 4 de abril de 1931, a sua primeira edição. Este jornal era propriedade da União Nacional, servindo como uma espécie de jornal oficial do Estado Novo. O jornal encerra a sua atividade no dia 30 de janeiro de 1971, vindo a ser substituído pelo jornal *Época* – resultado da fusão dos jornais *A Voz* e *Diário da Manhã*. O primeiro número de *Época* surge a 1 de fevereiro de 1971. Ainda segundo *Restos de Coleção*, este jornal era um órgão oficioso da Acção Nacional Popular (renomeação da União Nacional no quadro das reformas marcelistas) e propriedade da Companhia Nacional Editora, tendo sido publicado até maio de 1974.

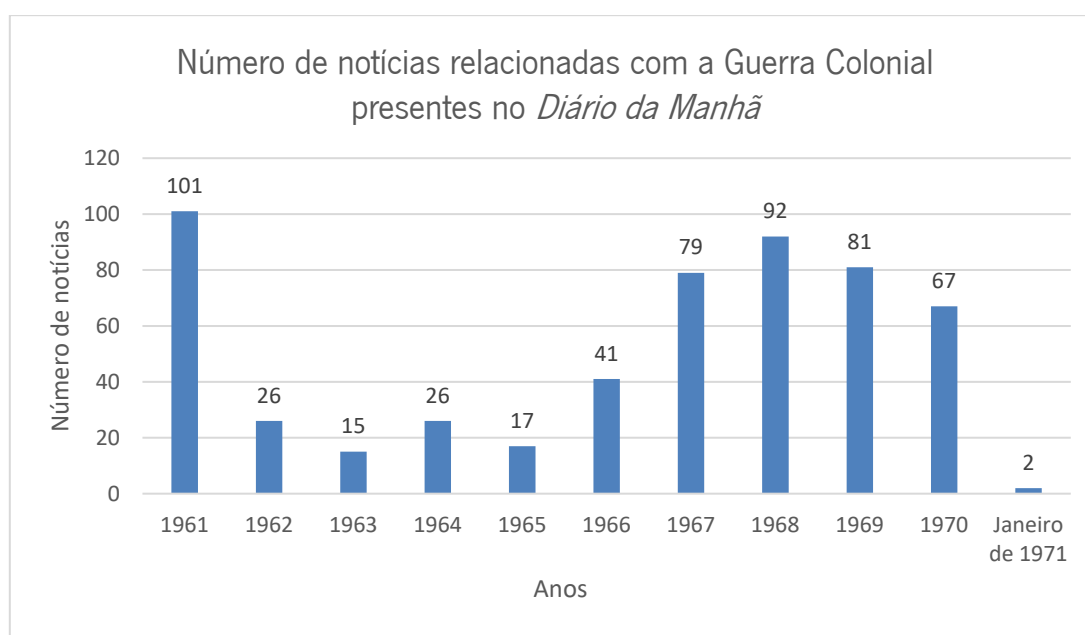


Figura 1- Número de notícias relacionadas com a Guerra Colonial presentes no *Diário da Manhã*

Numa primeira análise e através do gráfico presente na Fig. 1, podemos constatar que, durante todo o período compreendido entre o início da guerra em 1961 e janeiro de 1971 (encerramento do *Diário da Manhã*), existiram um total de 547 notícias relacionadas com a Guerra Colonial. Também podemos constatar que 1961 é o ano com o maior número de notícias acerca da guerra, coincidindo, precisamente, com o ano em que o conflito iniciou em Angola. No entanto, é importante salientar que, para além do ano de 1961, existem outros anos em que o número de notícias acerca da guerra é relativamente elevado, como por exemplo, os anos de: 1968, com 92 notícias; 1969, com 81; 1967, com 79; e 1970, com 67.

Quanto à linguagem apresentada acerca dos movimentos de libertação e dos participantes dos vários

<sup>13</sup> Restos de Coleção: Companhia Nacional Editora. (2021, março 2). *Restos de Coleção*. <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2021/03/companhia-nacional-editora.html>

ataques verificados ao longo do conflito nas ex-colónias, o *Diário da Manhã* utilizava uma linguagem semelhante à do *Diário de Lisboa*, considerando-os grupos de terroristas, bailundos<sup>14</sup>, bandoleiros, bandos de facínoras e “foras da lei”. Para além disso, ao longo do conflito, as Forças Armadas Portuguesas eram apresentadas nas notícias como uma força heroica que conseguia reprimir rápida e facilmente quase todos os ataques levados a cabo pelos nativos e pelos movimentos de libertação.

Ainda numa análise inicial, a partir de 22 de maio de 1966 todas as notícias apresentadas nos jornais acerca da guerra passaram a ser compiladas e organizadas numa secção específica denominada “Comunicado das Forças Armadas”. Assim, em vez de estarem dispersas ao longo do jornal, as notícias sobre a guerra passam a ser organizadas por região, como, por exemplo, todas as notícias acerca de Angola passavam a ter uma secção denominação “Comunicado das Forças Armadas em Angola”.

No que respeita ao conteúdo das notícias, podemos começar por referir que o *Diário da Manhã* já em 1961 fazia referência ao MPLA como um dos responsáveis pelos ataques ocorridos em Luanda em fevereiro de 1961, juntamente com o Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL)<sup>15</sup> e por elementos comunistas. Para além disso, os nativos eram acusados de, por vezes, utilizarem crianças como escudos humanos para atacarem colunas militares, como, por exemplo, em 30 de maio de 1961, quando uma coluna militar que seguia de Negage para Bungo foi atacada. Eram também acusados de roubarem alimentos a populações indefesas e de atacarem e incendiarem sanzalas. Como foi visto anteriormente, eram noticiados casos em que os supostos bandos terroristas chacinavam os próprios nativos, como, por exemplo, a notícia do dia 27 de junho de 1961 que afirmava que bandos de terroristas teriam assassinado 34 nativos.

Para além das notícias a salientar o poderio das Forças Armadas e a facilidade que estas tinham em repelir os ataques sofridos nas ex-colónias, por vezes, o próprio jornal admitia a dificuldade que estas sofriam em alguns dos ataques, como, por exemplo, a notícia do dia 12 de agosto de 1961, na qual é descrito um combate renhido entre os terroristas e as forças militares que haviam reocupado Huamba. No entanto, para além do contingente regular das Forças Armadas, as forças portuguesas também tinham apoio de grupos de voluntários que terão, de acordo com o jornal, conseguido protagonizar alguns feitos considerados importantes, como, por exemplo, em 31 de agosto de 1961, quando, na região do Songo, um quartel-general de terroristas foi reocupado apenas por um destes grupos de voluntários.

---

<sup>14</sup> População do Planalto Central de Angola. Assumindo um significado semelhante ao de “cafre”, o termo tem uma conotação claramente pejorativa e racista.

<sup>15</sup> Movimento revolucionário luso-espanhol criado, em janeiro de 1961, na Venezuela e cujos principais rostos portugueses eram Humberto Delgado e Henrique Galvão.

Uma notícia de 11 de novembro de 1961 afirmava que a UPA e MPLA defendiam que as baixas entre os seus membros foram de 1226 pessoas, contra as 3128 das forças portuguesas, algo que rapidamente foi desmentido por parte de Portugal. Para além dos ataques armados, Portugal procurava atacar os movimentos de libertação pela via política e através dos meios de comunicação, procurando dar uma imagem de instabilidade e de discórdia dentro dos próprios movimentos de libertação. Esta estratégia fica evidente numa notícia de 10 de julho de 1963 em que o jornal afirmava que existia uma crise no MPLA, consistindo na recusa da autoridade de Agostinho Neto e de Mário de Andrade por parte de quatro dos seus membros.

Para além disso, o *Diário da Manhã* publicou notícias em que acusava diversos países estrangeiros de auxiliarem os movimentos de libertação: em 4 de novembro de 1962, oficiais indianos foram acusados de conferenciar com chefes terroristas do UPA; em 8 de novembro de 1962, Marrocos foi recriminado por prometer auxílio ao MPLA; e, em 19 de maio de 1963, os novos Estados africanos foram acusados de estarem a prestar todo o tipo de apoio e auxílio aos movimentos de libertação.

As primeiras notícias acerca do conflito armado na Guiné começaram a surgir em meados de abril de 1963, nelas se afirmando que, na Guiné, os terroristas não controlavam nenhum território. Em Moçambique, a primeira notícia surge a 31 de dezembro de 1964, afirmando que foram presos em Moçambique agitadores comunistas portadores de armas e treinados no estrangeiro para a prática de atos terroristas.

Conforme o conflito armados se prolongava ao longo dos anos, a mais meios de comunicação e formas de difusão os movimentos de libertação começaram a ter acesso, como, por exemplo, a rádio. Um exemplo disto é a notícia do dia 26 de outubro de 1970, na qual é descrita a forma como PAIGC procurava difundir através da rádio os seus ideais de liberdade e de independência da Guiné. Segundo a notícia,

a propaganda do inimigo através da Rádio, utilizando a cadeia de emissores comunistas e de feição comunista, tem apresentado por forma bastante confusa e muito exagerada o teor de comunicados e notícias fantasistas dos chamados partidos de «independência» da Guiné Portuguesa. Tornando-se fastidioso e pouco oportuno desmentir todas as deturpações e exageros de tais notícias, apenas a título de exemplo se menciona um: foi relatado através da chamada «Voz da Liberdade» o teor de uma tal circular número três, intitulada «O Prisioneiro» que estaria a ser distribuída na Guiné Bissau e que seria comentada pela oficialidade aos soldados, ensinando-os a torturar e assassinar a sangue frio os prisioneiros guinezes; estaria também a ser distribuída outra circular número quatro que aconselharia a matar, além de homens armados, velhos, mulheres e crianças, não ficando os militares responsáveis por tais mortes mas apenas os terroristas como fatores da guerra. O único factor curioso destas inqualificáveis notícias reside na circunstância de



elas exprimirem exactamente o contrário do que está descrito em duas directivas difundidas às tropas pelo comandante-chefe.<sup>16</sup>

Para além do mapeamento das regiões apresentadas anteriormente onde ocorreram conflitos armados, através do *Diário da Manhã*, podemos destacar outras regiões que não foram referidas no *Diário de Lisboa*, como, por exemplo: i) em Angola, as regiões de Toto, Aldeia Viçosa, Lacunga, Tomboco, Bembe, Cuimba, Cabinda, Dimuca, Congo, Quiculungo, Quicabo, Golungo, Cangola, Combatela, Miconge, Maiombe, Huamba, Vila Nandimba, Icolo-e-Bongo, Sacandica, Pedra Verde, Macola, Quivita, Mufuque, Tembo Aluma, rios Tabadange e Lumba, Cazundo, Zala, Roça Novo Mundo, vale do Rio Vamba, Calua, Mucondo, Mongolo, Mata-Sanga, Lulumba, Machica, Teba, Gago Coutinho, Bom Jesus, Luvuei, Musama; ii) na Guiné, as regiões de Tiligi, Cambaju, Sincha Guela, Cutia, Uapete, Cabuca, Caté, Unchute, Gandembe, Sedengal, Farim, Tite, Pundame, Bielo, Date, Jabadá, Empada, Rio Cacneu, Oió, Madima, Boé, Canjola, Ribeirinha, Ualicunda; iii) em Moçambique, as regiões de Balama, Cabo Delgado, Niassa, Mutamba, Macondes, Quinterajo, Nova Coimbra, Friame, Madinaboré, São Domingos, Serra Jessi, margens dos rios Lucuise, Lucheringo, Lijombo, Lusahando, Milepa, Chamba, Valadim, Marrupa, Pundanhar.

### **3.3. *Jornal de Notícias***

Segundo Helena Lima (2018), o *Jornal de Notícias* foi lançado no Porto em 1888. Nesta altura, a cidade do Porto encontrava-se a viver um período de crescimento e de melhorias urbanas, sendo o terceiro dos três jornais centenários (*Comércio do Porto*, *O Primeiro de Janeiro* e o *Jornal de Notícias*) que foram criados na cidade. Por conseguinte, “a iniciativa de criar um novo jornal de perfil partidário foi tomada quando a cidade do Porto apresentava um novo dinamismo em termos de crescimento demográfico e desenvolvimento industrial. Estes fatores de modernidade eram, ainda assim modestos, e a concentração populacional nunca atingiu os níveis de Lisboa” (Lima, 2018, p. 239).

---

<sup>16</sup> Comunicado das Forças Armadas da Guiné. (1970, outubro 26). *Diário da Manhã*, n° 14103, p.2.

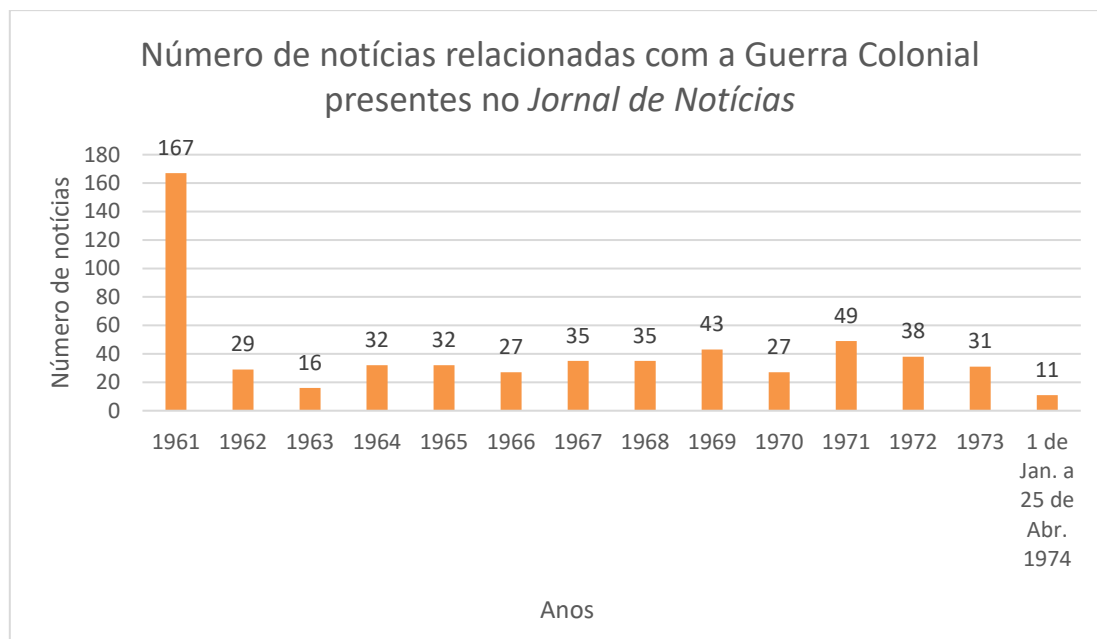


Figura 2 - Número de notícia relacionadas com a Guerra Colonial presentes no *Jornal de Notícias*

Numa primeira análise e através do gráfico presente na Fig. 2, constatamos que durante todo o período compreendido entre o início da guerra em 1961 e 25 de abril de 1974 existiu um total de 572 notícias diretamente relacionadas com a Guerra Colonial. Podemos também verificar que o número de notícias em 1961 é de 167, um valor extremamente elevado quando comparado com os restantes anos. No que respeita aos restantes anos, podemos ver que, ao contrário do número extremamente elevado de notícias relacionadas com a guerra em 1961, o volume anual de notícias é relativamente consistente, apresentando (exceto 1961) uma média anual de 31 notícias. Através da Fig. 2 podemos também ver que existiram apenas 2 anos em que o número de notícias ultrapassou as 40, sendo eles 1969, com 43 notícias, e 1971 com 49 notícias.

Ainda numa análise inicial, podemos verificar que ao longo dos anos deixam de existir apenas notícias isoladas apresentadas no jornal, passando a existir uma secção específica que fazia uma compilação de todas as notícias relacionadas com a guerra. A primeira secção que surge no *Jornal de Notícias* e que passou a compilar todas as notícias relacionadas com a guerra foi estreada a 14 de maio de 1961, sendo denominada “Os acontecimentos de Angola”. Juntamente com esta secção surgem secções semelhantes, no entanto, com uma denominação diferente. Para além de “Os acontecimentos de Angola”, vão aparecendo, ao longo dos anos, secções denominadas “O momento angolano”. A partir de 13 de março de 1963, estas secções anteriormente descritas deixam de existir, passando a ter a mesma denominação verificada anteriormente no *Diário da Manhã*: “Comunicados das Forças Armadas”. Uma possível justificação para esta reorganização da informação relativa à guerra, terá a ver com o facto de que, até janeiro de 1963, a guerra estava a ser travada, exclusivamente, em Angola.

Isto fazia com que o número de notícias diárias, acerca da guerra, não fosse muito elevado, permitindo que as mesmas fossem descritas de forma detalhada no jornal. Com o passar dos anos e após o eclodir dos conflitos na Guiné e Moçambique, a quantidade de notícias diárias acerca da guerra aumentou exponencialmente, levando a que as notícias fossem compiladas por região e descritas de forma sumária. Outra possível explicação, prende-se com o facto de que, nos primeiros anos, os ataques levados a cabo pelos movimentos de libertação, não exigiam um elevado número de militares para conter. Com o passar dos anos, os ataques passaram a possuir uma escala e um impacto maiores, chegando os movimentos de libertação a ocupar vários territórios. Em suma, é possível que devido o aumento do número de notícias e a extensão do conflito militar em larga escala, tenha levado a que o *Diário da Manhã* e o *Jornal de Notícias* achassem mais conveniente realizar uma compilação por região dos relatórios militares divulgados pelas Forças Armadas.

No que respeita ao conteúdo das notícias, de entre as muitas notícias acerca da guerra retiradas do *Jornal de Notícias*, podemos salientar algumas peças e assuntos que assumiram um lugar de destaque nas páginas do periódico. Por exemplo, em 2 de junho de 1961, o *JN* acusa a ONU de estar a ajudar a UPA com armamento.

«UPA» eram as inscrições de muitas das armas ontem apreendidas pelas autoridades numa rusga à sanzala de Calumba na região de Carmona. [...] A força militar que se deslocou àquela sanzala deparou com a resistência dos bandoleiros, rapidamente dominada, embora à custa de um morto: o soldado Fernando Monteiro Pereira. Na busca que se seguiu foram encontradas numerosas armas de fogo, muitas delas apresentando gravadas as iniciais «O.N.U.» e «U.P.A.», além de grande número de catanas. – (ANI).<sup>17</sup>

Devemos ainda destacar algumas notícias acerca, em primeiro lugar, do Regimento de Infantaria n.º 8 e, posteriormente, do Regimento de Cavalaria n.º 6 – algo muito compreensível tendo em conta que estes regimentos, tal como o *Jornal de Notícias*, estavam instalados na cidade do Porto. Numa notícia do dia 28 de junho de 1961 refere-se o momento de despedida dos contingentes militares do Porto, de Braga e de Penafiel que iriam partir para África, caracterizado pelo jornal como uma ocasião marcada por excessivas cerimónias de despedida. Por fim, numa notícia do dia 22 de julho de 1967 são descritas as cerimónias do «Dia da Unidade» do RC6. O «Dia da Unidade» consiste na celebração anual do aniversário do RC6. Este dia foi também marcado, em 1967, pela cerimónia de despedida de um contingente destacado para a guerra, sendo realizada, em primeiro lugar, uma formatura geral do Regimento comandada pelo 2º comandante, seguida de uma continência ao comandante da 1ª Região Militar. Após continência, o comandante do RC6 proferiu um discurso que assinalava os feitos do Regimento, seguindo-se uma homenagem aos mortos em combate e a distribuição de condecorações e

---

<sup>17</sup> Armas apreendidas aos terroristas com as iniciais «O.N.U.» e «U.P.A.» (1961, junho 2). *Jornal de Notícias*, ano 74, n.º 1, p.20.

prémios a soldados. Posteriormente, foi realizada a entrega dos guiões ao comandante do contingente que fora, nesse mesmo dia, destacado para África e, após o termino das celebrações, o resto do dia foi marcado pela realização de exercícios.

Numa notícia do dia 21 de setembro de 1961, fica demonstrado que Portugal tentava dar a entender que existia discórdia entre e no interior dos movimentos de libertação e de conotar os mesmos de forma negativa. Estes eram acusados de estarem apenas interessados em atingir os seus interesses individuais, étnicos ou ideológicos em vez de procurarem ajudar os nativos que diziam representar e querer libertar. Através desta notícia fica ainda claro o facto de o jornal salientar a suposta existência de um “Estado-Maior do Exército” dos revoltosos do Norte Angola, sendo o mesmo chefiado pela UPA, no que deve ser entendido como uma crítica à alegada sede luxuosa desse movimento.

Assim é que a sede da UPA (em Março ainda uma velha casa, nos barros indígenas de Leopoldville mobilado com móveis de acaso) se encontra instalada, agora, em três moradias seguidas da luxuosa Avenida Strauch, no centro da cidade<sup>18</sup>. [...] Conhecem-se também os nomes – os nomes de guerra, pelo menos – de outros colaboradores do chefe da UPA. O «coronel» Salavu intitula-se «chefe do serviço de informações». O «coronel» Gunda Kalei exhibe o pomposo título de «inspetor geral». De todos, o único que – segundo se afirma em Leopoldville – se encontra em Angola é o «chefe da zona de operações», que se chama Felas Bambie, [e que] também, como os seus camaradas, se promoveu a «coronel»<sup>19</sup>. [...] Em Leopoldville, interrogado por jornalistas, Holden Roberto admitiu que se encontrara em Belgrado com Mário de Andrade, mas acrescentou que pusera como condição prévia, para a formação de uma «frente única», que os adeptos do MPLA – o movimento chefiado por Andrade – pegassem em armas também, lado a lado com os apaniguados da UPA. É a primeira vez que Holden Roberto confessa em público as suas divergências com o movimento rival da UPA e que se queixa de não-cooperação da sua parte, o que de certo modo põe em descoberto as dificuldades com que juntam os terroristas, para não se darem como vencidos.<sup>20</sup>

Ainda seguindo esta estratégia de descredibilização dos movimentos de libertação, uma notícia do dia 7 de março de 1963 revelava a história de um suposto ex-membro do MPLA que se rendeu às forças militares portuguesas. Segundo a peça, o indivíduo em questão teria revelado ter estado três meses de preparação num campo argelino e ser um membro forçado do MPLA. É ainda transmitido que essa pessoa teria a convicção de que a maioria dos indígenas de Angola que apoiava o MPLA e participava nos seus grupos de guerrilha o fazia apenas devido ao medo que as ameaças e as armas do Movimento infundiriam. Muitos eram ameaçados de morte caso tentassem voltar às suas terras e colaborar com as autoridades portuguesas.

---

<sup>18</sup>A U.P.A. tem uma sede luxuosa. (1961, setembro 21). *Jornal de Notícias*, ano 74, nº 111, p.6.

<sup>19</sup> Os nomes do «Estado-Maior». (1961, setembro 21). *Jornal de Notícias*, ano 74, nº 111, p.6.

<sup>20</sup>Desacordo entre a U.P.A. e o M.P.L.A.. (1961, setembro 21). *Jornal de Notícias*, ano 74, nº 111, p.6.

E todos esses rapazes ao serviço do M.P.L.A., são, como se vê, «voluntários forçados», que só se mantêm ligados a esse e outros «Movimentos» terroristas, subjugados pelo terror das represálias que lhes anunciam. André Suami disse-nos da sua convicção de que a maioria desses indígenas de Angola, que se encontram do outro lado, já estariam de há muito nos seus povos, entregues a um trabalho ordeiro, se não fora o receio da morte com que a toda a hora os ameaçam, se tentarem regressar às suas terras e colaborar com as autoridades portuguesas.<sup>21</sup>

Uma notícia do dia 17 de setembro de 1971 propala que, segundo António Spínola, existiriam cerca de 6000 guerrilheiros a operar na Guiné e a combater contra as forças portuguesas, revelando ainda uma alegada ligação entre Cuba e o PAIGC. Já acerca de Moçambique, uma notícia do dia 23 de novembro de 1971 defende que a FRELIMO e o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) não conseguiam coexistir e que uma união entre os dois movimentos seria impossível – a tentativa de sublinhar e amplificar as dissensões entre os diferentes movimentos de libertação serve, então, como estratégia comunicativa para demonstrar que apenas Portugal e a sua missão “civilizadora” secular conseguiram – e são os únicos que ainda o podem continuar a lograr – dar uma unidade territorial, religiosa, linguística, económica e cultura a povos e etnias que sempre se guerrearam e que, uma vez entregues a si mesmas, acabariam por se autodestruir e mergulhar os seus territórios no caos e num autêntico banho de sangue. Assim, segundo a notícia:

Nunca será possível uma união entre as duas organizações antiportuguesas, a FRELIMO, ou «Frente de Libertação de Moçambique», e o COREMO, ou «Comité Revolucionário de Moçambique» – tal foi a opinião manifestada aos jornalistas, no Aeroporto da Beira, por Germano Marinda, um maconde, natural de Mueda, que decidiu abandonar a FRELIMO e reintegrar-se na vida moçambicana. Marinda faz parte de um grupo de quinze homens e uma mulher – todos eles macondes e alguns tendo desempenhado cargos de responsabilidade na FRELIMO – que há tempos se encontravam refugiados no Quênia e que chegaram agora à cidade da Beira, por via aérea, vindos directamente do Malawi<sup>22</sup>.

Em 14 de dezembro de 1972, o *JN* refere a unificação dos movimentos de libertação em Angola, nomeadamente a união entre o MPLA e a FNLA, passando os dois movimentos a formar um só, assumindo a designação de Conselho Supremo de Libertação de Angola. Neste órgão de cooperação de muito curta duração e eficácia, a presidência foi atribuída a Holden Roberto (FNLA) e a vice-presidência a Agostinho Neto (MPLA).

Por fim, no que concerne à análise do *Jornal de Notícias*, importa referir a forma como foi noticiada a revolução de 25 de abril de 1974. O anúncio da revolução surge através da publicação de uma edição especial – na primeira edição desse dia era como se continuassem instaladas no país a profunda e

---

<sup>21</sup>A odisséia do português que esteve ao serviço dos terroristas em Angola. (1963, março 7). *Jornal de Notícias*, ano 75, n° 273, p.1 e 9.

<sup>22</sup>FRELIMO e COREMO – união impossível. (1971, setembro 17). *Jornal de Notícias*, ano 84, n° 107 p.14.

velha tranquilidade social e política a que o Estado Novo sempre almejou, algo que se pode justificar pelo facto de o jornal preparar a edição no dia anterior. Daí que, quando o jornal teve conhecimento das primeiras notícias acerca da revolução, tenha sentido a necessidade de montar uma edição especial no próprio dia e em que revelava a euforia e a felicidade com que a população e o próprio jornal aderiram à revolução e ao programa do Movimento das Forças Armadas.

### **3.4. *Boletim Anti-Colonial (BAC)***

Segundo Augusto Matias (2004), o *Boletim Anti-Colonial (BAC)* foi uma publicação clandestina que surgiu no início dos anos setenta, mais concretamente em outubro de 1972, e que viu editados nove números ao longo de um ano. Ainda segundo o autor, todo o trabalho era realizado por voluntários e pago pelos próprios ou através de quotizações entre amigos. O *BAC* funcionava num pequeno núcleo central, ligado por uma única pessoa a outros núcleos, em que cada um dos elementos estava encarregue de uma tarefa específica. Segundo Augusto Matias (2004), a descoberta das instalações do *BAC*, no final de novembro de 1973, levou ao desmantelamento do *Boletim* e à prisão de alguns dos membros responsáveis e que só viriam a ser libertados após o 25 de abril.

Na primeira edição do *BAC*, em outubro de 1972, podemos retirar vários aspetos acerca do governo e da própria Guerra Colonial. O *BAC* apelava a uma luta contra a política colonial do governo português defendendo que a Guerra era um crime contra o povo português. Era também reiteradamente salientada a desunião do Exército, em que os altos comandos e certos oficiais defenderiam a continuação da guerra enquanto muitos outros teriam já percebido que a guerra estava perdida. De acordo com a publicação, os milicianos eram contrários à guerra e à juventude só restavam duas alternativas: ou fugia para o exílio ou ia para a frente de combate já desmoralizada. No que respeita à oposição política portuguesa, a mesma manifesta-se contra a guerra. Para além da situação do país, o *BAC* cita uma entrevista realizada a Samora Machel, presidente da FRELIMO. De entre as várias perguntas feitas ao dirigente independentista moçambicano, podemos destacar uma em este foi questionado acerca da atual a situação militar no país. Eis a sua resposta:

Definiria a situação como excelente, sem pecar por optimismo. [...] Quando julgavam ter-nos enfraquecido o suficiente, desencadearam uma ofensiva militar que se queria decisiva. Nós, pelo contrário, resistimos, combatemos e vencemos. Ou seja, não apenas repelimos a ofensiva, mas ainda desenvolvemos uma nossa contra-ofensiva, que teve um carácter impetuoso. [...] Após a derrota sofrida na primeira passada, estamos perante uma tentativa de reestruturação do poder militar e da administração civil colonial, um crescimento constante dos efectivos das tropas de ocupação, um novo afluxo de conselheiros militares estrangeiros,

sobretudo sul-africanos, mas também americanos, ingleses, alguns alemães. Efectivamente não se esqueçam que na província de Tete estão em curso as obras da barragem de Cabora Bassa.<sup>23</sup>

Já na edição de novembro de 1972, o *BAC* começa por responder a duas importantes questões que muitas pessoas teriam acerca do futuro da política colonial portuguesa. A primeira diz respeito ao que seria das ex-colónias sem a presença portuguesa. Segundo o *Boletim*, os movimentos de libertação teriam já provado serem plenamente capazes de se governarem por si sós. Defendia-se também que os portugueses não tinham o direito a interferir ou a definir o futuro dos povos de Angola, da Guiné e de Moçambique. A segunda questão centrava-se sobre o que seria de Portugal sem as ex-colónias. A este respeito, o *BAC* defendia que os movimentos de libertação davam garantias de que todos os estrangeiros, incluindo os portugueses, seriam respeitados e que Portugal conseguiria viver sem o seu império colonial. Para além disso, a independência das ex-colónias significaria o fim do regime e, sobretudo, do salazarismo, nesta época com uma aparência modernizada devido às reformas – mais cosméticas do que estruturais – de Marcelo Caetano. Por fim, a descolonização e o fim do regime seriam ainda uma oportunidade para os portugueses tomarem em mãos um novo processo social em ordem à superação do sistema político-económico da altura.

O conteúdo que, no entanto, chama mais atenção ao analisar esta edição do *BAC* diz respeito à descrição do programa do MPLA. Nela podemos destacar que

a criação urgente de uma Frente angolana de libertação que agrupe numa ampla união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as minorias nacionais ou étnicas de Angola, todas as camadas sociais africanas, todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem distinções de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, de idade, a fim de prosseguir. A luta, por todos os meios, pela liquidação de Angola da dominação portuguesa [...] e pela independência imediata e completa da pátria angolana. Defesa constante e primordial dos interesses das massas camponesas e trabalhadoras, os dois grupos mais importantes do país e que constituem, no conjunto, a quase totalidade da população de Angola. Aliança com todas as forças progressistas do mundo, conquista da simpatia e apoio a todos os povos à causa da libertação do povo angolano.<sup>24</sup>

Para além do que foi referido anteriormente, podemos destacar no programa outros aspetos como a exigência: de uma independência imediata e completa; da garantia da unidade da Nação, assegurando a igualdade e a liberdade de todos os angolanos sem distinção ou discriminação; de uma unidade africana com base na solidariedade e no respeito da liberdade, da dignidade e do direito ao progresso político, económico e social dos povos africanos; da defesa de um regime democrático, baseado num

<sup>23</sup> A consciência das massas. (1972, outubro). *Boletim Anti-Colonial*, pp.2-4.

<sup>24</sup> Programa do Movimento Popular para a Libertação de Angola. (1972, outubro). *Boletim Anti-Colonial*, p.2.

governo republicano, democrático e laico para Angola, eleito por um regime eleitoral baseado no sufrágio universal, igual, direto e secreto; da reconstrução económica e do desenvolvimento da produção; de uma reforma agrária, com o objetivo de fazer desaparecer todas as injustiças, de liquidar o monopólio privado dos produtos de consumo agrícola e de concretizar a máxima “a terra a quem a trabalha”; de uma política social de justiça e de progresso; de um desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação; da criação de uma defesa de cariz nacional; de uma política externa independente e pacífica.

Na edição do *BAC* de dezembro de 1972, de entre os vários assuntos presentes nessa edição, destacamos uma entrevista realizada a Amílcar Cabral, líder do PAIGC, em outubro de 1971. No que respeita à situação atual e às perspetivas futuras da luta de libertação da Guiné, segundo Cabral:

Ela é caracterizada fundamentalmente pelo facto de que libertámos já a maior parte da nossa terra, na Guiné, numa proporção de mais de dois terços do território nacional e que controlamos efetivamente quase a totalidade dessa parte libertada [...]. No plano militar a situação é caracterizada principalmente por um recuo crescente, como já definimos aliás, das forças colonialistas para os principais centros urbanos e um avanço progressivo das nossas forças em direcção a esses centros urbanos. [...] A nossa acção é caracterizada principalmente por ataques frequentes e cada dia mais intensos contra as posições dos colonialistas portugueses nos centros urbanos.<sup>25</sup>

No que respeita à posição do PAIGC em relação ao povo português, bem como a forma como Amílcar Cabral via a relação entre a luta antifascista e a luta anticolonial e as futuras ligações de uma Guiné independente com Portugal, o mesmo assegurava:

Nós marchamos juntos e, além disso, no nosso povo seja em Cabo Verde seja na Guiné existe toda uma ligação de sangue, não só de história mas também de sangue e fundamentalmente de cultura com o povo de Portugal. [...] Essa nossa cultura também está influenciada pela cultura portuguesa e nós estamos prontos a aceitar todo o aspecto positivo da cultura dos outros. [...] o colonialismo português explorou o nosso povo da maneira mais bárbara e mais criminosa e quando reclamámos o direito de ser gente, nós mesmos, de sermos homens, parte da humanidade, e de termos a nossa própria personalidade, a resposta é a repressão com a guerra colonial. [...] Mas nós nunca confundimos “colonialismo português” com “povo de Portugal”, e temos feito tudo, na medida das nossas possibilidades, para preservar, apesar dos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses, as possibilidades duma cooperação, de amizade, de solidariedade e de colaboração eficaz com o povo de Portugal, numa base de independência, de igualdade de direitos e de reciprocidade de vantagens seja para o progresso da nossa terra seja para o progresso do povo português. O povo português está submetido há cerca de já quase meio século a um regime que pelas suas características não pode deixar de ser chamado fascista. A nossa luta é contra o colonialismo português, contra a dominação colonial portuguesa, mas não deixamos de ver a ligação que existe entre a

---

<sup>25</sup> A libertação da Guiné. (1972, dezembro). *Boletim Anti-Colonial*, pp.2 e 3.



luta antifascista e a luta anticolonialista. Nós estamos absolutamente convencidos de que, se em Portugal se instalasse amanhã um governo que não fosse fascista, mas fosse democrático, progressista, reconhecedor do direito dos povos à autodeterminação e à independência, a nossa relação não teria razão de ser.<sup>26</sup>

Nas edições de fevereiro e de março de 1973, de entre os vários assuntos aí tratados, podemos destacar uma quantificação do número de baixas sofridas pelo MPLA e pelas forças portuguesas. No que respeita às baixas portuguesas, o *BAC* informa que, só em 1970, morreram 355 pessoas (118 militares e 237 civis), ficaram feridas outras 1242 (dos quais 866 militares e 376 civis) e encontravam-se desaparecidas 3598 pessoas. O *BAC* revela ainda que, também 1970, a guerra colonial em Angola teria provocado, de ambos os lados, 1639 mortos, 1739 feridos, 7052 presos e 2598 desaparecidos. Segundo a tabela presente na Fig. 3, podemos constatar que entre 1963 e 1970 morreram 9359 pessoas ligadas ao MPLA, foram feridas 3645 e foram presas 26219, contabilizando-se um total de 39223 elementos ligados ao MPLA que, de uma ou de outra forma, deixaram de estar disponíveis para combater. Também através da Fig. 3 podemos constatar que de 1963 a 1968 o número de mortos foi subindo constantemente, sendo 1968 o ano com o maior número de mortes. Depois, a tendência desses números foi, pelo menos até 1970, a da diminuição. No que respeita aos presos, de 1966 a 1970 podemos ver, mais ou menos, uma constante subida, contrariando a tendência do período 1963-1965, em que o número de detenções vinha sofrendo uma queda significativa.

(4) Quadro quantitativo das baixas sofridas pelo In - 1963 a 1970

A N O S	M O R T O S	F E R I D O S	P R E S O S	S O M A
1963	840	350	2737	3927
1964	749	469	1130	2348
1965	548	465	780	1793
1966	781	355	969	2105
1967	1453	453	2054	3960
1968	2221	480	4395	7096
1969	1483	576	7102	9161
1970	1284	497	7052	8833
T O T A L	9359	3645	26219	39223

Figura 3 - Quantitativo das baixas sofridas pelo MPLA entre 1963 e 1970<sup>27</sup>

<sup>26</sup> A libertação da Guiné. (1972, dezembro). *Boletim Anti-Colonial*, pp.4 e 5.

### 3.5. *Avante!*

Segundo a informação disponível no site do *Arquivo Marxista na Internet*<sup>28</sup>, o *Avante!* foi o jornal comunista clandestino que durou mais tempo em todo o mundo, sendo produzido em condições de clandestinidade no período compreendido entre 15 de fevereiro de 1931 e 25 de abril de 1974 e marcado por uma ditadura fascista – o periódico continua, atualmente, a ser publicado continuamente e a servir de órgão central do Partido Comunista Português (PCP):

O órgão central do PCP orientou e mobilizou as lutas da classe operária e de todos os trabalhadores em pequenas e grandes batalhas contra o capital e contra o regime fundado por Salazar e prosseguido por Caetano, orientou e mobilizou sectores democráticos que perfilharam, com os comunistas, uma política de unidade antifascista visando o derrubamento da ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios aliados ao imperialismo e a conquista da liberdade e da democracia<sup>29</sup>.

Ainda segundo o *Arquivo Marxista na Internet*, o *Avante!* surgiu como uma sucessão de outras publicações comunistas anteriores à reorganização de 1929. O jornal foi fundado e dirigido por Bento Gonçalves, passando a ser publicado com regularidade mensal, sem uma falha, a partir da reorganização de 40/41, em que Álvaro Cunhal assumiu um papel destacado. Por várias vezes, o jornal fez tiragens quinzenais e semanais, atingindo, durante o período de grandes lutas dos anos 1940, o número impressionante de 10 mil exemplares.

Numa primeira análise, podemos facilmente constatar que, no que diz respeito à linguagem, a mesma se assemelhava à utilizada pelo *BAC*, apresentando o governo como uma ditadura fascista e salazarista e apelando constantemente para o derrube do regime e a instauração de uma democracia. No que respeita à guerra, o jornal apoiava fortemente os movimentos de libertação (aclamados como camaradas e heróis) e apelava ao fim de uma guerra que não era desejada pela maioria dos portugueses.

No jornal da 1ª quinzena de fevereiro de 1961, podemos ver o apoio do jornal a Angola, referindo-se que o povo angolano iniciou a sua luta pela independência. Ao mesmo tempo, o jornal chama a atenção para a linguagem que os jornais controlados pela censura, e analisados anteriormente, usavam para dar a ilusão da existência de uma suposta tranquilidade. O jornal salientava ainda a repressão das autoridades salazaristas, acusando-as de assassinar angolanos que procuravam apenas lutar pelos seus direitos<sup>30</sup>. Na edição de maio de 1961, o jornal prosseguiu com o apelo ao levantamento em massa para o derrube da ditadura fascista. Nesta notícia podemos constatar o forte

---

<sup>27</sup> Fonte: Dois relatórios secretos. (1973, fevereiro/março). Boletim Anti-Colonial, p.12.

<sup>28</sup> Fonte: Imprensa Proletária. (2023). Arquivo Marxista na Internet. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/avante/index.htm>

<sup>29</sup> Imprensa Proletária. (2023). Arquivo Marxista na Internet. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/avante/index.htm>

<sup>30</sup> O povo de Angola inicia a luta armada pela sua independência. (1961, fevereiro). *Avante!*, p. 1.

apoio ao povo angolano, destacando-lhe a coragem e o heroísmo<sup>31</sup>.

Na edição da 1ª quinzena de julho de 1961 foi publicado um apelo do PCP para que os soldados portugueses se manifestassem contra a guerra, salientando alguns quartéis onde existiriam já protestos contra o conflito.

No quartel de Caçadores 5, em Lisboa, onde se têm registado nos últimos meses manifestações de descontentamento, deu-se no dia 20 de Junho uma importante luta, quando 180 soldados mobilizados para partir para Moçambique se manifestaram valentemente contra os comandos, recusando-se a entrar na formatura e fazendo um levantamento de rancho, que foi apoiado por todos os outros soldados do quartel. [...] No quartel de Infantaria 7, em Leiria, o soldado Fernando Gil declarou em plena parada que se recusava a partir para Angola por não estar disposto a ir massacrar os patriotas africanos numa guerra contrária aos interesses de Portugal. [...] No quartel de Cavalaria 7, em Lisboa, tendo o comandante mandado distribuir no dia 5 de Maio esmolas às famílias dos mobilizados, um soldado arrancou o dinheiro das mãos da mulher e perguntou ao oficial se era com aquilo que iam viver a mulher e os filhos. A resposta do oficial foi agredi-lo barbaramente com o cinturão e só não o prendeu porque a isso se opuseram os restantes soldados. [...] No quartel de Infantaria 3, em Beja, o general fascista Alves de Sousa fez um discurso ameaçador aos soldados formados na parada, por estes virem manifestando o seu descontentamento contra a guerra. Em sinal de protesto contra as ameaças, os soldados fizeram neste mesmo dia um levantamento de rancho que os oficiais não conseguiram quebrar. Também do Porto, Queluz, Tomar e outras localidades chegam notícias de acções de resistência dos soldados contra o embarque, de numerosas deserções e de faltas sistemáticas às formaturas e ao recolher. [...] Unidos e organizados, recusai-vos a embarcar para as colónias, recusai-vos a massacrar os povos que lutam pela sua libertação.<sup>32</sup>

Para além disso, no que respeita aos combates em si, o jornal chamava a atenção para os crimes de guerra cometidos por oficiais portugueses, exigindo um castigo para os mesmos. O *Avante!* denunciava ainda a tortura, a mutilação e o enterro de pessoas vivas, entre outros crimes de guerra. Segundo uma notícia de dezembro de 1962,

continuaremos a denunciar estes crimes que são um verdadeiro atentado contra a humanidade da parte do governo salazarista. Durante o avanço para o Norte, há um ano, tornou-se «moda» pregar às portas dos quartéis, à entrada de povoações, nos carros militares, etc., cabeças, orelhas, órgãos sexuais e cadáveres mutilados dos nacionalistas; chegou a andar em Luanda uma viatura militar de cavalaria ornamentada com orelhas exibidas como troféu de guerra. O capitão Leandro, durante os interrogatórios a patriotas africanos capturados, escrevia-lhes UPA nas costas com a ponta de um canivete. O alferes Duque enterrou vivos os nacionalistas, deixando-lhes um braço de fora, colocando-lhes laranjas nas mãos [...]. O capitão Zilhão, depois da sua companhia ter sofrido três baixas, exerceu uma acção que considera compensadora, visto que fez 250 mortos. Em seguida ordenou que se cortassem algumas cabeças para servirem de aviso. [...] O

---

<sup>31</sup> Abaixo a Guerra Colonial! O momento é de unidade e de acção! Organizaremos o levantamento em massa da Nação contra a ditadura fascista. (1961, maio). *Avante!*, p. 1

<sup>32</sup> Os soldados levantam-se contra a guerra. (1961, julho). *Avante!*, p. 4.

alferes Robles, monstruoso assassino de centenas de pessoas [...] descobriu um novo requinte de sadismo: tomar as refeições a uma mesa ornamentada por dias cabeças cortadas. O alferes Esteves Pinto, antigo estudante fascista de Lisboa, obrigava os prisioneiros a engolir balas e gasolina, abrindo-lhes em seguida o estômago e comentando: «dá cá isso que pertence ao Estado»<sup>33</sup>.

Como se pode verificar na citação anterior, o *Avante!* caracteriza os movimentos de libertação africanos como “patriotas africanos”, enquanto que os jornais controlados pelo o regime os consideram “anti-portugueses”. O *Avante!* considera os movimentos de libertação “patriotas” pois o jornal defendia o direito à independência e autodeterminação dos povos africanos. Neste sentido, os mesmos eram “patriotas” pois estavam a lutar pela sua pátria que, no caso desta notícia, é Angola. No caso dos jornais controlados pelo regime, a situação é a oposta. Os movimentos de libertação são caracterizados como “anti-portugueses” pois os mesmos estavam a lutar contra militares portugueses, tentando controlar territórios que pertenciam a Portugal.

Na edição de fevereiro de 1964, o jornal acusou o governo de Salazar de mentir ao povo português e de esconder os nefastos efeitos da guerra, como, por exemplo, o verdadeiro número de baixas causadas pela guerra e de esconder muitas dessas baixas reportando-as como simples “acidentes” e não como consequências dos combates com os movimentos de libertação. O jornal mostrou também um exemplo que comprovaria a situação anteriormente referida: os comunicados das forças de Angola e da Guiné (denominadas pelo jornal como patrióticas) revelavam que só no dia 16 de janeiro de 1964 tinham morrido em combate 127 militares portugueses.

Na edição de janeiro de 1965, foi revelado que o governo português teria gastado, só em 1964, cerca de 6 milhões e 460 mil contos para cobrir as despesas de guerra. Na mesma notícia, o jornal chamava ainda a atenção para o facto de se gastarem imensas verbas para pagar a guerra, em vez de se investir no desenvolvimento da economia portuguesa. Segundo a notícia, o Plano Intercalar de Fomento da época para ajudar a desenvolver a economia, destinava apenas 2 milhões 829 mil contos a serem gastos num período de 3 anos. Para além disso, o jornal defendia também que o valor destinado para a guerra poderia servir para construir 64 mil habitações de forma a ajudar as numerosas famílias que viviam em barracas.

Na edição de agosto de 1970, o jornal chamou a atenção para o sucesso da Conferência de Roma, que teria demonstrado o isolamento internacional a que o governo de Marcelo Caetano estava sujeito no que respeitava à guerra colonial. O jornal sublinhou também a enorme humilhação que o governo sofreu quando, como referido anteriormente, o Papa concedeu uma audiência aos dirigentes do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO, reconhecendo-os, com esse gesto simbólico, como representantes legítimos

---

<sup>33</sup>Que termine a guerra de Angola! Castigo para os criminosos de Guerra! (1962, dezembro). *Avante!*, p. 1.

dos seus povos e mostrando que o Papa também estava contra a política colonial portuguesa.

Os fascistas, que tentaram inicialmente diminuir o significado e o êxito da Conferência de Roma, denegrindo e caluniando os movimentos de libertação e os seus dirigentes, foram surpreendidos pela grande repercussão internacional destes factos. A censura impôs durante vários dias o mais completo silêncio aos órgãos de informação enquanto o governo procurava nos bastidores uma saída airosa para o «escândalo» mundial provocado pelo gesto do Papa. Tentando atenuar a repercussão interna dos acontecimentos, que para os católicos portugueses que lutam contra o colonialismo comprovam a justeza desta luta, M. Caetano foi obrigado a contentar-se com a «Nota» explicativa do Vaticano que nada alterou ao fundo da questão, apressando-se a dar assim o caso como encerrado. Tudo se reduzia afinal, segundo M. Caetano, a «um exagero de interpretação publicitária» e à ingenuidade do Papa.<sup>34</sup>

O jornal realizou, em janeiro de 1973, um balanço das regiões controladas pelos movimentos de libertação e apelou a que o governo aceitasse a realização negociações de paz com os movimentos de libertação. De acordo com a notícia,

em Angola, a acção político-militar do MPLA que já em 1971 abrangia dez distritos foi alargada, em 1972, à rica região dos altos planaltos e atingiu a frente mais avançada no centro do país sobre a linha de demarcação dos distritos de Luanda, Malange e Bié. [...] Em Moçambique, os combatentes da FRELIMO que já em 1971 tinham alargado a sua acção para o sul do Zambeze, abriram, em 1972, a nova frente militar de Manica e Sofala, atacaram a cidade de Tete, implantaram-se numa vasta região que circunda Cabora Bassa, ameaçando as obras em curso. Na Guiné, o PAIGC que domina mais de dois terços do território enfrentou com sucesso a tentativa do exército colonial para retomar regiões libertadas e infligiu-lhe pesadas baixas. [...] Reafirmando solenemente perante o Conselho de Segurança a disposição de entabularem negociações com o governo português, os movimentos de libertação demonstraram perante a comunidade internacional o alto sentido de responsabilidade de que estão animados, quer em relação aos interesses dos povos de que são vanguarda, quer em relação aos interesses da segurança e da paz em África e colocaram o governo de M. Caetano na situação de único e obstinado responsável pelo prosseguimento da guerra.<sup>35</sup>

### **3.6. Análise comparativa entre os jornais legalizados e os jornais clandestinos**

Pela própria análise anteriormente realizada a cada jornal, é possível ter uma ideia generalizada das diferenças de linguagem entre os jornais controlados pela censura, neste caso, o *Diário de Lisboa*, o *Diário da Manhã* e o *Jornal de Notícias* e os jornais clandestinos *Boletim Anti-Colonial* e *Avante!*.

Ao consultarmos os jornais controlados pela censura pudemos constatar que estes caracterizavam os combatentes nativos e os movimentos de libertação como grupos terroristas, de bailundos, de

---

<sup>34</sup> O colonialismo português no Pelourinho internacional. (1970, agosto). *Avante!*, p. 1.

<sup>35</sup> Urge pôr fim à Guerra Colonial! (1973, janeiro). *Avante!*, pp.1 e 6.

bandoleiros, de bandos de facínoras e de “foras da lei”. Já os jornais clandestinos consideram-nos camaradas, patriotas africanos e povos heroicos. Ao contrário dos jornais controlados pela censura que classificavam as ações destes movimentos como ataques terroristas, os jornais clandestinos defendiam que os povos de Angola, de Moçambique e de Guiné estavam apenas a lutar pelo seu legítimo direito à independência. Também pudemos constatar diferenças no próprio modo como as ex-colónias são denominadas: nos jornais controlados pela censura, Angola, Guiné e Moçambique são referidas como “províncias ultramarinas”; por seu lado, os jornais clandestinos apresentavam-nos como territórios e povos independentes injusta, tirânica e violentamente ocupados pelas forças coloniais portuguesas.

No que diz respeito à ação do governo português identificámos claras diferenças quanto à sua caracterização. Nos jornais controlados pela censura, o governo de Salazar e, posteriormente, de Marcelo Caetano era sempre elogiado pela sua ação patriótica contra os terroristas, dizendo-se que reunia o forte apoio da população portuguesa. Já os jornais clandestinos consideravam o governo salazarista como sendo fascista e colonialista. Caracterizam também o regime como uma ditadura que procurava manter o seu império colonial e que recolhia cada vez menos apoio entre a população portuguesa.

A partir dos exemplos de notícias que fomos apresentando neste capítulo, sublinhamos o facto de os jornais legais e controlados pela censura apresentarem, ao longo dos vários anos do conflito, pouquíssimas notícias sobre baixas militares, sendo estas, muitas vezes, caracterizadas não como baixas de guerra mas sim como simples “acidentes” sofridos em situações que não envolviam combate. Já nos jornais clandestinos podemos constatar facilmente que o governo português omitia os números oficiais da guerra, apresentando valores muito mais baixos do que aqueles que se verificavam na realidade.

Através da análise aqui desenvolvida concluímos também que os jornais legalizados tendem a sublinhar permanentemente o amplo e forte apoio de todo o povo português à política colonial do Estado Novo, assim como das Forças Armadas Portuguesas. Já nos jornais clandestinos é sempre retratado o forte descontentamento dos soldados portugueses e da maioria da população portuguesa no que respeita à participação na guerra colonial.

Podemos, por fim, constatar uma realidade que não é apresentada nos jornais controlados pela censura, que é a dos crimes de guerra cometidos pelas forças militares portuguesas. Através dos exemplos, anteriormente apresentados, identificámos exemplos dos vários crimes de guerra cometidos por militares portugueses, entre eles, a tortura, a mutilação de membros e o enterro de pessoas vivas, entre outros crimes.

## 4. História do Regimento de Cavalaria N.º 6

Segundo a informação disponível em *Organização da Cavalaria (2023)*, a cavalaria portuguesa foi organizada em regimentos através da publicação do Regimento das Novas Ordenanças de 15 de novembro de 1707. Até então, a cavalaria portuguesa mantinha a organização vinda da Guerra da Restauração, estruturando-se em companhias independentes – "tropas" – organizadas temporariamente em Troços.

Após a aplicação do Regimento das Novas Ordenanças, a cavalaria portuguesa passou a estar organizada em 12 companhias de 40 homens cada, formando 4 esquadrões. Em 1715, aquando da publicação da nova normativa, existiam 20 regimentos. Ainda sobre a organização dos regimentos de cavalaria em Portugal existentes no século XVIII:

Pelo decreto de 31 de Agosto de 1715 que reduziu o exército, devido ao fim da Guerra de Sucessão de Espanha, os regimentos de cavalaria passaram a ser em número de 10, compostos de 10 companhias a 30 homens cada. Seis eram de "Cavalaria Ligeira" e 4 eram de "Dragões." Os regimentos de Cavalaria Ligeira eram os regimentos de batalha e eram considerados ligeiros devido à nomenclatura vinda do século XVII, em que só eram considerados cavalaria pesada os lanceiros e os couraceiros, isto é a cavalaria equipada de couraças completas, e não como a "ligeira" equipada somente dos peitorais, ou "peitos" – a parte frontal –, das couraças. Os regimentos de Dragões eram considerados infantaria a cavalo, e por isso mantiveram até 1763 uma companhia de granadeiros a cavalo com barretes de pele, e tambores como músicos. (*Organização da Cavalaria, 2023*)

Segundo *Organização da Cavalaria (2023)*<sup>36</sup>, em 1735, devido a uma possível guerra com Espanha na Europa, a força do exército foi duplicada, passando os regimentos de cavalaria a ter 12 companhias de 50 homens cada, englobando um total de 600 homens. Para além disso, nesse mesmo ano, foi criado o posto de Diretor-Geral da Cavalaria, sendo nomeado para o cargo o conde de Assumar, 1º marquês de Alorna, em 1748, e avô de D. Pedro de Almeida Portugal, 3º marquês de Alorna. A organização anteriormente descrita manteve-se até 1754, quando o Exército de D. João V começou a ser desmantelado. “Pelo decreto de 12 de Janeiro de 1754, as companhias dos regimentos de cavalaria passaram a ter 30 soldados, regressando à organização de 1715. Em 1757 foi nomeado Diretor Geral da Cavalaria o Marquês de Marialva, cargo que passou a ter o nome oficial de General de Cavalaria em 1762” (*Organização da Cavalaria, 2023*). Assim,

A estrutura da arma foi modificada de novo devido à Guerra do Pacto de Família, declarada em 1762 entre Portugal e a Espanha auxiliada pela França, quando se aumentou os efectivos das companhias para 42 homens, e o número de companhias em 8, ficando cada regimento a 20 companhias. Este aumento não foi

---

<sup>36</sup> *Organização da Cavalaria. (2023). Arqnet. <https://www.arqnet.pt/exercito/orgcaval.html>.*

posto em prática, tentando-se criar 4 regimentos de cavalaria com as companhias mandadas levantar. Só o Regimento de Cavalaria de Mecklemburgo foi de facto levantado durante a campanha. (*Organização da Cavalaria, 2023*)

Após o término da guerra, em 1763, a cavalaria portuguesa passou a ter 12 regimentos, tendo sido criado um novo no final desse ano. Os mesmos passam a estar organizados em 8 companhias de 30 homens, agrupados em 4 esquadrões. Até 1797, a organização da cavalaria não sofreu mais modificações.

Segundo Almeida (1998), após a derrota de Portugal, aquando invasão da Espanha em 1801 e devido ao agravamento do conflito entre a França (aliada da Espanha) e a Inglaterra (aliada de Portugal), o país adotou uma série de alterações no seu Exército:

Na organização de 19 de Maio de 1806 aparece pela primeira vez a numeração dos regimentos. No que diz respeito à Arma de Cavalaria os seus Regimentos são numerados de 1 a 12, e são repartidos por três Divisões denominadas por Divisão do Norte, do Centro e do Sul. Compunham a Divisão do Norte os Regimentos de Cavalaria n.ºs 3, 6, 9 e 12. [...] Esta numeração dos regimentos está dependente da organização do Exército em Brigadas e Divisões. Ela é bastante importante para pôr ordem no corpo militar. Permite evitar a confusão e colocar os regimentos pelo seu número, independentemente da graduação e antiguidade do comandante, sistema usado até esta altura. (Almeida, 1998, p. 19)

A obra denominada *Regimento de Cavalaria N.º 6. Síntese Histórica*<sup>37</sup> constitui uma importante fonte para o estudo da herança histórica do RC6. Segundo Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997), a origem do RC6 remonta ao século XVIII e é proveniente de dois marcos históricos: o primeiro, referente aos Regimentos de Cavalaria de Trás-os-Montes, implantados na região do dealbar do século XVIII; o segundo marco histórico diz respeito à reorganização do Exército de 1901 anteriormente referida.

Segundo Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997), em 1754, o Regimento de Dragões de Trás-os-Montes tomou a designação de Regimento de Dragões de Chaves. Ainda nesse ano, foi criado o Regimento de Cavalaria Ligeira de Bragança. Em 1762, os dois Regimentos, anteriormente referidos, foram transferidos para o Ribatejo. O de Bragança passa a designar-se Regimento de Cavalaria de Trás-os-Montes, ficando sediado na Golegã, e o de Chaves, designado Regimento de Dragões de Trás-os-Montes (fig. 1), sediado em Santarém.

Por alvará de 24 de Fevereiro de 1764 passam a existir três Regimentos de Cavalaria na província de Trás-os-Montes: o Regimento de Cavalaria da cidade de Bragança cujo Comandante é o Coronel Duarte Smith, o Regimento de Cavalaria da praça de Chaves sendo Comandante o Coronel D. Pedro Manuel de Vilhena e o Regimento de Cavalaria da cidade de Miranda comandado pelo Coronel Baltazar Jacome do Lago. (Regimento de Cavalaria N.º 6, 1997, pp. 8–9)

---

<sup>37</sup> Regimento de Cavalaria N.º 6. (1997). Regimento de Cavalaria No6. Síntese Histórica. Braga: Regimento de Cavalaria N.º 6.



Com a organização do Exército de 1806 uma nova nomenclatura é adotada, passando os Regimentos a serem, pela primeira vez, numerados. Nesta altura, existiam os seguintes Regimentos de Cavalaria em Portugal: Regimento de Cavalaria N° 6 em Bragança, N° 9 em Chaves e N° 12 em Miranda. Em 1808, os Regimentos da Divisão Norte foram reorganizados: Regimento de Cavalaria N° 6 no Porto, N° 9 em Braga e N° 12 em Chaves.

Em clima de Guerra Civil<sup>38</sup>, D. Pedro, em 28 de fevereiro de 1834, reorganizou, na cidade do Porto, o Regimento de Cavalaria N° 6, que fora extinto por D. Miguel em 1829, integrando neste Regimento todos os militares que apoiavam a sua causa e que tinham abandonado os Regimentos de Cavalaria do Norte que mantinham o seu apoio à causa absolutista. Com o término da guerra e a vitória dos liberais, foram extintos os Regimentos apoiantes de D. Miguel, e o RC6, em março de 1835, passa a ocupar o quartel de Chaves, onde permanecerá até 1927.

Segundo Hermenegildo Almeida (1998), o atual RC6 localizado em Braga teve a sua origem na organização do exército de 1901, quando a Arma de Cavalaria passou a ser composta por dez regimentos numerados de 1 a 10. No entanto, o Regimento não era denominado RC6, mas sim Regimento de Cavalaria N.º 9 (RC9). O RC9, aquando sua criação, era constituído por quatro esquadrões, ficando o primeiro e o segundo esquadrões situados no Porto e os restantes em Bragança. Esta organização vai prevalecer até ao 5 de outubro de 1910, dia da implantação da República Portuguesa. Segundo Hermenegildo Almeida (1998), o Ministro da Guerra decretou, em 1911, que as tropas ativas do exército metropolitano passavam a formar oito divisões, ficando o RC9 a fazer parte da 3.ª divisão. O RC9 continuou, no entanto, a estar sediado no Porto e a fazer parte da 3.ª Circunscrição. Ainda segundo o autor, em junho do mesmo ano, os Regimentos, incluindo o RC9, sofreram novamente alterações. O RC9 perdeu o quarto esquadrão, passando este a juntar-se a outros esquadrões que vão dar origem a um novo Regimento, o Regimento de Cavalaria N.º 11 (RC11) (fig. 1) com sede em Braga. No entanto, o resultado destas alterações não foi o esperado. Segundo Marco Silva (2011):

nesta nova organização, a instrução militar preparatória era vista como fundamental e indispensável para a formação de milicianos, de modo a reduzir a duração das escolas de recrutas, aceitando que esta instrução viria a ser complementada e consolidada nas sucessivas escolas de repetição às quais deveriam acorrer anualmente tanto as praças licenciadas do exército ativo como as da reserva. No entanto, esta instrução militar preparatória parece ter sido mal sucedida, não só pela deficiente orientação que foi dada, como também por não ter sido apoiada pelas escolas de repetição, que foram interrompidas durante a I Guerra Mundial para não mais se realizarem, alegadamente por dificuldades financeiras. (Silva, 2011, p. 6)

---

<sup>38</sup> Também conhecida como Guerras Liberais, a Guerra Civil Portuguesa foi um conflito travado em Portugal entre os liberais constitucionistas e os absolutistas sobre a sucessão real e ocorreu entre 1832 e 1834.

Durante o ano de 1926, e segundo o autor citado anteriormente, o Exército vai ser novamente remodelado e a Arma da Cavalaria foi alvo de algumas alterações. Foram organizadas duas brigadas de Cavalaria compostas por três regimentos. No entanto, o RC9 não fazia parte de nenhuma destas brigadas, continuando a sua sede a situar-se no Porto e a ser composto por quatro esquadrões ativos, tendo o quarto sido deslocado para Braga. Ainda em 1926, o RC11 é extinto. Segundo Hermenegildo Almeida (1998):

A existência de um esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 9 na cidade de Braga, deve-se à integração do pessoal, material e animais no Regimento de Cavalaria n.º 11 que existe em Braga e é extinto, passando a formar o quatro esquadrão do 9. Por este decreto, o comando do Regimento de Cavalaria n.º 11 servirá de base para a organização de um novo Regimento com o mesmo número, com sede em Castelo Branco. Desta forma, é legítima a pretensão do Regimento de Cavalaria n.º 9 em se considerar o herdeiro do Regimento de Cavalaria n.º 11, que teve uma vida efémera, criado em 1911 e extinto em 1926. (Almeida, 1988, p. 10)

Em 1927, o Exército português sofre novamente alterações devido a condicionantes de cariz económica. Segundo Almeida (1998), devido à necessidade de se reduzir os gastos do Orçamento do Ministério da Guerra, foram suprimidas algumas unidades das várias Armas e Serviços, a título provisório e, em alguns casos, até mesmo definitivo. Com este decreto de 1927, o RC9 voltou a sofrer alterações, passando a receber um aumento do pessoal, do material e dos animais provenientes do ex-Regimento de Cavalaria N.º 6 de Chaves, que fora extinto nesse ano. Para além disso, o autor acrescenta o facto de o RC9 ter continuado com a sua sede no Porto. No entanto, este passa a ser composto por três grupos de dois esquadrões e um esquadrão de depósito<sup>39</sup>. O primeiro grupo ficou situado no Porto, o segundo em Braga, ocupando as instalações do ex-Regimento de Cavalaria N.º 11, e o terceiro esquadrão, nas instalações do ex-Regimento de Cavalaria N.º 6. Nesta altura, o RC11 formado em Castelo Branco passa a designar-se RC6.

Em 8 de julho de 1938 o esquadrão do RC9 estacionado em Braga, recebe ordens para regressar à sede do Porto. No ano seguinte, em 6 de outubro de 1939, o RC9 passa a designar-se RC6, mantendo a sua sede no Porto. Apesar de a sua sede ser o Porto, o RC6 utilizava também as instalações do quartel em Braga e possuía, na altura, um esquadrão destacado em Chaves. Segundo Almeida (1998), apesar do RC6 ter sido destinado à cidade de Braga, na realidade a mudança nunca se efetivou. Este desejo de transferir o Regimento para a região minhota continuou a persistir nos anos seguintes:

Assim, pelo decreto n.º 40724 de 03 de Agosto de 1956 destinam-lhe como sede a cidade de Guimarães. Todavia, a tentativa vai mais uma vez ser gorada, pois o Regimento vai ficar pela cidade do Porto, ainda que

---

<sup>39</sup> Esquadrão de reserva que, naquele momento, se encontrava desativado.

a título provisório. O que é certo é que o desejo das gentes da cidade berço, de ter um Regimento de Cavalaria, nunca irá ser satisfeito. Por este decreto, é também dada a ordem para o Regimento de Cavalaria nº 6 recolher à sede o esquadrão destacado na cidade de Chaves. (Almeida, 1988, p. 12)

O RC6 não sofre mais nenhuma alteração durante o restante período de vigência do Estado Novo. As verdadeiras transformações surgiram após a revolução de 25 de abril de 1974: “se prestarmos atenção ao Decreto-Lei n.º 181/77 de 04 de maio constatamos que uma das razões que leva à remodelação do Exército é a necessidade de o transformar numa força eficiente e apta para desempenhar a sua missão, mas esta transformação deverá ter em conta as capacidades económicas do País.” (Almeida, 1988, p. 12)

Como resultado destas alterações, o RC6 passa a designar-se, a partir de 1 de maio de 1975, Regimento de Cavalaria do Porto. Para além disso, Almeida (1998) refere também o destacamento de Espinho do Regimento de Cavalaria do Porto (RCPOE), sediado em Paramos e que ficou, nesta altura, dependente, para todos os efeitos, do Regimento de Cavalaria do Porto. Em 31 de agosto de 1975, o mesmo foi transferido para as instalações da Carreira de Tiro de Espinho, em Silvalde. No entanto, esta alteração foi de curta duração, pois, com o Decreto-Lei n.º.386/80 de 30 de julho de 1979, o destacamento acabará por ser extinto.

Hermenegildo Almeida (1998) acrescenta ainda que foi através do Decreto-Lei anteriormente citado que o Regimento de Cavalaria foi transferido para Braga, passando a ser designado Regimento de Cavalaria de Braga e instalando-se, a partir do dia 30 de julho de 1979, no Quartel do Areal do extinto Regimento de Cavalaria N.º 8. A partir do dia 14 de julho de 1993, o Regimento voltou a designar-se por RC6, retomando o seu número de origem. É importante referir que este Decreto-Lei surge numa altura em que o Exército português começa a ser novamente reestruturado. Segundo Marco Silva (2011),

após o 11 de Março de 1975, começou a ser reestruturado o Exército, sendo extintas várias unidades. É então neste período que se dá a maior diminuição de unidades de Cavalaria do século XX, e que se aproximaria do dispositivo que encontramos nos dias de hoje. A 31 de Março de 1975, é extinto o Regimento de Cavalaria n.º7, que como vimos anteriormente, participou ativamente na defesa do Estado Novo no 25 de Abril. Cerca de um mês depois, a 30 de Abril, são extintos o Regimento de Lanceiros n.º 1, em Elvas, e o Regimento de Cavalaria n.º 8, em Castelo Branco, tendo sido estes dois últimos quartéis ocupados por Regimentos de Infantaria. (Silva, 2011, p. 34-35)

Segundo o Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997) e do Anexo 1, podemos concluir que o RC6 atualmente localizado em Braga é um fiel depositário das tradições dos Regimentos de Cavalaria N.º 9 de Chaves (extinto em 1829), Regimento de Cavalaria N.º 12 de Miranda (fig. 1), Chaves e Bragança

(extinto em 1829), Regimento de Cavalaria N.º 7 de Bragança (entre 1837 e 1899, ano da sua extinção), tendo o atual RC6 incorporado no seu Regimento, unidades provenientes dos extintos Regimentos do RC6 de Bragança (fig. 1), Chaves e Monção e do RC11 de Braga.

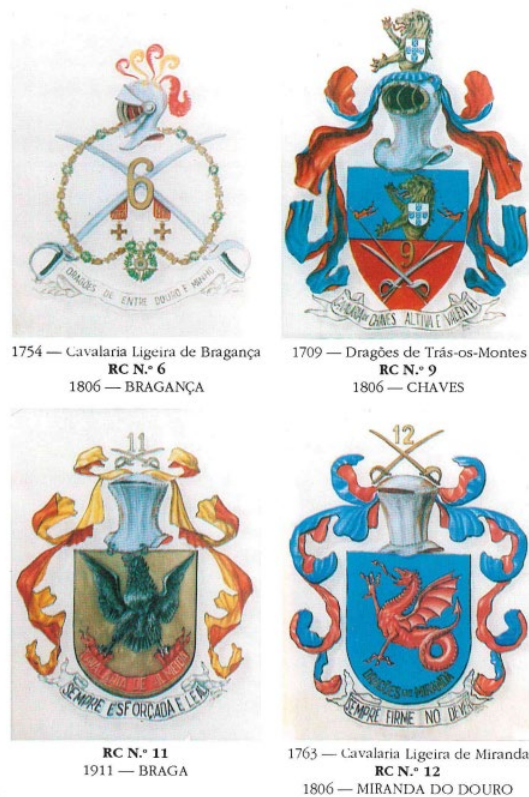


Figura 4 - Brasões dos Antigos Regimentos de Cavalaria. Antecessores do atual Regimento de Cavalaria N.º 6<sup>40</sup>

Através de Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997) podemos não só obter importantíssimas informações acerca da história do RC6, mas também podemos obter informação relativa a ações em que os antecessores do atual RC6 tomaram parte. Assim, podemos destacar a participação em ações militares como, por exemplo: em 1709, no Xerez; em 1808, em Vimeiro e Roliça; em 1809, na defesa da Ponte de Amarante e Ovelha; em 1810, na tomada em Coimbra.

Para além das ações militares anteriormente descritas, podemos destacar a participação, a partir de 1810, nas Campanhas da Guerra Peninsular, entre as forças portuguesas que, ao lado dos ingleses, combateram as forças francesas em Espanha. Segundo Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997), podemos destacar durante esta guerra, a participação em importantes batalhas, como por exemplo: em 1810, nos combates de Puebla de Sanabria, Percias e Gamelas; em 1811, nos combates em Albuera e nos sítios até à Praça de Badajoz; em 1812, nas batalhas de Arapiles e de San Muñoz; em 1813, no cerco de Victória e na conquista dos Pirinéus.

Entre 1835 e 1837, os antecessores do atual RC6 integraram a Divisão Auxiliar a Espanha na luta

<sup>40</sup> Fonte: Regimento de Cavalaria N.º 6. (1997). Regimento de Cavalaria N.º 6. Síntese Histórica

contra os “carlistas”, tomando parte em diversas batalhas como, por exemplo a de Armigñon, em 21 de julho de 1837, onde, segundo o Regimento de Cavalaria N°6 (1997), o Comandante do Regimento, Coronel Costa Pessoa, conseguiu a retirada do inimigo, salvando a Divisão Auxiliar de iminente derrocada.

Já no século XX, nomeadamente em 1915, são mobilizadas forças para Angola, tomando parte na Campanha do Sul de Angola, destacando-se nos combates em Môngua e em ações levadas a cabo pelos destacamentos do Cuamato e do Cuanhama. Em 1958, é mobilizado um Esquadrão de Reconhecimento para a Índia portuguesa e, em 1959, é destacado para a Guiné portuguesa o Pelotão de Polícia Militar N° 1. Por fim, a partir de 1961 são mobilizados para os teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, Companhias de Cavalaria e Pelotões de Reconhecimento DAIMLER. No que respeita à Guerra Colonial e à participação dos Regimentos de Cavalaria:

Durante o período das Campanhas Ultramarinas 1961 – 1974, as unidades de Cavalaria da Metrópole mobilizaram forças de escalão Batalhão, Companhia e Pelotão para os diferentes Teatros de Operações (Angola, Guiné e Moçambique). Devido às características dos teatros de Operações e da guerra subversiva, as forças que eram mobilizadas nas unidades de Cavalaria nem sempre correspondiam às especialidades da arma. Durante este período, foram mobilizadas unidades de escalão Batalhão e Companhia com a especialidade de atiradores de Infantaria, que por serem mobilizadas nas unidades de Cavalaria e serem comandadas por Oficiais de Cavalaria, passaram a designar-se Batalhões de Cavalaria e Companhias de Cavalaria. Para além deste tipo de forças, foram também mobilizados Pelotões e Esquadrões de Reconhecimento, motorizados e a cavalo, e Pelotões e Companhias de Polícia Militar. (Silva, 2011, p. 30)



*Figura 5 – Brasão de Armas do Regimento de Cavalaria n.º 6<sup>41</sup>*

Através de Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997), podemos conhecer a história do Brasão de Armas do RC6 (Fig. 1). O Brasão de Armas foi aprovado pela Portaria de 22 de fevereiro de 1980 e publicado na Ordem do Exército (O.E) n.º 3, 1ª Série, página 89, de 31 de março de 1980. O brasão é composto por um escudo com correia e elmo com virol, paquife e timbre do Exército voltado a 3/4 para a destra, sendo circundado pelo colar da Ordem de Torre e Espada. Sotoposta a este colar, surge a divisa da Unidade.

Ainda segundo a Figura 5 e da informação retirada de Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997), nos termos do artigo 34º da Portaria n.º 24 107, de 30 de julho de 1969, o brasão é composto por: um escudo em negro, um dragão de ouro, animado, lampassado e calçado de vermelho, armado do primeiro e acompanhado por duas faixas onduladas de prata com uma burela de azul, uma em chefe e outra em ponta; um elmo militar em prata, forrado de vermelho, a 3/4 da destra; uma corcova de vermelho, com um perfilado de ouro; um timbre composto por um cavalo brinção sainte de ouro sustentando um escudo de prata, com uma cruz firmada de azul; uma condecoração circundando o escudo a partir das pontas, o colar do Comando da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito; e uma divisa composta por um listal de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de estilo elzevir, maiúsculas em negro: “AVANTE PARA A GLÓRIA”.

O Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997) faz alusão à simbologia e alusão às peças, bem como uma representação e significado das cores. No que respeita à simbologia: as faixas onduladas representam

---

<sup>41</sup> Fonte: Regimento de Cavalaria N.º 6. (1997). Regimento de Cavalaria N.º 6. Síntese Histórica.

o rio Minho e o Rio Douro; o dragão simboliza os Cavaleiros, sentinelas vigilantes nas terras de Entre-Douro-e-Minho; o cavalo simboliza a maior beleza conquistada pelos homens, sendo um fiel companheiro desde o início da nossa nacionalidade, a que alude o escudo com a cruz azul, e que se expande até aos nossos dias, passando pelas jornadas gloriosas de Armigñon e da Môngua. Já quanto à representação e significado das cores: o ouro significa fé e nobreza; a prata significa riqueza e eloquência; o vermelho significa ardor bélico e força; o azul significa zelo e lealdade; e o negro representa a terra e significa firmeza e honestidade.

É importante referir também as condecorações que o RC6 recebeu ao longo da sua história. Segundo Regimento de Cavalaria N.º 6 (1997), o RC6 recebeu as seguintes condecorações: Comendador da Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito, sendo concedida devido à brilhante prestação na Campanha do Sul de Angola de 1914-1915 pela forma como desempenhou uma difícil missão de socorro à coluna de Cuanhama (O.E. n.º 6, 2ª série de 31 de março de 1923); Oficial da Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito, concedida como recompensa pelos serviços prestados à Pátria e à República, em especial pela nobre e decidida atitude perante as hostes Monárquicas no Norte do País (O.E. n.º 16, 1ª série de 21 de julho de 1919); Cruz de Guerra de 1ª Classe, concedida como reconhecimento pela forma como o Regimento atou no combate de 18 de agosto de 1915 na Môngua, atacando o inimigo com valor, decisão, coragem e espírito de sacrifício, contribuindo para a vitória no combate (O.E. n.º 12, 2ª série, de 21 de julho de 1922); Cruz de Guerra de 1ª Classe, concedida como recompensa pela forma como desempenhou a difícil missão de socorro à coluna Cuanhama na Campanha do Sul de Angola de 1915 (O.E. n.º 14, 2ª série, de 18 de agosto de 1923).

Atualmente, segundo a informação retirada do site do Exército de Portugal<sup>42</sup>, atualmente o Regimento de Cavalaria N.º 6 faz parte do Grupo de Reconhecimento do Comando da Brigada de Intervenção, tendo como competências: i) comandar e gerir os recursos humanos, materiais e financeiros postos à sua disposição; ii) garantir a segurança da unidade e a disciplina dos efetivos que lhe forem atribuídos; iii) organizar, treinar e manter o Grupo de Reconhecimento do Comando da Brigada de Intervenção; iv) organizar e desenvolver o treino individual, garantindo a manutenção dos padrões de desempenho operacionais estabelecidos; v) incorporar os militares destinados aos regimes de voluntariado e contrato; vi) constituir-se como um importante polo de formação da Escola de Armas; vii) constituir-se, à custa do Encargo Operacional, como polo de formação no âmbito do Sistema de Formação do Exército; viii) efetuar ações no âmbito da divulgação do serviço militar e do recrutamento; ix) realizar

---

<sup>42</sup> *Brigada de Intervenção. Regimento de Cavalaria No 6. (2023).* Exército de Portugal. <https://www.exercito.pt/pt/informacao-publica/comunicacao?menu=noticias>

ações de planeamento e coordenação da manutenção das infraestruturas à sua responsabilidade; x) participar na defesa terrestre do território nacional, de acordo com as missões que lhe sejam cometidas em planos operacionais; xi) prestar cuidados de saúde de proximidade, através da Unidade de Saúde, aos militares do Exército e, na sua capacidade sobranete, a outros utentes de acordo com as diretivas superiores e ao abrigo de protocolos estabelecidos; xii) colaborar em ações de apoio ao desenvolvimento e bem-estar da população, conforme lhes for determinado; xiii) garantir o cumprimento das disposições legais sobre servidões militares nas áreas à sua responsabilidade; e, por fim, xiv) cumprir outras missões ou realizar outras tarefas que lhe sejam cometidas superiormente.



## **5. O dia-a-dia do Regimento de Cavalaria N.º 6 durante a guerra**

Segundo Freire & Dantas Pereira (2021), as Ordens de Serviço (OS) do RC6 contêm muitos dos movimentos administrativos, instrução e cerimónias realizadas em Portugal Continental. Para além disso, pode-se verificar nas OS durante o período da guerra, transcrições de louvores que foram originalmente publicadas nas Ordens de Serviço das unidades ou comandos e regiões militares a que pertenciam os militares. No que respeita à instrução militar, os autores referem:

Como ponto de partida da investigação considerou-se como Esforço de Guerra o conjunto de ações de instrução, mobilização e treino, suportadas num corpo doutrinário e de conhecimento com vista à constituição de unidades coesas, convenientemente equipadas, treinadas e comandadas, cujo emprego operacional no terreno, e face à inteligência adversa que se lhe opõe, pretende contribuir para um resultado vitorioso. A instrução entendida no seu carácter individual, dividida em Escola de Recrutadas (ER) corresponde à Instrução Básica (IB) e Instrução de Especialidade (IE). A mobilização enquanto atividade de instrução coletiva e treino de preparação dos Pelotões de Reconhecimento, já como unidade reunida na unidade de mobilização. O emprego operacional entendido como toda a atividade operacional desenvolvida e que contribuiu para os resultados obtidos, muitas vezes difíceis de mensurar. (Freire & Dantas Pereira, 2021, p. 474)

Ainda segundo os autores anteriormente referidos, em 1960, o RC6 era um dos oito Regimentos de Cavalaria do Exército Português. No início de 1961, o RC6 deixou de desempenhar funções de Centro de Instrução, passando apenas a constituir uma Unidade Operacional reduzida. No que respeita às instalações, existiam no RC6 casernas higiénicas e espaçosas com capacidade para cerca de 800 homens. Quanto ao refeitório, às cozinhas, às instalações sanitárias, às salas de Praças e de Sargentos, às Messes, às arrecadações e secretarias, bem como todas as restantes dependências, as mesmas eram modelares e estavam instaladas em edifícios recentemente construídos. Freire & Dantas Pereira (2021) acrescentam que, apesar do RC6 estar situado (na época) na cidade do Porto, existia a menos de cinco quilómetros de distância uma ampla rede de estradas e caminhos municipais e que atravessava uma zona de densa vegetação e arborização com ótimas condições para a instrução das tropas de reconhecimento, especialmente essenciais para exercícios de guerrilha e contraguerrilha.

Segundo Freire & Dantas Pereira (2021), na época de 60, o RC6 era composto organicamente por três esquadrões: um Esquadrão de Reconhecimento (ERec), um Esquadrão de Centro de Instrução e Aperfeiçoamento de Condução Auto (CIACA), e por um Esquadrão de Formação e Comando. Em 1961, a mobilização realizada para Angola foi generalista, através das Companhias de Cavalaria (CCav), não havendo qualquer mobilização específica das especialidades de cavalaria. Os autores acrescentam que é só no período de 1964 a 1974 que se verifica uma mobilização focada nos Pelotões de

Reconhecimento AM Daimler (PelRec AM Daimler). Estiveram mobilizados em simultâneo: Angola, Moçambique e Guiné, 19 pelotões, dos quais quatro, e depois dois, em Angola, seis em Moçambique e 11 na Guiné.

O PelRec AM Daimler foi pensado para trabalhar e atuar como uma unidade una e indivisível, competindo ao seu Comandante de Pelotão a gestão deste esforço. No entanto, verificou-se em vários casos que os pelotões foram divididos enviando os seus militares e viaturas para diferentes setores da unidade a que estavam adidos. Geralmente as viaturas encontravam-se num estado operacional muito deficiente condicionando o emprego operacional do pelotão. Por exemplo, chegou-se a empregar apenas uma viatura em determinadas missões quando a doutrina aconselhava no mínimo uma patrulha (duas viaturas). (Freire & Dantas Pereira, 2021, p. 483)

Freire & Dantas Pereira (2021) realizam uma importante descrição dos Pelotões de Reconhecimento AM Daimler. Segundo os autores, ainda que os PelRec AM Daimler fossem uma unidade bastante ligeira, os mesmos possuíam mobilidade, proteção e poder de fogo, devido às suas viaturas blindadas e metralhadoras ligeiras, melhoradas quando comparadas com unidades de um escalão superior ou de outra tipologia, como por exemplo, as CCav. No que respeita à constituição de um PelRec AM Daimler:

O PelRec AM Daimler era uma unidade de Reconhecimento de escalão pelotão equipada com a Viatura Blindada de Reconhecimento Daimler Mk III 3 Ton 4x4 m/963. Era constituído por um oficial, um sargento, seis soldados e seis cabos num total de 14 militares. Organicamente o pelotão tinha uma viatura do tipo jipe 4x4 para o Comandante de Pelotão e cinco viaturas Daimler, cada uma com uma guarnição de dois militares, um soldado condutor e um cabo apontador de metralhadora que era também o chefe da viatura. Cada militar tinha como armamento individual uma Espingarda Automática G3 7,62mm e cada viatura tinha uma Metralhadora Ligeira que poderia ser um dos seguintes modelos: Metralhadora Ligeira (ML) Madsen 7,9 mm; ML Dreyse 7,9 mm ou ML MG-42 7,62 mm. Em termos de comunicações deveria haver um rádio E/R NA/GRC 9 e um PRC 10. (Freire & Dantas Pereira, 2021, p. 476)

Para além disso, Freire & Dantas Pereira (2021) também referem os tipos de missões, para as quais os PelRec AM Daimler estavam destinados, entre elas:

- Missões de unidades blindadas de reconhecimento, ou seja, missões de reconhecimento e patrulhamento de itinerários, escoltas a colunas militares, patrulhamentos diurnos e noturnos a diversas zonas, de preferência a povoações. No que respeita ao procedimento nas colunas diárias, eram empregues três viaturas e, sempre que possível, com uma primeira imediatamente atrás do rebenta minas, outra a meio da coluna e uma como fila. O rebenta minas estava equipado com uma GMC carregada de sacos de areia, sendo os picadores responsáveis por picar o chão com o intuito de descobrir possíveis minas enterradas. A coluna

era composta por GMC (com metralhadoras Breda 7,62), Unimog 411 ligeiros e pesados Mercedes Benz 404, Berliet Tramagal;

- Missões de defesa dos aquartelamentos e segurança a pontos estratégicos;
- Missões de apoio e defesa às populações em que, em alguns casos, levava à pernoita nessas povoações;
- E também outras tarefas quando um pelotão se encontrava inoperante, os militares eram distribuídos por outras unidades, participando em operações dessas unidades ou convertidos em unidades com tarefas específicas.

Segundo Freire & Dantas Pereira (2021), podemos constatar como era realizada a instrução individual e a Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO) dos militares portugueses. No que respeita à instrução individual, a mesma era dividida em duas partes, sendo a primeira a Escola de Recrutas (ER), com uma duração de cerca de 9 semanas, e a segunda a Instrução de Especialidade (IE), com uma duração de cerca de 7 semanas. A ER poderia ser ministrada em várias unidades, no entanto, a IE era ministrada apenas em unidades especializadas. No que respeita aos militares mobilizados para integrarem os PelRec AM Daimler, a ER podia ocorrer em unidades regimentais ou Centros de Instrução de Condução Auto (CIACA) para o caso dos militares condutores. Terminada a fase de instrução, o militar era dado como Pronto, apresentando-se numa unidade da sua especialidade para prestar serviço até ao momento da sua mobilização. O tempo estimado entre o início do serviço como Pronto e a sua mobilização para entregar uma unidade com destino às ex-colónias variava entre umas semanas e quase dois anos.

A IAO era a fase da mobilização que correspondia ao treino coletivo. Segundo Freire & Dantas Pereira (2021), a instrução decorria na Unidade Mobilizadora que era também a Unidade Instrutora, sendo as mesmas da responsabilidade do RC7, embora tivessem existido casos em que a unidade mobilizadora fosse o RC6. A IAO tinha a duração de duas semanas, entrando os militares, posteriormente, numa licença de 10 dias. Após esse período, seguia-se a Cerimónia de Despedida na Unidade e o embarque no navio com destino ao respetivo Teatro de Operação (TO).

Como referido anteriormente, uma outra fonte de pessoal para os PelRec AM Daimler eram os militares provenientes dos CICA que se apresentavam vindos destas unidades para receberem instrução de adaptação à viatura Daimler. Em termos de instrução de tiro, estes militares, geralmente, tinham já realizado tiro de iniciação e de adaptação de espingarda, 2ª Classe de Espingarda, 2ª classe de adaptação de ML e tiro noturno. (Freire & Dantas Pereira, 2021, p. 480)

Segundo Freire & Dantas Pereira (2021), os objetivos da IAO eram: generalizar, desenvolver consolidar

e intensificar a instrução individual do combatente; treinar o pessoal na condução das AM Daimler organizando-os e fazendo atuar o Pelotão Daimler em situações mais ou menos idênticas às das campanhas que estavam em curso nas ex-colónias; obter o endurecimento físico e fortalecimento psicológico; e desenvolver e consolidar os conhecimentos ministrados durante a Escolas de Recrutadas. Ainda segundo os autores, as matérias da IAO eram: a educação física, o armamento, a contraguerrilha, a instrução Daimler, as transmissões e a organização tática e Serviços de Campanha. No que respeita às Cerimónias de Despedida na Unidade e, segundo o anexo à Ordem de Serviço N.º 23 do dia 28 de janeiro de 1970<sup>43</sup>, podemos constatar como eram compostas as cerimónias. Quanto à missa e à bênção dos guiões, a mesma realizar-se-ia no dia 30 do mesmo mês, pelas 10h30 na Igreja de N. S. de Fátima.

Já quantos aos procedimentos, os esquadrões fariam representar-se por uma deputação de praças devidamente enquadrada. O Esquadrão de Reconhecimento nomearia uma Guarda de Honra ao altar, sendo a mesma composta por 1 cabo e 7 soldados. No que respeita a esta Guarda de Honra, o seu armamento era composto por uma espingarda automática G-3 m/963, por um equipamento m/64 e usariam o uniforme n.º 2 com luvas brancas. Para os restantes, o uniforme do pessoal enquadrado era também o n.º 2 e dos Oficiais e Sargentos não enquadrados, seria o n.º 1. Ainda no que respeita aos uniformes, deveria estar presente com o mestre dos clarins (sendo o mesmo um 2º Sargento), um terno de clarins a fim do mesmo tocar à Elevação (hasteamento da bandeira nacional).

Quanto aos guiões, os mesmos eram transportados por uma viatura até à Igreja, onde, na ausência dos sargentos dos pelotões mobilizados, a praça mais antiga de cada um dos pelotões (no caso desta Ordem de Serviço, os pelotões que seriam mobilizados seriam os PelRec Daimler N.ºs 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210 e 2211) receberia o guião que competia ao seu pelotão. Estes Guiões, durante a missa, seriam postados ao lado do altar-mor. No final da missa, os guiões seriam conduzidos para a frente do altar para se proceder à cerimónia da Bênção. Terminada a cerimónia, os guiões seriam colocados numa viatura, onde seriam transportados para o RC6.

No que respeita às deputações dos esquadrões, os PelRec Daimler e a Guarda de Honra ao Altar deslocar-se-iam para a igreja a partir das 10h e seriam formadas a pé. Eram convidados a assistir a estas cerimónias religiosas os Oficiais e Sargentos disponíveis.

Ainda através da Ordem de Serviço n.º 23 de 28 de janeiro de 1970, podemos também verificar como era composta a formatura geral e a entrega dos guiões. Os guiões seriam entregues pelas 15h perante uma formatura geral do Regimento de Cavalaria N.º 6. Quanto à formatura do RC6, a mesma era

---

<sup>43</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). *Livros das Ordens Regimentais*. Anexo à Ordem de Serviço N.º 23 de 28 de janeiro de 1970, pp. 1 e 2.

constituída por um grupo de 2 esquadrões, com todo o pessoal disponível e vestidos com um terno de clarins, estando o guião sob o comando do Capitão de Cavalaria, formado naquela hora na parada “Mouzinho” com frente para a Tribuna.

Quanto aos 2 esquadrões anteriormente referidos, o 1º esquadrão estaria sob o Comando de um Capitão, sendo formado por 4 pelotões de militares pertencentes ao Esquadrão de Reconhecimento e do Esquadrão de Formação e Comando. Já quanto ao 2º esquadrão, o mesmo estaria sob o comando de um outro Capitão, sendo formado por 4 pelotões de militares pertencentes ao Esquadrão do CIACA. Os militares, quanto à sua vestimenta, utilizariam o 2º uniforme e, no que respeita ao armamento, os Oficiais utilizariam uma pistola, os Sargentos uma Pistola Metralhadora (P. M.) e os Praças utilizariam a Espingarda Automática G-3 m/63. O equipamento utilizado seria o m/64 e o horário para o formar seria às 14h30 e o de unir às 14h45.

Ainda é descrito nesta Ordem de Serviço que os pelotões mobilizados formariam sob o Comando dos respetivos comandantes, em que todo o pessoal teria de utilizar a boina. Para além disso, o Esquadrão de Reconhecimento nomearia dois 1ºs Cabos que estariam responsáveis pela porta-flâmulas. Seriam nomeados também dez Sargentos responsáveis pela entrega dos guiões aos pelotões mobilizados.

Por fim, os Oficiais e Sargentos não enquadrados deveriam comparecer com o uniforme n.º 1 com luvas castanhas, à exceção dos Q.C. que apenas possuíam o uniforme n.º 2. Os Praças que não fariam parte da formatura assistiriam à cerimónia nas arcadas do edifício do refeitório.

Após o término das Cerimónias de Despedida da Unidade, segundo Freire & Dantas Pereira (2021), os pelotões mobilizados seguiam de comboio para Lisboa, embarcando de noite na Estação da Campanhã e chegando já de madrugada à Estação de Santa Apolónia. Posteriormente, os pelotões seguiam de viaturas militares para a Gare Marítima de Alcântara onde se realizaria uma formatura geral seguida de um desfile em direção ao navio.

Na viagem eram projetados filmes e proporcionadas algumas atividades recreativas, bem como palestras sobre o clima e as populações da província de destino. No caso do TO da Guiné seguiam para o destino final por coluna, por via fluvial, por lanchas da marinha (Lancha de Desembarque Médio), ou ainda por via aérea. Ainda na Guiné era usual uma cerimónia de apresentação e desfile perante o Comandante em Chefe as Forças Armadas, no período em que o mesmo era o General António de Spínola. (Freire & Dantas Pereira, 2021, p. 482).

Segundo Freire & Dantas Pereira (2021), após o término do período de mobilização em África, o regresso dos pelotões ao quartel era realizado através de viaturas a partir da Estação de Campanhã. Aquando da chegada ao RC6, os pelotões eram recebidos com uma formatura geral na parada (por vezes a mesma era realizada em horas tardias). Para além da formatura geral, existia também uma

cerimónia de receção que se realizava no dia e hora em que os pelotões chegavam. Essas cerimónias de receção eram compostas por: umas breves palavras de boas-vindas proferidas pelo Comandante do Regimento; uma homenagem aos militares mortos pertencentes aos pelotões que regressavam; uma entrega ao Comandante do Regimento, por parte dos Comandantes dos pelotões, dos seus respetivos guiões; e por um desfile das forças em parada.

Após a cerimónia foi servida a 3ª refeição no Refeitório e nas messes para os militares regressados que a desejassem. As operações de espólio e pagamento de vencimentos foram realizadas após a refeição, com indicações que os órgãos regimentais deviam providenciar que as mesmas se processassem com rapidez. (Freire & Dantas Pereira, 2021, p. 483).

Como visto pelo exemplo anterior, as Ordens de Serviço do RC6 constituem uma importante fonte não só para a quantificação dos pelotões mobilizados para a guerra e cerimónias de despedidas dos mesmos, mas também porque fazem uma descrição detalhada do dia a dia do RC6. Nas Ordens de Serviço do RC6, eram descritos, diariamente, cada militar responsável por cada função no quartel. De entre as vastas funções podemos destacar: a de Pernoita, Piquete, Guarda de Polícia, Guarda ao Paiol, Clarim de dia, Mecânico de dia, Dia à Cavalaria, Ordenança à guarda da Polícia, Ordenança à secretaria, Cabo às Ordens, Ferrador (assistã), entre outras funções. Para além disso, os próprios esquadrões do regimento nomeavam: Guardas ao Paiol; Guardas de Polícia; Reforço ao Paiol; Piquete de prevenção aos atiradores e às metralhadoras; plantões destinados ao lavadouro, à cavalaria, à estrumeira, ao portão norte, à faxina exterior, às obras, ao refeitório; entre outras.

Para além da distribuição de tarefas, as Ordens de Serviço do RC6 também possuíam, diariamente, capítulos destinados: a alterações no regimento, como, por exemplo, a entrada e saída de militares, marchas, animais e veículos; à instrução, em que era descrito os militares que estavam em fase de aprendizagem e, posteriormente, aquando do término da instrução e prontidão para a sua mobilização para a África; aos serviços de saúde, onde são descritos os militares que se encontram doentes; a detalhes específicos como a alimentação, ao armamento, ao fardamento, entre outras informações; à administração detalhada de verbas; a licenças concedidas a militares e que os dispensavam de servir em África; a aumentos, ou seja, listagem de militares promovidos de patente; a louvores; a castigos; à descrição de horários para banhos e para o içar e arrear da bandeira; aos impedimentos; aos relatórios de amparos; entre outros vastos assuntos.

Domingos e Feriados	Designações		Dias Úteis
06:30h	Alvorada		06:30h
06:40h	1ª Ração dos solípedes		06:40h
07:00h	1ª Refeição		07:00h
07:45h	Limpeza dos solípedes, viaturas, armamento e equipamento		07:30h
08:00h	Içar da Bandeira Nacional		-----
08:45h	Alto à limpeza dos solípedes, armamento e equipamento		08:45h
08:45h	1ª Data de água		08:45h
09:40h	Parada da Guarda	Clarins	09:40h
09:45h		Formar	09:45h
09:50h		Unir	09:50h
10:00h		Rendição	10:00h
11:00h	Revista de saúde		11:00h
11:00h	Revista veterinária e curativo aos solípedes		11:00h
11:15h	2ª Ração dos solípedes		11:15h
12:00h	2ª Refeição		12:30h
-----	Aulas Regimentais		16:00h
17:00h	2ª Data de água e 3ª ração dos solípedes		17:00h
-----	Alto às Aulas Regimentais		17:45h
18:00h	3ª Refeição		18:45h
19:30h	Piquete - 1ª Formatura		19:30h
ao recolher	Piquete - 2ª Formatura		ao recolher
19:30h	Arrear da Bandeira Nacional		-----
21:15h	Recolher	Clarins	21:15h
21:30h		Formar	21:30h
22:00h		Silêncio	22:00h

Tabela 4 - Horários de funcionamento do RC6 a partir do dia 25/04/1962<sup>44</sup>

Através da Ordem de Serviço N.º 97 de 24 de abril de 1962<sup>45</sup> e da Tabela 1, podemos constatar um exemplo da descrição detalhada dos horários de funcionamento do regimento a entrar em vigor a partir de 25/04/1962, quer nos dias úteis, quer nos domingos e feriados. Através da Tabela 1, podemos constatar que o dia no RC6 se iniciava às 06:30h da manhã, terminando às 22:00h com o recolher. Também podemos verificar que as Aulas Regimentais apenas funcionavam nos dias úteis. Identifica-se também que o içar e o arrear da Bandeira Nacional não tinham um horário definido nos dias úteis, algo que possivelmente seria definido mais tarde.

Para além disso, são também referidos na mesma Ordem de Serviço os horários de pequeno-almoço, almoço e jantar dos Oficiais, Sargentos e Praças. No que respeita aos Oficiais, os mesmos almoçavam ao 12:30h e jantavam às 19:30h. Já os Sargentos e os Praças tomavam o pequeno-almoço às 7h (exceto aos domingos, em que era às 7:30h), o almoço ao 12:30h e o jantar às 19:30h.

<sup>44</sup> Fonte: Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 97 de 24 de abril de 1962, pp. 586-588).

<sup>45</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 97 de 24 de abril de 1962, pp. 586-588).

Quanto às oficinas e obras, as mesmas funcionavam de manhã das 8h até às 11:50h, e de tarde da 13:30h até às 17:30h. A mesma Ordem de Serviço de 24 de abril de 1962, refere também os horários de banhos, quer para os Praças prontos, quer para os Esquadrões do RC6. Quanto aos Praças prontos, o Esquadrão de Recrutamento possuía um horário para banhos às 2<sup>as</sup> e 5<sup>as</sup> feiras das 11:45h ao 12:15h. A Formação tinha como horários as 3<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> feiras das 17:30h às 18h. Já para os recrutas do Esquadrão de Reconhecimento, o 1<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> pelotões, nas semanas ímpares, os horários para banho eram 2<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> das 09:15h às 09:35h e, nas semanas pares, das 11:15h às 11:35h. Já o 2<sup>o</sup> e 4<sup>o</sup> pelotões, nas semanas ímpares, tinham como horários 2<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> das 18h às 18:30h e, nas semanas pares, 3<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> das 09:15 às 09:35h. Por fim, quanto aos recrutas do Esquadrão do CIACA, os mesmos tinham como horários para banhos, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> feiras das 18h às 18:30h.

<b>Quadro Permanente</b>		<b>Escola de Recrutas</b>	
		<b>Tempos</b>	<b>Horários</b>
<b>Tempos</b>	<b>Horários</b>	I	07:30h às 08:20h
I	9h às 09:15h	II	08:30h às 09:20h
II	10:30h às 11:45h	III	09:30h às 10:20h
III	14h às 15h	IV	10:30h às 11:20h
IV	15:15h às 16:15h	V	11:30h às 12:20h
V	16:30h às 17h	VI	14h às 14:50h
VI	16:30h às 17:45h	VII	15h às 15:50h
		VIII	16h às 16:50h
		IX	17h às 17:50h

*Tabela 2 e 3 - Horários de Instrução do Quadro Permanente e da Escola de Recrutas<sup>46</sup>*

A Ordem de Serviço n.º 97 de 24 de abril de 1962 refere também os horários de instruções para o quadro permanente e para a Escola de Recrutas. Através da Tabela 2, podemos constatar que o quadro permanente era constituído por 6 tempos, tendo o 1<sup>o</sup> tempo uma duração de 50 minutos, o 2<sup>o</sup> e o 6<sup>o</sup> de 15 minutos, o 3<sup>o</sup> e o 4<sup>o</sup> de 1 hora e o 5<sup>o</sup> de 30 minutos. Na Tabela 3 podemos verificar que a instrução destinada à Escola de Recrutas era composta por 9 tempos, tendo todos uma duração de 50 minutos.

Como referido anteriormente, as Ordens de Serviço do RC6 referem também os castigos aplicados aos militares que cometiam infrações e crimes militares. Na Ordem de Serviço n.º 231 de 9 de outubro de 1964<sup>47</sup>, dois militares foram punidos com cinco dias de detenção por não cuidarem de forma adequada das suas viaturas, sendo que uma delas possuía uma avaria que, se não fosse identificada a tempo,

<sup>46</sup> Fonte: Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 97 de 24 de abril de 1962, pp. 586-588).

<sup>47</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 231, de 9 de outubro de 1964, p. 264.



poderia provocar estragos graves no motor. Podemos destacar outros casos de negligência associada a veículos militares, como, por exemplo: 15 dias de prisão por colidir com outras viaturas<sup>48</sup>; 5 dias de prisão para um militar que bateu contra um muro com uma viatura de transporte de géneros<sup>49</sup>. Através das Ordens de Serviço também identificamos castigos relacionados com a não entrega de equipamentos, como, por exemplo, um caso em que um militar foi punido com uma pena de 15 dias por não entregar um ventilador de doze voltas e tê-lo utilizado em proveito próprio<sup>50</sup>. Podemos destacar também castigos destinados a militares que não compareciam às formaturas, como, por exemplo, 10 dias por ter faltado à formatura do recolher e não ter justificado devidamente<sup>51</sup>. Observam-se ainda castigos relacionados com o facto de militares conduzirem viaturas sem a devida autorização, como, por exemplo, um militar que foi punido com 15 dias de prisão por conduzir um veículo com o intuito de localizar uma pequena avaria no mesmo, mas que no Portão do Norte mentiu aos militares, dizendo que o mesmo tinha autorização para sair do quartel com a viatura<sup>52</sup>. Verificamos também castigos relacionados com a condução irresponsável de viaturas e causando acidentes, como, por exemplo, um militar que foi preso por 50 dias por conduzir em excesso de velocidade, causando um acidente que provocou a morte de um militar e feriu outros 3<sup>53</sup>.

Para além de nas Ordens de Serviço do RC6 serem descritos todos os acessórios de fardamento e armamento que entravam e saíam do quartel, também eram registados todo o tipo de artigos, desde acessórios de mobília até mesmo talheres de refeição. Um dos exemplos, é a Ordem de Serviço N.º 2 de 04 de janeiro de 1965<sup>54</sup> na qual podemos constatar, precisamente, a forma como o RC6 registava de forma detalhada tudo o que se passava no quartel. Identifica-se a chegada ao regimento de um conjunto de artigos variados, entre eles: armários metálicos, coberturas de leito, pratos, jarros, garrafas para vinho, terrinas para refeitório, etc. Também através deste exemplo, podemos notar a diferenciação que existia entre talheres, armários, pratos, etc., destinados especificamente para os praças e para os sargentos e oficiais. Verifica-se também outras regalias, como o facto de os sargentos possuírem talheres e pratos destinados somente para sobremesas e os praças não. Para além da descrição dos artigos que chegavam ao RC6, era também arrolada a quantidade dos mesmos, o preço por artigo (como, por exemplo, um armário metálico para praça custava 340 escudos e um prato de sopa custava 11,40 escudos) e era apresentada também a distribuição dos mesmos pelos diferentes

---

<sup>48</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 246 de 22 de outubro de 1964, p.241.

<sup>49</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 246 de 22 de outubro de 1964, p.242.

<sup>50</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 252 de 25 de outubro de 1964, p.2076.

<sup>51</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 243 de 15 de outubro de 1962, p.1369.

<sup>52</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 251 de 24 de outubro de 1962, p.1440.

<sup>53</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 252 de 25 de outubro de 1962, p.1444.

<sup>54</sup> Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais. Ordem de Serviço N.º 2 de 4 de janeiro de 1965, p. 10.

Esquadrões do regimento.

Na Tabela 4, podemos verificar que, desde 1961 até 1974, foram mobilizados 99 Pelotões de Reconhecimento Daimler para os três Teatros de Operações: Angola, Guiné e Moçambique. Podemos também constatar que os PelRec Daimler foram mobilizados na sua grande maioria para a Guiné. Através da Tabela 4 podemos ainda atestar que foram mobilizados para Angola 10 pelotões, 24 para Moçambique e 65 para a Guiné. Quanto à duração das missões dos pelotões em África, as mesmas tinham a duração de cerca de 2 anos, exceto 21 pelotões em que as suas missões tiveram apenas a duração de cerca de um ano. Um dos motivos que poderá explicar o facto destes pelotões só terem a duração de um ano, seria o facto de que existiam casos em que faltavam, a estes pelotões, equipamentos e peças para os veículos, tornando inviável a continuação da sua missão em África. No que se refere à mobilização anual, podemos constatar que 1971 é o ano com o maior número de pelotões mobilizados, com 20 pelotões enviados para África. Quanto aos restantes anos, a sua quantidade variava entre os 9 e os 11 pelotões, excetuando o ano de 1972, em que apenas 1 pelotão foi mobilizado.

É importante salientar que para além destes 99 Pelotões de Reconhecimento Daimler, também foram mobilizados pelo RC6 três Companhias de Cavalaria. Destas três, duas foram mobilizadas em 1961 para Angola e uma, também em 1961, para Moçambique. As três Companhias de Cavalaria regressaram a Portugal no ano de 1963, vindo a ser, posteriormente, substituídas pelos PelRec Daimler a partir de 1964.

<b>Pelotões Mobilizados</b>	<b>Mês/Ano de Embarque</b>	<b>Mês/Ano de Regresso</b>	<b>Teatro de Operações</b>
10	out/64	ago/66	Guiné
2	jan/65	abr/67	Mocambique
1	mai/65	jun/67	Angola
4	mai/65	jun/67	Mocambique
3	jun/65	jun/67	Angola
1	jan/66	nov/67	Guiné
10	jul/66	mai/68	Guiné
2	fev/67	mar/69	Mocambique
4	abr/67	mai/69	Mocambique
2	mai/67	jan/69	Angola
1	out/67	ago/69	Guiné
10	mai/68	set/70	Guiné
2	jan/69	mar/71	Mocambique
4	abr/69	jun/71	Mocambique
2	mai/69	jul/71	Angola
1	ago/69	jul/71	Guiné
10	jan/70	dez/71	Guiné
2	jan/71	abr/73	Mocambique
4	abr/71	mai/jun/73	Mocambique
1	mai/71	mar/73	Guiné
2	jun/71	mar/72	Angola
11	nov/71	nov/dez/73	Guiné
1	dez/72	ago/74	Guiné
9	jul/73	set/74	Guiné

*Tabela 4 - Pel.Rec. Daimler mobilizados pelo RC6 durante a Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974)<sup>55</sup>*

Ao analisar as Ordens de Serviço do RC6, podemos verificar que os PelRec Daimler eram compostos por 14 militares, exceto, em alguns casos, em que poderia a ter 13, 15 ou 16. Cada pelotão era, em média, composto por um oficial, um sargento, seis cabos e seis soldados, existindo também exceções quanto à distribuição dos mesmos. Também é importante referir que só a partir de 1967 é que as Ordens de Serviço começam a descrever as funções de cada militar no pelotão. No que respeita às funções dentro de cada pelotão, o mesmo poderia ser composto por militares com as seguintes funções: Alferes Miliciano; Alferes Miliciano de Cavalaria; Furriel de Cavalaria; Sargento; Sargento de Cavalaria; Cabo Mecânico de Rodas; Soldado Condutor Auto Rodas; Soldado Condutor AM Daimler; Cabo Apontador Daimler; Cabo Apontador AM Daimler; Cabo Mecânico de Viaturas Auto; Cabo Condutor AP Daimler; Soldado Condutor AP Daimler; Soldado Mecânico de Viaturas Auto; Soldado C.A.R..

<sup>55</sup> Fonte: Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais, 1961-1974.

Por fim, as Ordens de Serviço do RC6 fornecem informação relativa ao número de mortos ao serviço do RC6 durante a Guerra Colonial. Na Tabela 5, podemos constatar que morreram um total de 32 militares. Destes 32 mortos, um estava mobilizado em Angola, 14 em Moçambique e 17 na Guiné. Verificamos também que estes mortos faziam parte de 16 PelRec Daimler, sendo que um pelotão estava mobilizado em Angola, cinco em Moçambique e dez na Guiné. No que respeita às patentes destes militares mortos, identifica-se que em Angola morreu um Soldado; em Moçambique um 2º Sargento, seis 1ºs Cabos e sete Soldados; e na Guiné um 2º Sargento, seis 1ºs Cabos e dez Soldados.

Número do Pelotão	Teatro de Operação	Patente	Número de Mortos
Pel.Rec. Daimler 831	Angola	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 806	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 833	Mocambique	1º Cabo	1
Pel.Rec. Daimler 833	Mocambique	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 834	Mocambique	1º Cabo	1
Pel.Rec. Daimler 996	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 998	Guiné	1º Cabo	1
Pel.Rec. Daimler 1077	Guiné	2º Sargento	1
Pel.Rec. Daimler 1077	Guiné	1º Cabo	2
Pel.Rec. Daimler 1077	Guiné	Soldado	2
Pel.Rec. Daimler 1129	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 1131	Guiné	1º Cabo	1
Pel.Rec. Daimler 1136	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 1138	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 2044	Guiné	1º Cabo	1
Pel.Rec. Daimler 2044	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 2045	Guiné	1º Cabo	1
Pel.Rec. Daimler 2045	Guiné	Soldado	1
Pel.Rec. Daimler 2111	Mocambique	1º Cabo	2
Pel.Rec. Daimler 2111	Mocambique	Soldado	3
Pel.Rec. Daimler 2112	Mocambique	1º Cabo	2
Pel.Rec. Daimler 2112	Mocambique	Soldado	3
Pel.Rec. Daimler 2292	Mocambique	2º Sargento	1
Pel.Rec. Daimler 3085	Guiné	Soldado	1
Total			32

*Tabela 5 - Número de militares mortos ao serviço do RC6 durante a Guerra Colonial (1961-1974)<sup>56</sup>*

<sup>56</sup> Fonte: Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). Livros das Ordens Regimentais, 1961-1974.

## **6. A realidade da Guerra. Testemunhos de quem a experienciou em primeira mão**

Para além das fontes bibliográficas e hemerográficas, as fontes orais constituem uma importante fonte para o estudo da Guerra Colonial. Neste capítulo analisaremos algumas entrevistas realizadas a ex-combatentes do RC6, mas também outras entrevistas realizadas por terceiros e que estão acessíveis ao público.

O guião das entrevistas foi elaborado com o intuito de responder a dois pontos importantes. O primeiro insere-se na elaboração de questões que respondam, de forma direta, aos assuntos e temáticas sobre as quais esta dissertação se propôs a estudar acerca destes ex-combatentes, como por exemplo, questões relacionadas com nível de escolaridade, período de recruta e formação militar, instalações do Regimento, missões em África, entre outras. Por outro lado, foram incluídas no guião questões que visavam conhecer melhor estes ex-combatentes a nível pessoal, como, por exemplo, questões relacionadas com a infância e com as dificuldades experienciadas em África.

Quanto às estratégias adotadas durante a redação do guião e, posteriormente, da própria entrevista, procurou-se, como referido anteriormente, que os entrevistados não respondessem apenas às questões sobre as quais a dissertação se propôs responder. Foi essencial elaborar questões a nível pessoal que permitissem com que os entrevistados se sentissem mais à vontade em responder, não só, às questões do guião, mas também, a partilhar assuntos e problemáticas interessantes que não estavam presentes originalmente no guião.

Quanto ao universo dos entrevistados, os mesmos são de nacionalidade portuguesa e pertenceram ao RC6 e também ao Regimento de Infantaria N.º 2. As idades destes ex-combatentes variam entre os 73 e os 80 anos e, quanto à sua situação profissional aquando da mobilização, dois entrevistados trabalhavam como trolha, dois como engenheiro, um como operário fabril e um como médico. No que respeita ao tempo de serviço, todos os entrevistados estiveram mobilizados em África cerca de dois anos, tendo patentes militares correspondentes a Oficial e Cabo.

### **6.1. Entrevistas a ex-combatentes do RC6**

Começaremos por analisar a entrevista realizada a Mário que tinha estudado até à 4ª classe e trabalhava de trolha, aquando da sua recruta para o Exército no Centro de Instrução e Condução Auto N.º 4 em Coimbra. Posteriormente, foi mobilizado para o RC6 onde tirou a especialidade de Condutor Auto Daimler. Mário foi mobilizado para a Guiné no navio Angra do Heroísmo em 1971, num pelotão composto por 14 homens.

Quanto ao período de recruta, Mário revela que os praças praticavam de manhã instrução de tiro e à tarde, a prática de condução. Noutros dias, os mesmos eram instruídos no que respeita à mecânica, de manhã, e à condução, à tarde, alternando dia sim, dia não.

No que respeita à sua estadia na Guiné, Mário revela que o quartel em África era composto por paredes de tijolo e por telhados de chapa, o que levava a que as mesmas retivessem imenso calor. O mesmo descreve também que o seu pelotão sofreu um ataque de canhão sem recuo e RPG-7 no quartel em 1972. O seu pelotão era responsável por fazer proteção à pista de aviação e às estradas para Tite, Enxudé e Bisássima. Quanto a esta patrulha, Mário identifica que a mesma realizava um percurso diário, percorrido da parte manhã, entre Tite e o Enxudé de 15 km ou entre Tite e a Bisássima de 12/15 km, andando de ida e volta a pé, e, de tarde, regressavam ao quartel. Ao longo deste percurso, eram deixados cerca de 2 ou 3 soldados em postos a intervalos de cerca de 1 km até concluir toda a distância do percurso.

Mário descreveu uma situação em que, aquando da partida de soldados para a exploração do mato, foi necessário um helicóptero para resgatar vários feridos. No entanto, o ex-combatente sublinha que não chegou a contabilizar-se nenhuma vítima mortal neste incidente.

No que respeita ao armamento, o Mário revela que os combatentes nativos tinham acesso a armamento russo, nomeadamente a Kalashnikov, canhões sem recuo e RPG-7. Quanto ao armamento dos soldados portugueses, os mesmos possuíam a G3, o morteiro 120 e 60 e uma Daizy que ficava na viatura. Quanto aos veículos conduzidos por Mário o mesmo recorda ter conduzido Jipes, Unimog, Berliet e Daimler.

Quanto às dificuldades experienciadas na Guiné, Mário salienta a dificuldade, nos primeiros dias, em adaptar-se, pois ele e o seu pelotão não conheciam ninguém. Por outro lado, a alimentação era muito deficitária e composta por rações de combate, pão (que, por vezes, tinha já uma semana ou mais) e uma sardinha ou um frango que teria de ser dividido por várias pessoas.

Quanto ao regresso, Mário lembra que regressou no navio Niassa em novembro de 1973, sendo recebido pela família em Aveiro. O mesmo considera que não teve dificuldades em reintegrar-se, nem na família nem no mundo de trabalho, salientando que conseguiu voltar a trabalhar para o seu antigo patrão três dias após o regresso a Portugal. Meio ano depois, trabalhava já por conta própria.

Quanto a doenças ou traumas psicológicos, Mário salienta que nem ele nem o seu pelotão, apesar de terem enfrentado confrontos violentos, sofreram algum tipo de trauma psicológico. Por fim, o mesmo revela a forte relação de amizade que criou com os seus companheiros de pelotão, salientando que o grupo ainda continua a reunir-se anualmente.

Na entrevista realizada a Ernestino ficámos a saber que tinha concluído a 7ª classe (que corresponde ao atual 12º ano) e que se encontrava estudar na Faculdade de Medicina aquando do recrutamento para o Exército. O ex-combatente realizou recruta na Escola Prática de Infantaria em Mafra durante 3 meses. Posteriormente, tirou a especialidade em Carros de Combate na Escola Prática de Cavalaria de Santarém, também com a duração de 3 meses, sendo colocado no Regimento de Cavalaria de Santa Maria, onde passou a dar instrução em Carros de Combate.

Ernestino passou 2 meses no RC6 aquando mobilização para a Guiné como comandante de um Pelotão de Autometralhadoras Daimler. Segundo o próprio, as instalações do RC6 eram razoáveis, sendo o dia a dia ocupado com a aprendizagem, salientando que algumas das atividades não eram talvez adequadas, sobretudo no que respeita à preparação para o combate terrestre, que era totalmente diferente do que seria na Guiné. Considera ainda que alguns instrutores não tinham experiência de guerra suficiente para darem instrução aos recrutas e para os preparem para as condições de vida e de combate que iriam enfrentar nos TO.

Ernestino partiu para a Guiné no final de 31 janeiro de 1970 no navio Uíge, chegando a 6 de fevereiro, seguindo no dia posterior para o aquartelamento de Mansabá, onde existiam três Daimlers. Ficou quatro ou cinco meses como comandante de pelotão, deslocando-se depois para a região de Mansoa onde existiam, na altura, apenas dois Daimlers. Passado um ano, o pelotão de Ernestino foi desativado por falta de peças, sendo recolocado, posteriormente, em Bissau, no Comando nº 7. O ex-combatente acrescenta que, dos 10 pelotões que foram mobilizados juntamente com o seu, cinco deles foram desativados por falta de peças, levando à recolocação em outros lugares.

As missões do seu pelotão eram semelhantes às do de Mário: defesa e escolta de colunas, proteção das pistas de aterragem e reconhecimento e defesa do aquartelamento. Quanto às instalações de Mansabá, segundo Ernestino, as mesmas não seriam más, sobretudo para os oficiais, que dispunham de um quarto individual grande. Quando não tinham nenhuma missão de escolta ou defesa, o dia a dia era passado no quartel e no bar, estando, no entanto, sempre preparados caso acontecesse algum ataque na região ou ao quartel. Já em Mansoa, as instalações seriam mais ou menos do mesmo género, não sendo propriamente boas. O ex-combatente acrescenta que durante a sua estadia nesta região e, posteriormente, em Bissau, não dormia no quartel pois tinha arrendado um quarto na povoação.

No que respeita aos conflitos envolvidos, Ernestino destaca as emboscadas da guerrilha às colunas militares e ao aquartelamento. Quanto às dificuldades e experiências vivenciadas na Guiné, releva o stress e a instabilidade permanentes em que vivia, sabendo que poderia ser atacado a qualquer

momento. Destaca também as dificuldades no que respeita à alimentação, sobretudo na aquisição de produtos frescos, sendo a sua alimentação baseada em produtos secos e congelados, alguns deles já com meses de congelação e longe das melhores condições de conservação e adequação ao consumo. Quanto a doenças associadas à guerra, Ernestino destaca que alguns militares sofreram de dificuldades de concentração, ansiedade, perturbações digestivas, audição diminuída e problemas psicomotores. No entanto, realça que, nem ele nem ninguém do seu pelotão composto por 14 militares, sofreu algum tipo de doenças físicas, existindo apenas alguns militares com problemas psicológicos associados ao stress e à ansiedade.

Ernestino destaca também que o seu pelotão nunca sofreu nenhum processo disciplinar, recebendo apenas louvores. Segundo o ex-combatente, o seu pelotão recebeu 4 ou 5 louvores de saudades, um louvor de um sargento, um louvor do próprio e um louvor ao pelotão (por autoria do comandante do batalhão).

Por fim, regressou a Portugal, em meados de dezembro de 1971, num avião da TAP. Destaca, aquando do regresso, um sentimento de satisfação e, ao mesmo tempo, de frustração por saber que a guerra não valia a pena nem fazia sentido. Quanto à reinserção no ambiente familiar, salienta uma facilidade graças ao forte apoio familiar. Posteriormente, retomou os seus estudos, terminando o seu curso em medicina e entrando na carreira de médico, sendo colocado num centro de saúde.

Outro ex-combatente mobilizado pelo RC6, estava matriculado na Faculdade de Engenharia quando foi recrutado para o Exército. Acrescenta ainda que teve outros dois irmãos que também participaram na Guerra Colonial. Quanto à recruta, Jaime esteve três meses (desde janeiro a março de 1966) na Escola Prática de Infantaria em Mafra, sendo este o local onde se realizaria o curso de oficiais milicianos. Tirou a especialidade em Carros de Combate (entre os quais, as viaturas Daimler) na Escola Prática de Cavalaria em Santarém durante 3 meses. Após 6 meses no RC8, pediu para ser transferido para o RC6, onde esteve cerca de um ano.

Quanto ao período de recruta, revela que foi uma fase intensa e exaustiva pois, quer de dia quer até mesmo de madrugada, os soldados eram acordados para participarem em operações militares. Jaime considera que o momento mais difícil do recrutamento foi a formação na especialidade, pois esta exigia enorme esforço físico e muitas aulas teóricas sobre armamento, funcionamento das viaturas, etc.

No RC6, o ex-combatente relata que, no momento em que por lá passou, existiam muitos Aspirantes a Oficial Miliciano, Alferes, Tenentes, Capitães, etc., o que levou a que o seu trabalho no regimento fosse diminuto, dando apenas algumas instruções a recrutas. Quando faltava 1 mês para ser mobilizado, realizou uma Instrução de Aperfeiçoamento Operacional IAO em que o terreno não tinha qualquer



semelhança com o que iria encontrar na Guiné.

No que respeita às instalações do RC6, Jaime descreve que eram grandes e possuíam, para além das Daimler, outros carros de combate com um poder de fogo muito superior. A alimentação no RC6 era, segundo o mesmo, para além de razoável, chamando até mesmo de boa. No entanto, acrescenta que não almoçava no regimento, pois ia a almoçar a casa, que ficava perto.

Jaime foi mobilizado em maio de 1968 como comandante de um PelRec Daimler para a Guiné no navio Niassa, juntamente com outros nove pelotões. Mal chegou a Bissau, partiu de imediato numa lancha de desembarque, chamada LTG, com destino a uma povoação denominada Bamdadinca, onde permaneceu por dois anos. Acrescenta ainda que, enquanto esteve nesta região, quase não existiram confrontos militares, recordando apenas um, em março de 1969, quando a sede do batalhão foi atacada. Este incidente, porém, não causou qualquer ferido ou baixa. Jaime também recorda uma outra situação em que três viaturas do seu pelotão estiveram de baixo de fogo, no entanto, nessa altura, encontrava-se de férias em Portugal (os militares tinham direito após um ano de serviço, a 30 dias de férias).

Quanto às tarefas destinadas ao seu pelotão, revela que as suas funções se destinavam à segurança e escolta de colunas militares que se deslocavam a quartéis e também o transporte e abastecimento de produtos alimentares. Jaime acrescenta também que só iam três viaturas para fazer escolta às colunas militares (situando-se uma no início, uma a meio e outra no final da coluna) devido ao facto de se pretender dar a impressão de segurança.

No que respeita ao batalhão, este ocupava uma enorme área, onde estava instalada uma Companhia Operacional e também outros PelRec Daimler. Recorda-se ainda de que dispunham de luz 24 horas por dia, uma situação muito rara quando comparada com outros aquartelamentos. A alimentação dos oficiais era bastante boa, pois o batalhão era uma sede onde chegavam todos os alimentos que depois seriam redistribuídos para todos os aquartelamentos do leste da Guiné. Os soldados tinham direito a um rancho, considerado bastante razoável por Jaime, e dormiam em dormitórios com qualidade, tendo direito a luz e água. Afirmou ainda que as instalações do batalhão e as condições de vida eram bastante privilegiadas, só existindo melhores condições em Bissau ou Bafatá.

No que respeita a operações em que esteve envolvido, refere as operações designadas por Cabeça Rapada I, II e III em que participaram milhares de civis. Estas operações consistiam em desmatar as bermas das estradas ao longo de vários quilómetros.

Quanto aos conflitos que tenham causado mais impressão e medo, revela que apenas existiu um e que foi, como referido anteriormente, o ataque à sede do batalhão, pois foi a primeira vez que o ex-

combatente e os restantes membros do seu pelotão experienciaram uma situação de conflito armado e também porque não existia nenhum plano de defesa previamente delineado, causando uma enorme confusão. No dia seguinte ao ataque, o General António Spínola aterrou de helicóptero na sede do batalhão, onde puniu o 1º e 2º Comandantes e o Comandante da Companhia com 10 dias de prisão por não terem um plano de defesa do aquartelamento.

No que diz respeito às dificuldades e experiências vivenciadas durante o seu tempo na Guiné, Jaime refere as saudades da família e dos amigos, pois no que respeita às condições de vida nunca lhe faltou nada. Acrescenta ainda que, pelo facto da região onde esteve mobilizado ter sido pacífica, não teve muitas tarefas a seu cargo, levando-o muitas vezes a voluntariar-se para participar nas colunas militares para passar o tempo e para se distrair.

Antes do regresso, e após o término do serviço militar em África, teve de escrever um documento com a história completa do pelotão durante todo o tempo de serviço na Guiné. Por fim, no que respeita ao regresso, em abril de 1970, Jaime declara ter sentido uma sensação de alívio e alegria aquando da chegada a Portugal. Quanto à reintegração no ambiente familiar e profissional, refere que esta foi praticamente imediata. Jaime passou à disponibilidade a 30 de abril de 1970 e, 15 dias depois, conseguiu emprego numa empresa onde trabalhou toda a sua vida. Por fim, deixa uma nota de pesar por não ter concluído o curso de engenharia.

Bernardino possuía a 4ª classe quando começou a trabalhar, aos 12 anos, numa fábrica, ajudando ainda os pais em casa e a cuidar dos irmãos. Com 16 anos foi estudar para uma escola industrial, onde fez o curso de aperfeiçoamento de serralheiro, trabalhando de dia e estudando de noite. Quanto ao recrutamento, Bernardino passou a Praça no CICA do Porto e depois no RC6, tirou a especialidade como Condutor Apontador Daimler. O dia a dia era marcado pela instrução de armas e tiro, bem como a prática de exercícios físicos. As instalações eram, segundo o mesmo, boas e a alimentação também era boa, mas por vezes era mal confecionada.

O Condutor Apontador Daimler foi mobilizado em novembro de 1971 para a região de Tite, Guiné, no navio Angra do Heroísmo. No que respeita ao dia a dia, revela que, num dia, ele e o seu pelotão faziam serviço à estrada de Tite a Enxudé, no dia seguinte, faziam prevenção no quartel, no dia posterior, estavam de folga e, no dia seguinte, faziam proteção à pista de aviação, repetindo depois este ciclo. De noite faziam reforço das 20 horas à 1 hora da madrugada junto a uma mesquita muçulmana. Nos serviços de estrada iam junto com as Daimler, os chamados picadores, que tinham como função a procura de minas que, porventura, estivessem escondidas nas estradas.

Bernardino afirma que durante a sua estadia em Tite, ocorreram sete ataques ao quartel e a um posto

avanzado dos quais resultou qualquer militar ferido. No que respeita ao salário, revela que recebia, todos os meses, 1200 escudos, enviando metade desse valor para a Portugal.

Segundo o ex-combatente, as instalações do quartel eram de cimento e chapas de zinco, existindo valas à volta do quartel onde os militares se recolhiam quando havia ataques, sobretudo, de morteiros. Existia uma cantina, um balneário, uma padaria destinada ao serviço do quartel, secretarias, postos de abastecimento de gasolina e um campo de futebol. A alimentação era à base de frango, feijão cozido, sardinhas, arroz, batatas e, nas épocas festivas, bacalhau.

Quanto às dificuldades vividas em Tite, Bernardino revela que nunca teve dificuldades, salientando apenas a ansiedade e o medo quando existiam ataques. Fora isso, destaca os momentos de convívio com os restantes membros do pelotão.

No que respeita ao regresso, Bernardino embarcou para Portugal no navio Niassa em outubro de 1973. Aquando do regresso, diz não ter sentido qualquer dificuldade em reintegrar-se no ambiente familiar e profissional, uma vez que rapidamente conseguiu emprego na mesma fábrica em que o seu pai trabalhava.

Francisco, aquando do seu recrutamento, já tinha terminado a faculdade e, posteriormente, a formatura de engenheiro eletrotécnico, em 1969. Realizou três meses de recruta em Mafra e tirou a especialidade em Santarém durante outros três meses. Inicialmente, ficou no Regimento de Cavalaria de Santarém a dar instrução a recrutas até ser mobilizado, em 1971, para o RC6, de forma a formar um pelotão com destino à Guiné.

As instalações do RC6 eram caracterizadas por uns grandes edifício e pátio, distribuindo-se, ao seu, outros edifícios de menor dimensão. De entre os edifícios que existiam na altura, Francisco destaca, entre outros, as casernas e os quartos para oficiais e soldados, o refeitório e os edifícios administrativos.

Francisco partiu para a Guiné em novembro de 1970 no navio Angra do Heroísmo, tendo sido colocado, em missão, em Teixeira Pinto (atual cidade de Canchungo). Teixeira Pinto era, na altura, a sede não só do batalhão, mas também do Comando de Agrupamento Operacional (CAOP). No que respeita às Daimler, eram equipadas, segundo o Sr. Francisco, com uma metralhadora MG, que só mirava para a frente e 45 graus para os lados. Dentro das Daimlers, os militares tinham à sua disposição granadas, para além das G3 de uso pessoal. No que respeita ao pelotão que o ex-combatente comandava, este era composto por um total de seis viaturas.

Quanto aos serviços militares, o pelotão de Francisco era responsável pela escolta de colunas civis e militares para Bissau e para o Cacheu, para além de fazer a proteção à povoação de Teixeira Pinto. O

seu pelotão chegou a socorrer quartéis sob ataque, tendo participado em combate propriamente dito apenas uma vez, quando o pelotão sofreu uma emboscada que causou três mortos e vários feridos numa estrada que ligava Teixeira Pinto ao Cacheu.

Quanto às instalações do quartel, refere que as condições, sobretudo para oficiais, não eram más. Cada quarto era habitado por três militares, possuía um frigorífico e uma casa de banho. No que respeita às camaratas destinadas aos soldados, Francisco sublinha que aí as condições já não eram tão boas quanto as dos oficiais.

A alimentação dos soldados era monótona e escassa, à base de comida seca e de conservas. Já a dos oficiais, apesar de por vezes também ser monótona, não era tão diminuta em comparação à dos soldados. Muitas vezes, chegavam a comer em restaurantes locais. Francisco salienta também o facto de Teixeira Pinto ser, na época, um dos poucos locais da Guiné onde existia água potável.

O ex-comandante revela que foi a adaptação ao clima da Guiné que lhe causou mais dificuldades durante a sua estadia em Teixeira Pinto, devido às temperaturas altas e à humidade que perdurava na região durante vários meses. Como consequência do clima, sofreu muitas vezes de febre.

No que respeita à sua vida pessoal, Francisco revela que se casou a meio da sua comissão de serviço na Guiné e que a sua mulher passou a viver com ele em Teixeira Pinto, trabalhando como professora. Regressou a Portugal em outubro de 1972 onde, passado um mês, conseguiu arranjar emprego.

## **6.2. Entrevistas as ex-combatentes de outros regimentos**

Aquando do seu recrutamento, Manuel tinha já concluído um curso industrial. Realizou a recruta entre janeiro e abril de 1968. Descreve-a como um período muito difícil e complicado devido à forte disciplina implementada por alguns oficiais e chegando mesmo a considerá-la desumana. Após o recrutamento, Manuel foi transferido para Tavira onde tirou a especialidade de Sapador de Infantaria de Minas e Armadilhas entre abril e julho de 1968. Após especialidade, foi destacado para Tancos para frequentar o curso de Minas e Armadilhas. Em outubro do mesmo ano, foi destacado para Bragança para realizar instrução a pelotão de militares sapadores, onde permaneceu até janeiro do ano seguinte. Posteriormente, foi mobilizado para o Regimento de Infantaria N° 2 em Abrantes, onde realizou as preparações para a sua mobilização em Angola, nomeadamente para a região de Nambuangongo.

As instalações nas Caldas da Rainha eram aceitáveis enquanto que em Tavira não eram tão boas. Para Manuel, as instalações de Tancos eram muito más. Em Bragança, sublinha que as casernas, na altura, eram numa antiga pocilga de animais e que, no refeitório, os pratos eram protegidos com jornais pois caía lixo do teto. Quanto à alimentação, destaca a necessidade de aproveitar e fazer render a esparsa disponibilidade de víveres que deviam ser distribuídos, em pouca quantidade, aos muitos militares do

quartel.

Manuel embarcou com destino a Angola em fevereiro de 1969. Permaneceu em Luanda durante 15 dias até ser mobilizado para a região de Nambuangongo, onde foi transportado em camiões civis e escoltado por militares das forças especiais. Em Nambuangongo, as instalações eram miseráveis: as casernas eram de madeira, entravam animais por todo o lado e o frio entrava facilmente pelas frestas em madeira.

Quanto ao dia a dia, o ex-combatente e o seu pelotão construíam postos de vigia avançados, realizavam de emboscadas durante a noite, contruíam pontes e jangadas, melhoravam os abrigos subterrâneos e eram responsáveis, como sapadores, por montar sebes de arame farpado à volta da periferia do aquartelamento. Acrescenta ainda que, em Nambuangongo, chegavam a ser atacados duas vezes por dia, quando os combatentes nativos tentavam invadir o aquartelamento. Quanto às operações militares em que participou, destaca uma com o intuito de invadir a fronteira do ex-Congo Belga (atual República Democrática do Congo) a fim de destruir acampamentos de combatentes nativos. Uma das missões foi descoberta e, na retirada, se não fosse a ajuda aérea, todos os militares teriam morrido.

No que respeita à função de sapador, Manuel revela que o assustava muito, pois, em cada mina ou armadilha, poderia morrer a qualquer momento. Segundo o ex-combatente, uma formação de seis meses era insuficiente para aprender tudo o que poderia surgir no que respeita a minas e armadilhas. Quanto às dificuldades experienciadas em Nambuangongo, destaca a falta de água e a necessidade de percorrer enormes distâncias para realizar o abastecimento de água. Manuel também recorda uma situação em que devia partir numa missão de abastecimento de água, mas acabou por trocar essa tarefa com um amigo dele. O amigo acabou por sofrer uma emboscada, pelo que se tivesse sido Manuel a participar nessa tarefa de abastecer água, como originalmente programado, não teria sobrevivido.

A alimentação era outra dificuldade, considerando-a muito má e levando muitos militares a sofrer de diarreia e de sérios problemas intestinais. Ainda no que respeita à alimentação, refere que ele e o seu pelotão chegavam a passar semanas a alimentar-se, exclusivamente, de rações de combate.

Manuel destaca um acontecimento em que lhe foi atribuída a missão de reconstruir uma ponte que implicava entrar na floresta para derrubar árvores para obter a madeira necessária à intervenção. Quando um grupo de motobomba precisou da sua ajuda, deixou a sua arma junto a grupo que estava a trabalhar no derrube de árvores. Durante a deslocação, Manuel e os restantes militares sofreram uma emboscada, o que levou a que tivesse de rastejar para chegar à sua arma e, com ela, poder

sobreviver ao ataque.

Destaca outro acontecimento marcante que ocorreu durante o regresso de uma operação de construção de uma jangada, em que lhe apareceu um homem com uma criança ao colo pedindo socorro, pois a filha dele estava doente. Infelizmente, durante o transporte, a filha do homem acabou por morrer nos braços do ex-combatente.

No que respeita a problemas de saúde derivados da guerra e da sua estadia em Angola, Manuel destaca sérios problemas de stress pós-traumático, referindo que, ainda hoje, não existe um dia em que não sonhe acerca da guerra. Para além do stress, destaca problemas intestinais e de coluna derivados de um acidente que o obrigou a submeter-se a várias operações.

Quanto a castigos disciplinares, recorda uma situação em que ele e os militares sob o seu comando, após estarem, simultaneamente, na mata durante sete dias seguidos durante a noite, e de manhã a trabalhar, estavam completamente exaustos e com sono. Ao sétimo dia, deu a ordem ao resto dos militares para descansarem. Enquanto descansavam, chegou ao local o Comandante, ordenando a um militar de patente superior a Manuel que o prendesse. Quando questionado pelo Comandante o porquê de ter dado ordem para que os militares descansassem, afirmou que estavam escalados para a mata há sete dias consecutivos e estavam extremamente exaustos. Após o Comandante confirmar esta situação, ordenou ao ex-combatente e aos seus homens que fossem para as casernas descansar.

Manuel regressou a Portugal em fevereiro de 1971, marcado pela alegria de voltar ao seio familiar e da sensação de dever cumprido, chegando, posteriormente, a receber um louvor militar. No que respeita à reinserção no mundo profissional, passado pouco tempo após o seu regresso, conseguiu emprego na empresa em que estava a estagiar aquando da recruta para o Exército.

Pedro Requio (2021) realizou uma análise de uma série de entrevistas a ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa, procurando perceber o modo como a experiência de combate contribuiu para a formação da identidade individual e coletiva, bem como para a perceção da alteridade e a sedimentação de preconceitos provenientes do ideal colonial. Ao analisarmos algumas das entrevistas publicadas neste artigo, podemos constatar a consciência, por parte dos militares que partiam para a guerra, da gravidade do conflito e das consequências que este poderia causar.

Já sabíamos que íamos para o mato. Para a guerra. Era matar ou morrer. Houve muita porrada. Estive numa das zonas mais intensas, que era a poucos quilómetros da fronteira com Conakry, onde os 'turras' tinham as bases. Ou seja, íamos para lá com a ideia de que aquilo ia ser duro. Só que ficou ainda pior do que esperávamos. Ainda por cima a partir de 1972, quando os gajos começaram a estar mais apetrechados. Até já derrubavam aviões com mísseis. Foi tramado. (Nuno, 2019, p. 282)

No artigo, encontramos exemplos em que o sentimento de fatalismo e medo já se fazia sentir no

próprio momento do embarque para África. Um entrevistado chamado Alves realça um discurso proferido, aquando do embarque, por um capitão referindo que muitos dos militares ali presentes não iriam sobreviver.

A perspetiva que tínhamos era de que podíamos não regressar. Tivemos um discurso do capitão Carlos Fabião que dizia que muitos de nós não iríamos regressar para as nossas mães, mulheres, namoradas, filhos ou familiares. O Spínola também estava lá, a dizer que a Guiné era como o Vietname. Não era como Angola ou Moçambique. Uma pessoa até fica com lágrimas nos olhos. Alias, no próprio dia desse discurso tivemos a primeira baixa. Por azar o meu, foi um colega que tinha acabado de conhecer. (Alves, 2021, pp. 282-283).

Através desta afirmação podemos constatar precisamente algumas das realidades que a guerra causou: morte, violência e medo. Na afirmação de Nuno, podemos verificar a consciencialização de que na guerra e do sentimento de sobrevivência que, infelizmente, era algo comum a muitos veteranos de guerra. A grande maioria dos combatentes da guerra colonial foi forçada a participar na guerra, o que levava muitos deles a lutar apenas pela sua sobrevivência, para que quando acabasse o seu tempo de serviço, pudessem retornar para o seu seio familiar e profissional. Para além disso, constata-se, de certa forma, que os militares portugueses não estavam preparados para a realidade que iriam enfrentar em África.

Eu já tinha um receio enorme antes de ir para a Guiné e quando chegámos lá e o barco atracou fiquei logo cheio de medo. Vi tantos pretos fora do barco que me assustei. Até arranquei as divisas do uniforme porque pensei que por ser furriel me iam logo limpar o sebo. Por razões de segurança, até ponderei ir a rastejar do barco até ao quartel para ver se ninguém me topava. Na primeira semana em que lá estive andava sempre desconfiado. Tinha medo de andar no passeio, porque diziam que se andássemos nele os pretos nos davam logo uma catanada. O resto dos meus companheiros pensava o mesmo até que um colega que já lá estava há mais tempo nos disse para ganharmos juízo. No fim de contas, acabei por ter uma vida boa lá porque trabalhava na oficina e nunca tive em perigo. Comi bem e dormi bem. Tive uma vida descansada. (Mário, 2019, p. 284)

A afirmação anterior revela o medo que alguns militares portugueses tinham, não só em relação ao conflito armado, mas também em relação às próprias populações nativas. No entanto, não só este, mas também os restantes entrevistados, descrevem a facilidade, não só de convivência com as populações nativas, mas também de entreajuda, em que, por vezes, os próprios militares portugueses ajudavam e ofereciam emprego às populações nativas.

Segundo Pedro Requio (2021), mas também através da entrevista realizada a Manuel, podemos constatar uma das consequências enfrentadas por vários ex-combatentes da Guerra Colonial, a doença e os efeitos da *Post-traumatic stress disorder* (PTSD).

Ainda existem, infelizmente, nos dias de hoje, muitos ex-militares portugueses que combateram na guerra colonial que sofrem ou já sofreram de PTSD e que, tal como Nuno, todos os dias revivem acontecimentos e experiências que vivenciaram em África. No caso de Nuno, tão forte é o trauma que o mesmo chegou a tentar arrancar os olhos da sua mulher ao sonhar que estava na guerra e que ela era o inimigo.

Se a experiência de guerra continua presente? Sim. Mais ou menos. Ainda o ano passado ia arrancando os olhos à minha mulher. De noite depois de um sonho. Com aquela fúria. Quando a gente se vê no meio do mato. Pensava que ela era uma turra. Comecei a sonhar, naquela fúria, naquela coisa. Era capaz de a matar. Ela que o diga! Eu pensava que estava no mato mesmo. (Nuno, 2019, p.295)

Ângela Campos (2009) realizou uma entrevista a um ex-combatente, A. Fortuna, que esteve na Guiné e que fez parte de um grupo de milhares de militares que sofrem ainda hoje de deficiência, quer física quer psicológica, derivada da participação na Guerra Colonial.

Nesta entrevista, A. Fortuna começa, desde logo, por salientar o facto de a guerra ter significado uma mudança completa na sua vida. No que respeita à sua participação no conflito, defende que lutou em África não pela pátria, mas sim pela sua sobrevivência, caracterizando a guerra como estúpida e injusta. A sua experiência no conflito contribuiu para que, nos dias de hoje, tenha uma manifesta repulsa pela guerra e pela violência.

Um outro aspeto muito importante que A. Fortuna salientou nesta entrevista é o facto de, atualmente, a Guerra Colonial continuar a ser, na sociedade portuguesa, um tabu, em que uma parte dos portugueses ainda não se sentem confortáveis em encarar e a refletir sobre este período da história portuguesa. Segundo o ex-combatente:

A Guerra Colonial continua a ser, na sociedade portuguesa, um tabu [...] e [isto] é demonstrativo da forma como a sociedade [...] encara este período da história de Portugal. [...] É um período que se quer fechado no cofre a sete chaves, que ninguém sabe o que aconteceu, nem quantos mortos houve, nem [...] as consequências disso, nem quanto custa ao país, ao Estado, nada disso [...] lamentavelmente estamos assim. (Sr. A. Fortuna, 2009)

No entanto, também afirma que nos últimos 30 anos, a sociedade portuguesa passou a tratar com mais respeito e consideração os ex-combatentes que sofrem de deficiência, salientando a importância da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) e os seus esforços no sentido da reabilitação e reintegração na sociedade dos ex-combatentes com deficiência.

Bruno Sena Martins (2016), tal como Pedro Requio (2021), também realizou um estudo com vários ex-combatentes da Guerra Colonial em torno das fortes consequências que esta causou nos homens mobilizados. De entre os vários entrevistados, podemos destacar um ex-combatente, M., que relata um



exemplo de como certos traumas de guerra ainda perduram nos dias de hoje na forma de viver de alguns ex-militares que participaram na guerra. M. descreve que, como durante a guerra se habitou a viver e a dormir com a G3, atualmente, sente-se desprotegendo e com medo de andar na rua sem arma:

Curiosamente nós dormíamos com ela [G3] no meio das pernas, era uma coisa bastante erótica, surpreendentemente erótica, nós dormíamos abraçados à G3, uma das maneiras de pegar na arma é abraçá-la, é a forma mais cómoda de a trazer, a gente pega-lhe pelo punho ao contrário... e ela vai cruzada como um bebé, a forma carinhosa de pegar num objeto, abraçando-a. Isto é apenas uma curiosidade, não acredito que tenha alguma influência, mas a verdade é que ela passa a fazer parte de nós, não como um simples adereço, e quando nós acabamos o serviço militar [...]. É assim um objeto ou um mecanismo perfeito, funciona quase automaticamente, confere esse poder, e de repente o soldado sente-se sem isso, e acho que isso é geral, esse sentimento de estar desarmado. (M, 2016, p. 309)

Para além disso, M também apresenta outro exemplo de como ficou com um trauma em que sempre que houve barulhos semelhantes a morteiros, inconscientemente, atira-se para o chão com o intuito de se proteger:

Aprendi a reagir àquele som muito típico do morteiro, que era a arma principal, pelo menos da FRELIMO, que é um som inequívoco, aquilo é um morteiro. Mas é muito parecido, por exemplo, quando estamos distraídos, com o som de fechar uma arca frigorífica, aquele som abafado. E até mais do que isso, se visse a pessoa a fechar a arca não sentia nada, se estivesse distraído a falar com outra pessoa, aquele som de uma porta de uma arca, que cria aquele embate, parece a saída de um morteiro, e o meu corpo reagia, só não me atirava para o chão porque imediatamente percebia, mas sentia aquilo como um disparo de um morteiro. (M, 2016, p. 308)

A Guerra Colonial foi não só marcada pelos conflitos armados, mas também por vários episódios de violência e crueldade praticados por militares portugueses. Um ex-combatente, S., relata, precisamente, um destes episódios em que os militares portugueses, após serem sujeitos ao rebentamento de uma mina, se vingaram agredindo a população nativa, chegando mesmo a enforcar duas pessoas.

eles estavam ali a descansar, mas entretanto, andavam ali na estrada alcatroada e os guerrilheiros fizeram um buraco por baixo do alcatrão e colocaram uma mina, não é? A mina rebentou e explodiu e provocou os seus estragos. Eles então, para se vingarem – aquela coisa, não é? da guerra – traziam africanos naqueles mesmos assentos da Berliet [...]. De vez em quando paravam e vinham cá à frente e davam-lhes cargas de porrada. Uma coisa horrível. E depois à frente... Eu passei-os, a minha coluna passou... Quando eu chego à frente, vejo dois negros enforcados. E depois estava escrito assim no alcatrão: «FRELIMO zangou, tropa zangou mais.» Estavam ali duas pessoas da população enforcadas. (S., 2016, pp.314-315)

Ainda acerca da violência perpetrada por militares portugueses a populações nativas, destaca-se,

segundo Bruno Sena Martins, um entrevistado, denominado V., que relatou uma situação que, infelizmente, ocorria muitas vezes, e que consistia na violação de mulheres e crianças nativas.

Tínhamos era que cumprir as ordens do poder político de então. E então, quando estamos a chegar a esse aquartelamento está lá uma jovem [pausa] – teria 12, 13 anos, não sei – e todos nós nos servimos dela sexualmente. Todos, não, uns sete ou oito – onde eu estou incluído. (V., 2016, pp. 313-314)

Já um entrevistado chamado Francisco revela um outro exemplo de crueldade e de atos desumanos, chegando os militares a colecionar troféus humanos:

Os eventos mais violentos que testemunhei foram durante o meu tempo nos pisteiros de combate. Aquela malta andava drogada e completamente doida. Vi lá coisas que se as contasse me chamavam mentiroso. Eles colecionavam troféus humanos, e fico-me por aqui. Até macacos eles matavam. Diziam que os outros [os membros dos movimentos de libertação] cometiam atrocidades, mas nós não lhes ficámos atrás [...]. (Francisco, 2021, p. 288)

No entanto, para além dos inúmeros aspetos negativos que a guerra originou, também deu azo a fortes vínculos de amizade e entreajuda, não só entre os militares portugueses mobilizados em África, mas também com as populações nativas. Um entrevistado, Carlos, revela a forma como os portugueses que viviam em África os acolhiam como se fizessem parte das suas próprias famílias.

Houve uma coisa que me emocionou muito. Os portugueses que estavam lá recebiam-nos como sendo parte das suas famílias. Para mim ainda nos ajudavam mais do que a nossa própria família. Em parte, talvez por sermos da mesma origem e estarmos naquele local, longe daqui. Aquilo levava a uma maior aproximação entre as pessoas. Os portugueses lá eram todos uma família. E uma família unida! Até às vezes os pretos que não fossem turras podiam fazer parte da nossa família. (Carlos, 2021, pp. 290-291).

Em suma, podemos concluir este capítulo salientando a forma como os ex-combatentes da Guerra Colonial constituem uma das principais fontes para o estudo completo da guerra e das fortes consequências que esta causou não só aos militares, mas também à própria sociedade portuguesa. As entrevistas apresentadas dão-nos alguma perceção do dia a dia e das realidades e dificuldades experienciadas por estes ex-combatentes, algo que não é possível constatar numa análise puramente descritiva da guerra baseada na documentação militar. No entanto, devemos procurar, não só recolher e analisar estes importantes testemunhos, mas também tentar ajudar as próprias pessoas, pois, como infelizmente verificamos ainda hoje, existem milhares de ex-combatentes que sofrem de algum tipo de doença física ou psicológica e que se sentem abandonados pelo governo e pela própria sociedade.

## **Conclusão**

A dissertação debruçou-se sobre o Regimento de Cavalaria N.º 6 e a sua participação na Guerra Colonial Portuguesa. Apesar de ter como objeto de estudo o Regimento, a presente dissertação abordou outras temáticas importantes como, por exemplo, os jornais da época, em que constatámos não só a quantidade anual de notícias acerca da guerra, mas também verificámos as diferenças entre os jornais legalizados e os clandestinos. Concluimos que os jornais controlados pela censura caracterizavam os combatentes nativos e os movimentos de libertação como grupos terroristas, de bailundos, de bandoleiros, de bandos de facinoras e de “foras da lei”. Já os jornais clandestinos consideravam-nos camaradas, patriotas africanos e povos heroicos. Concluimos também que os jornais legalizados da época tendiam a sublinhar o amplo e forte apoio de todo o povo português à política colonial do Estado Novo, assim como das Forças Armadas Portuguesas. Já nos jornais clandestinos destacava-se o forte descontentamento dos soldados portugueses e da maioria da população portuguesa no que respeita à participação na guerra colonial.

Outro aspeto importante que a dissertação aborda para além do estudo do RC6, são as entrevistas realizadas a ex-combatentes da Guerra Colonial. Pudemos constatar a forma como estes ex-combatentes constituem uma das principais fontes para o estudo aprofundado da guerra e das fortes consequências que esta causou não só aos militares, mas também à própria sociedade portuguesa. Estas entrevistas dão-nos alguma perceção do dia a dia e das realidades e dificuldades experienciadas por estes ex-combatentes pertencentes não só ao RC6, mas também a outros Regimentos, algo que não é possível constatar numa análise puramente descritiva da guerra baseada na documentação militar.

No que concerne ao estudo do RC6, podemos constatar que a sua origem remonta ao século XVIII e foi resultante de dois marcos históricos: o primeiro, referente aos Regimentos de Cavalaria de Trás-os-Montes, implantados na região no dealbar do século XVIII; o segundo diz respeito à reorganização do Exército de 1901, quando a Arma de Cavalaria passou a ser composta por dez regimentos numerados de 1 a 10. No entanto, o Regimento não era, na altura, denominado RC6, mas sim Regimento de Cavalaria N.º 9. O RC9 passou a designar-se RC6 a partir de 6 de outubro de 1939. 60 anos depois, com o Decreto-Lei n.º 386/80 de 30 de julho de 1979, o Regimento foi transferido para Braga, passando a designar-se Regimento de Cavalaria de Braga. A partir do dia 14 de julho de 1993, o Regimento voltou a designar-se RC6, retomando o seu número de origem, algo que se mantém até aos dias de hoje.

O estudo aborda também o arquivo do próprio RC6, onde podemos retirar, através dos Livros das

Ordens Regimentais, inúmeras informações acerca do dia a dia do regimento durante a Guerra Colonial. As Ordens de Serviço do RC6 contêm muitos dos movimentos administrativos, instrução e cerimónias realizadas em Portugal Continental. Para além disso, as Ordens de Serviço apresentam também todas as alterações no regimento, como, por exemplo: a entrada e saída de militares, marchas, animais e veículos; a instrução, em que eram descritos os militares que estavam em fase de aprendizagem e, posteriormente, aquando do término da instrução, em condição de prontidão para a sua mobilização para a África; serviços de saúde, onde são descritos os militares que se encontravam doentes; detalhes específicos como a alimentação, o armamento, o fardamento, entre outras informações; administração detalhada de verbas; licenças concedidas a militares e que os dispensavam de servir em África; aumentos, ou seja, listagem de militares promovidos de patente; louvores; castigos; descrição de horários para banhos e para o içar e arrear da bandeira; impedimentos; relatórios de amparos.

É precisamente no que respeita a estas Ordens de Serviço que é possível apontar algumas limitações que o estudo apresenta. As Ordens de Serviço constituem uma fonte muito vasta, sobretudo para o período cronológico em análise, o que dificultou a sua análise num tempo muito curto. Neste sentido, a dissertação aborda alguns dos assuntos anteriormente descritos, onde facilmente constatamos o potencial desta documentação para apresentar várias temáticas e assuntos que contribuem para uma compreensão, de forma detalhada, do dia a dia do RC6 durante a guerra. Faço, portanto, o meu convite a possíveis investigadores que queiram estudar o RC6, que explorem estas fontes pois apresentam um grande potencial, não só para o estudo do RC6, mas também para a formação de uma ideia generalizada de como era o dia a dia nos Regimentos de Cavalaria em Portugal durante a Guerra Colonial.

Outra limitação do trabalho são os jornais, devido ao facto de muitos deles só estarem disponíveis na Biblioteca Pública de Braga, o que fez com que a sua consulta se tornasse demorada, sobretudo em relação ao tempo disponível para a redação desta dissertação. Convido também os investigadores que queiram estudar os jornais portugueses durante a Guerra Colonial, que consultem outros jornais para além dos apresentados nesta dissertação, como por exemplo, o *Comércio do Porto*, o *Primeiro de Janeiro*, o *Diário de Notícias* e *O Século*.

Por fim, outra limitação que pudemos apontar para as entrevistas, sobretudo no que respeita aos ex-combatentes do RC6, é o número de pessoas com as quais foi possível a realização de uma entrevista. Para além dos ex-combatentes do RC6 apresentados nesta dissertação, existiam também outros contactos que, por razões tecnológicas e logísticas, não foi possível entrevistar. Apresento um desafio a

investigadores que queiram estudar os ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa. Tentem não se focar apenas no estudo bibliográfico de entrevistas realizadas por terceiros e realizem vocês mesmos as entrevistas a estas pessoas. No meu caso, as entrevistas permitiram não só obter respostas a todos os temas abordados no meu estudo e que constavam do guião de entrevista, como também permitiram que eu experienciasse, de forma direta e pessoal, a sociedade da época e as dificuldades físicas e psicológicas com que estes ex-combatentes tiveram de lidar e que, em alguns casos, ainda têm de suportar nos dias de hoje.

Para concluir, é importante referir que este estudo contribuiu para uma melhor perceção de como funcionava não só o RC6 mas também permitiu ter uma ideia generalizada do funcionamento dos Regimentos de Cavalaria portugueses durante a guerra. Neste sentido, a presente dissertação permite combater a falta de bibliografia, atualmente disponível, acerca dos Regimentos de Cavalaria em Portugal, neste caso, do RC6.

Para além disso, este estudo contribui também para uma melhor análise e perceção da imprensa portuguesa durante a Guerra Colonial, algo que em muita da bibliografia disponível, é apenas realizado de uma forma generalizada e não tão detalhada como foi realizada ao longo desta dissertação.

E, para terminar, as entrevistas realizadas a ex-combatentes que permitem que os leitores vejam a Guerra Colonial com outros olhos, deixando um pouco de lado, apenas esta visão puramente histórica e analítica do conflito. Por outro lado, é também que os próprios entrevistados não sejam esquecidos e postos de lado pela sociedade portuguesa. Não só constituíram uma fonte essencial para este estudo, mas também permitem que os leitores tenham noção das dificuldades que muitos destes ex-combatentes tiveram de experienciar e, em muitos dos casos, ainda experienciam, precisando de apoios, não só do Estado, mas sobretudo da sociedade portuguesa.

## Fontes Impressas

Arquivo do Regimento de Cavalaria N.º 6 (2023). *Livros das Ordens Regimentais, 1961-1974*.

Arquivo Marxista na Internet. (2023). *MIA - Jornal Avante!, 1961-1974*.  
<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/avante/index.htm>

Biblioteca Pública de Braga (2023). Publicações Periódicas (jornais e revistas). *Diário da Manhã, 1961-1971*.

Biblioteca Pública de Braga (2023). Publicações Periódicas (jornais e revistas). *Jornal de Notícias, dir. Aníbal Moraes, 1961-1974*.

Fundação Mário Soares (2023). AMS - Arquivo Mário Soares. *BAC - Boletim Anti-Colonial, 1972-1973*.

Fundação Mário Soares (2023). DRR - Documentos Ruella Ramos. *Diário de Lisboa, 1961-1974*.

## Bibliografia

Afonso, A., & Gomes, C. de M. (2000). *Guerra colonial*. Editorial Notícias.

Almeida, H. (1988). *Subsídios para a História do Regimento de Cavalaria de Braga*.

Bacelar, S. (2000). *A Guerra em África 1961-1974: Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*.  
Novalello.

Bandeira Jerónimo, M., & Gonçalves Dores, H. (2012). As Missões do Império: Política e Religião no Império Colonial Português. Em *O império colonial em questão (sécs, XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Edições 70.

Calado, V. G. (2016). As drogas em combate: Usos e significados das substâncias psicoativas na Guerra Colonial Portuguesa. *Etnografica, vol. 20 (3)*, 471–494.  
<https://doi.org/10.4000/etnografica.4628>

Campos, Â. (2009). Vivendo com a guerra: Uma entrevista com o Sr. A. Fortuna. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 22, 45–64. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100003>

Campos, Â. (2017). *An oral history of the Portuguese colonial war: Conscripted generation*. Palgrave Macmillan.

Cardina, M., & Martins, B. S. (Eds.). (2018). *As voltas do passado* (1a. edição). Tinta da China.

- Carvalho, A. (Ed.). (2016). A censura à imprensa no Estado Novo. Em *O jornalismo português e a guerra colonial* (1a. edição, pp. 111–119). Guerra e Paz.
- Correia, P. (2006). Guerra Colonial, uma história por contar! Em *A guerra colonial (1961-1974)* (pp. 119–142). Centro de Estudos Lusíadas: Universidade do Minho.
- Estado Maior do Exército (Ed.). (1998). *Resenha histórico-militar das campanhas de África: 1961 - 1974. Vol. 6 T. 1 Livro 1: Aspectos da actividade operacional Angola [1961 - 1964]* (1. ed, Vol. 6). Pentaedro.
- Estado Maior do Exército (Ed.). (2012). *Resenha histórico-militar das campanhas de África: 1961 - 1974. Vol. 6 T. 1 Livro 1: Aspectos da actividade operacional Moçambique [1961 - 1964]* (1. ed, Vol. 6). Pentaedro.
- Estado Maior do Exército (Ed.). (2014). *Resenha histórico-militar das campanhas de África: 1961 - 1974. Vol. 6 T. 1 Livro 1: Aspectos da actividade operacional Guiné [1961 - 1964]* (1. ed, Vol. 6). Pentaedro.
- Fonseca, J. A. V. D. da. (2009). *As clivagens políticas e sociais na descolonização: O caso português* [masterThesis, Universidade de Aveiro]. <https://ria.ua.pt/handle/10773/3438>
- Fraga, L. A. de. (2014). *A guerra colonial: 1961-1974*. <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>
- Freire, M., & Dantas Pereira, M. (2021). Esforço de guerra (1961-1974): O Caso do 6 de Cavalaria. Em *XXX Colóquio de História Militar. A Guerra Irregular em Portugal da fundação à atualidade* (pp. 473–487). Comissão Portuguesa de História Militar.
- Jansen, J. C., & Osterhammel, J. (2017). *Decolonization: A short history*. Princeton University Press.
- Lages, J. (2006). Guerra Colonial, uma história por contar! Em *A guerra colonial (1961-1974)* (pp. 45–71). Centro de Estudos Lusíadas: Universidade do Minho.
- Lima, H. (2018). *O Jornal de Notícias: Tradição e evolução para o modelo de imprensa popular*. 239–251.

- Martins, B. S. (2014). Imperial memory: The home of silences in Portuguese colonial war. *African Dynamics in a Multipolar World: 5th European Conference on African Studies – Conference Proceedings, 1943–1953*. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/42441>
- Martins, B. S. (2016). Corpos-memórias da Guerra Colonial: Os Deficientes das Forças Armadas e o «restolhar de asas no telhado». Em *Geometrias da Memória: Configurações Pós-Coloniais* (pp. 305–325).
- Martins, F. (2014). *A guerra colonial na grande estratégia de Salazar*. Observador. <https://observador.pt/especiais/guerra-colonial-na-grande-estrategia-de-salazar/>
- Maurício, C. (2011). A guerra colonial e a descolonização vistas pelas sondagens de opinião (1973-2004). *Nação e Defesa, 130*, 267–295.
- Meneses, M. P. (2013). O Olho do Furação? A África Austral no contexto da Guerra Fria (década de 70). Em *As guerras de libertação e os sonhos coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados* (pp. 41–58). Almedina. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/42437>
- Mira Vaz, N. (1997). *Opiniões públicas durante as guerras de África*. Quetzal Editores.
- Monteiro, R., & Farinha, L. (1990). *Guerra colonial: Fotobiografia*. Circulo de Leitores: Publicações Dom Quixote.
- Pimenta, F. (2013). A Ideologia do Estado Novo, a Guerra Colonial e a Descolonização em África. Em *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Imprensa da Universidade de Coimbra FGV.
- Pinto, A. C. (2001). *O fim do império português: A cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975*. Livros Horizonte.
- Pires, R. P., Delaunay, M., & Peixoto, J. (2020). Trauma and the Portuguese Repatriation: A Confined Collective Identity. Em *The cultural trauma of decolonization: Colonial returnees in the national imagination*. Palgrave Macmillan.



- Queimado, A. (2012). *Portugal, Guerra Colonial e Ação Psicológica (1965-1973): Perspetiva Histórica*. Universidade de Évora.
- Requio, P. (2021). No Jardim dos Suplícios: Memórias da Guerra Colonial Portuguesa. *História Oral*, 24(1), Artigo 1. <https://doi.org/10.51880/ho.v24i1.1121>
- Ribeiro, M. (2004). *Uma história de regressos: Império, guerra colonial e postcolonialismo*. Ed. Afrontamento.
- Rijo da Silva, S. (2021). *Veteranos da Guerra Colonial Portuguesa: Políticas públicas e associativismo*. Universidade de Évora.
- Rothermund, D. (2006). *The Routledge companion to decolonization*. Routledge.
- Sendas, S. (2009). *Elaboração de significado das histórias de vida de ex-combatentes da Guerra Colonial Portuguesa com e sem Perturbação de Stress Pós-Traumático*. Universidade do Minho.
- Silva, M. (2011). *As Unidades de cavalaria durante o século XX. As razões da mudança* [masterThesis, Academia Militar. Direção de Ensino]. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7847>
- Teixeira, M., & Cruzeiro, M. (2004). Textos Jornalísticos. Em *25 de Abril: Uma aventura para a democracia* (pp. 127–200). Afrontamento: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.
- Torres, S. (Ed.). (2016). *O jornalismo português e a guerra colonial* (1a. edição). Guerra e Paz.
- Vecchi, R. (2010). *Exceção atlântica: Pensar a literatura da guerra colonial*. Edições Afrontamento.
- Wieser, D., & Moreira, L. (2017). O passado por dentro do presente: Guerra Colonial portuguesa e as reescritas da memória cultural. *Configurações*, 19, 89–103. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.4022>

## Anexo 1 – Diagrama da história do Regimento de Cavalaria N.º 6

